

SALOMÃO JÚNIOR CURI

**REESTRUTURAÇÃO URBANA EM UBÁ-MG: UM ESTUDO SOBRE A
FORMAÇÃO DE UMA NOVA CENTRALIDADE URBANA NA ZONA OESTE DA
CIDADE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Gustavo Soares Iorio

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2021**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

J95r
2021
Júnior Curi, Salomão, 1978-
Reestruturação urbana em Ubá-MG : um estudo sobre a formação
de uma nova centralidade urbana na zona oeste da cidade / Salomão
Júnior Curi. - Viçosa, MG, 2021.
f. 150 : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Orientador: Salomão Júnior Curi.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 144 - 148.

1. Planejamento urbano - Ubá (MG). 2. Renovação urbana - Ubá
(MG). 3. Espaços públicos - Ubá (MG). I. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. II. Título.

CDD 22. ed. 711.4098151

Bibliotecário(a) responsável: Renata de Fatima Alves CRB6/2578

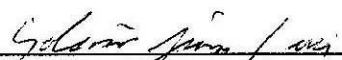
SALOMAO JUNIOR CURI

**REESTRUTURAÇÃO URBANA EM UBÁ-MG: UM ESTUDO SOBRE A
FORMAÇÃO DE UMA NOVA CENTRALIDADE URBANA NA ZONA OESTE DA
CIDADE**

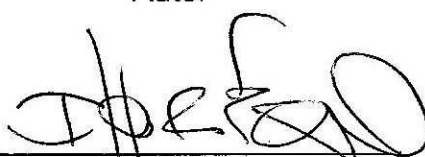
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 22 de julho de 2021.

Assentimento:



Salomão Júnior Curi
Autor



Gustavo Soares Iorio
Orientador

*A minha amada esposa, Regiani Maria de Freitas Gonçalves Curi.
Aos meus filhos, também amados, Ana Beatriz, Alice e Joaquim.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por absolutamente tudo.

À minha esposa, Regiani de Freitas Gonçalves Curi, às minhas filhas, Ana Beatriz Gonçalves Curi, Alice de Freitas Curi e ao meu filho, Joaquim de Freitas Curi, pela força e paciência.

Ao pai, José Curi, à minha mãe Odete Maria Silva Curi, às minhas irmãs Meiry Cristina Curi Vieira e Rosemery Cristina Curi Ribeiro, por demonstrarem, absolutamente, confiança em mim.

Aos meus alunos, que dão sentido a minha caminhada.

Aos meus professores da Educação Básica, que contribuíram para a minha formação.

Aos professores da graduação na UFJF, que despertaram em mim a essência da pesquisa.

Aos professores, amigos de trabalho da Escola Estadual “Raul Soares” e do Colégio Sagrado Coração de Maria, pela parceria na caminhada.

Ao professor orientador, Gustavo Soares Iorio, pelo apoio e pela paciência.

Aos professores André Luiz Lopes de Faria, Edson Soares Fialho, Juniele Martins Silva, Leonardo Civale, Maria Isabel de Jesus Chrysostomo, Vitor Koiti Miyazaki, Wagner Barbosa Batella, por toda ajuda e, principalmente, pela inspiração.

À servidora e amiga, Patrícia dos Santos Bernardo.

Aos amigos que conquistei nessa caminhada, em especial Alex de Souza e Fellipe Fazionato Pacheco, que se tornaram verdadeiros irmãos.

À professora e amiga, Joyce Pereira, que tanto contribuiu neste trabalho.

Aos amigos professores José Damato Neto e Guilherme Lopes, pelo apoio em momentos fundamentais no período do curso.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ao Paulo Afonso da Silva, pelo trabalho de formatação e normalização.

A todos os envolvidos, que contribuíram direta e indiretamente na construção desse projeto.

Esse é o grande mistério das cidades: elas crescem e se modificam, guardando, porém, sua alma profunda apesar das transformações do seu conteúdo demográfico, econômico e da diversificação de suas pedras.

Milton Santos

RESUMO

CURI, Salomão Júnior, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2021. **Reestruturação urbana em Ubá-MG: Um estudo sobre a formação de uma nova centralidade urbana na zona oeste da cidade.** Orientador: Gustavo Soares Iorio.

O presente trabalho busca compreender a constituição de uma nova centralidade urbana em Ubá-MG partindo da sua posição enquanto centro polarizador na região. Propõe que a natureza da centralidade urbana é diversa em seus conteúdos, processos e formas, por ser o espaço urbano permeado por igual diversidade. Objetiva explicitar a natureza da centralidade urbana instituída na Zona Oeste da cidade, considerando os conteúdos, processos e os agentes que a constituem, bem como os fatores concorrentes para a sua diversificação. Para atingir o objetivo da pesquisa, o trabalho orienta-se pela compreensão do estabelecimento de uma hierarquia urbana, constituída pela região de influência de Ubá, que desencadeou os processos que vêm estruturando o espaço urbano da cidade, desde a década de 1980 à atualidade. Para tanto, o trabalho propôs a construção de uma abordagem que objetiva a compreensão da geografia urbano-regional de Ubá, reconhecendo e identificando critérios para a qualificação da cidade e das relações entre aquelas que são notadamente influenciadas por ela, revelando eixos de integração no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas. Assim, foi possível constatar a influência do sistema regional na estrutura interna da cidade.

Palavras-chave: Estruturação Urbana. Centralidade Urbana. Centralidade Regional. Espaço Urbano.

ABSTRACT

CURI, Salomão Júnior, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2021. **Urban structuring in Ubá-MG: A study on the formation of a new urban centrality in the West área of the city.** Advisor: Gustavo Soares Iorio.

The present work seeks to understand the constitution of a new urban centrality in Ubá-MG, starting from its position as a polarizing center in the region. It proposes that the nature of urban centrality is diverse in its contents, processes and forms, as the urban space is permeated by equal diversity. It aims to explain the nature of the urban centrality established in the West Zone of the city, considering the contents, processes and the agents that constitute it, as well as the competing factors for its diversification. To achieve the objective of the research, the work is guided by the understanding of the establishment of an urban hierarchy, constituted by the region of influence of Ubá, which triggered the processes that have been structuring the urban space of the city, from the 1980s to the present. To this end, the work proposed the construction of an approach that aims to understand the urban-regional geography of Ubá, recognizing and identifying criteria for the qualification of the city and the relationships between those that are notably influenced by it, revealing axes of integration in the territory and different patterns of distribution of urban centralities. Thus, one can verify the influence of the regional system on the internal structure of the city.

Keywords: Urban Structuring. Urban Centrality. Regional Centrality. Urban Space.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O URBANO	12
2.1 O processo de urbanização.....	12
2.1.1 Um pouco da urbanização brasileira	13
2.1.2 Cidades médias.....	16
2.2 Espaço urbano	18
2.3 Da estruturação a reestruturação urbana.....	21
2.4 Centralidade urbana	24
3 A ESCALA URBANO-REGIONAL: A FORMAÇÃO DA REDE URBANA DE UBÁ NO CONTEXTO REGIONAL	29
3.1 Uma breve contextualização	30
3.2 Regiões de influência das cidades 2018: metodologia e aplicação.....	36
3.3 Conceitos importantes na compreensão da Regic-2018	40
3.4 Aporte teórico da Regic-2018.....	42
3.5 Regic-2018: O recorte do arranjo populacional de Ubá.....	44
3.6 A construção da região de influência de Ubá-MG	44
3.6.1 Organização espacial das atividades de comércio e serviços do AP de UBÁ	45
3.6.2 Centralidade na saúde	53
3.6.3 Centralidade na Educação	57
3.6.5 Centralidade no Transporte.....	64
3.6.6 Centralidade financeira.....	68
3.7 Relações de proximidade	71
3.8 Gestão do território.....	73
3.9 Consolidação da hierarquia urbana de Ubá-MG	80
3.10 Do regional ao intraurbano: Ubá e a centralidade	85
4 ZONA OESTE NA EVOLUÇÃO URBANA DE UBÁ	88
4.1 A zona oeste do município – Uma nova centralidade.....	100
4.2 Zona oeste de Ubá: Centralidade e segregação socioespacial.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142

1 INTRODUÇÃO

Ubá é um centro urbano localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, que se apresenta como um importante polo de influência regional. Possui a segunda maior concentração populacional da região e também a mesma posição no que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB), tendo como referência econômica o setor moveleiro que o coloca em destaque até mesmo em escala nacional nesse segmento.

A presente pesquisa foi desenvolvida com o objetivo geral de compreender as transformações do processo de (re)estruturação do espaço urbano a partir da descentralização de atividades econômicas e formação de novas áreas de centralidade tanto regionalmente como no território urbano de Ubá. Este objetivo geral foi desdobrado em alguns objetivos específicos, como o de identificar e compreender a formação de uma centralidade regional, de identificar a relação que envolve a centralidade regional e a intraurbana e de identificar e compreender a produção do espaço urbano a partir do surgimento do processo de descentralização e de formação de uma nova centralidade na Zona Oeste de Ubá.

O primeiro capítulo do presente trabalho buscou contextualizar, conceitualmente, o objeto da pesquisa, que tem como propósito a compreensão da produção do espaço urbano de Ubá, a partir da identificação do processo de reestruturação que pode ser constatado através do surgimento de uma nova centralidade na cidade. Conceitos caros à Geografia Urbana foram levantados, sendo estes essenciais à toda análise que manifeste algum desejo no entendimento da dinâmica urbana.

No capítulo dois, o trabalho tratou das ligações interurbanas, consistindo de múltiplas transações, com constantes participações das redes de interação e intensificação da circulação de bens, serviços e mão de obra. A centralidade passa a ser definida não apenas da maneira clássica, como acúmulo de funções urbanas (oferta de bens e serviços para a população dispersa no território), mas como a capacidade de cada cidade em desenvolver a infraestrutura técnica e social necessária para as novas redes e em abrigar as funções de alto nível que as utilizam. Essa centralidade contribui para a caracterização de Ubá, assim como no interior do seu tecido urbano.

A centralidade urbanorregional integrou parte importante do presente estudo e teve como principal subsídio a pesquisa Região de Influência das Cidades (Regic-2018) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse estudo foi estabelecida uma classificação e hierarquia dos centros urbanos e, também, foi

delimitada suas respectivas regiões de influência a partir dos aspectos de gestão e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades. As áreas de influência dos centros urbanos foram delineadas a partir da intensidade das ligações entre eles.

A constituição da hierarquia urbana de Ubá, conforme a pesquisa Regic-2018, levou em conta a classificação do centro de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência do centro estudado, bem como as diferenciações regionais.

A realização deste trabalho fundamentou-se na importância que estudos dessa natureza assumem, tanto na perspectiva da reflexão teórica quanto da compreensão de uma realidade socioespacial existente, inclusive com possibilidades de servir de subsídios ao planejamento e a gestão do território. Desse modo, entende-se que a pesquisa em pauta sinaliza para uma abordagem teórica e um percurso de pesquisa que visa refletir e elucidar aspectos importantes para a produção da Geografia de Ubá, tomando como referência uma escala regional, que contribui para a compreensão da centralidade de Ubá dentro de sua área de influência.

O terceiro capítulo da presente pesquisa tem como objetivo abordar a centralidade em escala intraurbana e seu papel na reestruturação do espaço urbano. Foram utilizadas informações do Censo Demográfico de 2010, dados obtidos através da ferramenta SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pesquisas bibliográficas entre outros. A centralidade é um atributo importante expresso em determinadas áreas da cidade, cujo poder estruturador se revela pela possibilidade de atração de fluxos e concentração de atividades, que influenciam os deslocamentos e as práticas sociais de regiões da cidade ou da sua totalidade. As mudanças nas dinâmicas de constituição de centralidade intraurbana levam à reestruturação do espaço e vice-versa, fenômeno complexo cujo estudo é salutar para melhor compreender o processo de contínua transformação de Ubá.

Estudos dessa natureza são importantes pois assumem, tanto na perspectiva da reflexão teórica quanto da compreensão de uma realidade socioespacial existente, a possibilidades de se pensar e agir sobre o espaço urbano.

Paralelamente ao estudo teórico-conceitual, o trabalho foi realizado, essencialmente, com base em informações obtidas junto ao IBGE, principalmente ligadas aos censos demográficos e como já colocado, também através da pesquisa Regic-2018,

com a perspectiva de buscar subsídios para analisar o processo de produção do espaço urbano de Ubá e evidenciar no espaço citadino processos e fenômenos que contribuem para o entendimento da relação entre centralidade regional e intraurbana.

Assim, o trabalho procura contribuir para o entendimento do conceito de centralidade interurbana e intraurbana, permitindo a compreensão da área de influência de Ubá na construção de uma hierarquia urbanorregional e sua consequente interferência na estruturação urbana, que pode ser identificada a partir do surgimento de uma nova centralidade na Zona Oeste da cidade. Tudo isso, a partir da identificação do papel dos agentes produtores do espaço urbano dentro de uma lógica do modelo de produção capitalista.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO URBANO

2.1 O processo de urbanização

O processo de urbanização teve seu momento intrinsecamente ligado à industrialização, mas ao longo do tempo esse fenômeno ultrapassou o caráter absolutamente fabril e vem ganhando novas dimensões diante da complexidade socioespacial, superando a característica de ser um evento estritamente industrial, se consolida como um fenômeno ligado a reprodução capitalista, que se materializa em outras esferas do urbano, daí a importância da compreensão da cidade como fruto de uma construção histórica.

A urbanização deve ser entendida em sua complexidade como fruto da atuação de agentes, onde cada um age com suas forças, implicando em interesses sobre o espaço que variam historicamente e conformam a estruturação da produção e do território. A urbanização é sem dúvida, um processo que interfere em diversas escalas no espaço e que apresenta significado ímpar na estruturação territorial com implicações multiescalares. Para Soja (1993),

A urbanização pode ser vista como uma de várias grandes acelerações do distanciamento espaço-tempo. A especificidade do urbano é definida, pois, não como uma realidade separada, com suas próprias regras sociais e espaciais de formação e transformação, ou meramente como um reflexo e uma imposição da ordem social. O urbano é uma parte integrante e uma particularização da generalização contextual mais fundamental sobre a espacialidade da vida social... Em sua...especificidade social, o urbano é permeado por relações de poder, relações de dominação e subordinação, que canalizam a diferenciação regional e o regionalismo, a territorialidade e o desenvolvimento desigual, e as rotinas e revoluções, em muitas escalas diferentes. (SOJA, 1993, p. 227).

A urbanização, portanto, poderia ser classificada como o auge da transição das características que o urbano empreende nas relações socioespaciais que constituem elementos primordiais na produção deste espaço.

Como citado anteriormente, é importante destacar o papel da industrialização como elemento impulsionador do processo de urbanização, onde as cidades protagonizam a construção do mundo urbano, dentro de uma lógica capitalista de mercado. Cria-se aí um paradoxo necessário ao entendimento do processo histórico de

urbanização que é o fato de a industrialização apresentar-se como causa e consequência desse processo.

O predomínio do modo de produção capitalista, no início do século XX que passa a prevalecer nas cidades de grande parte do mundo, tem como consequência a alteração substancial de seu espaço e de sua estrutura urbana. As cidades passaram a desempenhar um papel fundamental na organização da sociedade, da produção e do espaço.

É fundamental entender a urbanização como resultado de um processo de reprodução do espaço, fruto de ações hegemônicas. A ação do Estado, do capital industrial, do financeiro e do imobiliário acompanhado do desenvolvimento do meio técnico-científico, inevitavelmente, gera uma exclusão social e espacial e uma fragmentação do espaço que se expressa em uma diferenciação e especialização dos lugares em uma escala territorial, com cidades voltadas para a produção, o consumo ou para a moradia.

Enfim, para Harvey (2014, p. 30), “as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção” e a urbanização, por conseguinte, caracteriza-se como um “tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos”.

2.1.1 Um pouco da urbanização brasileira

O processo de urbanização brasileiro modificou-se ao longo do tempo, acompanhando as transformações socioeconômicas e políticas.

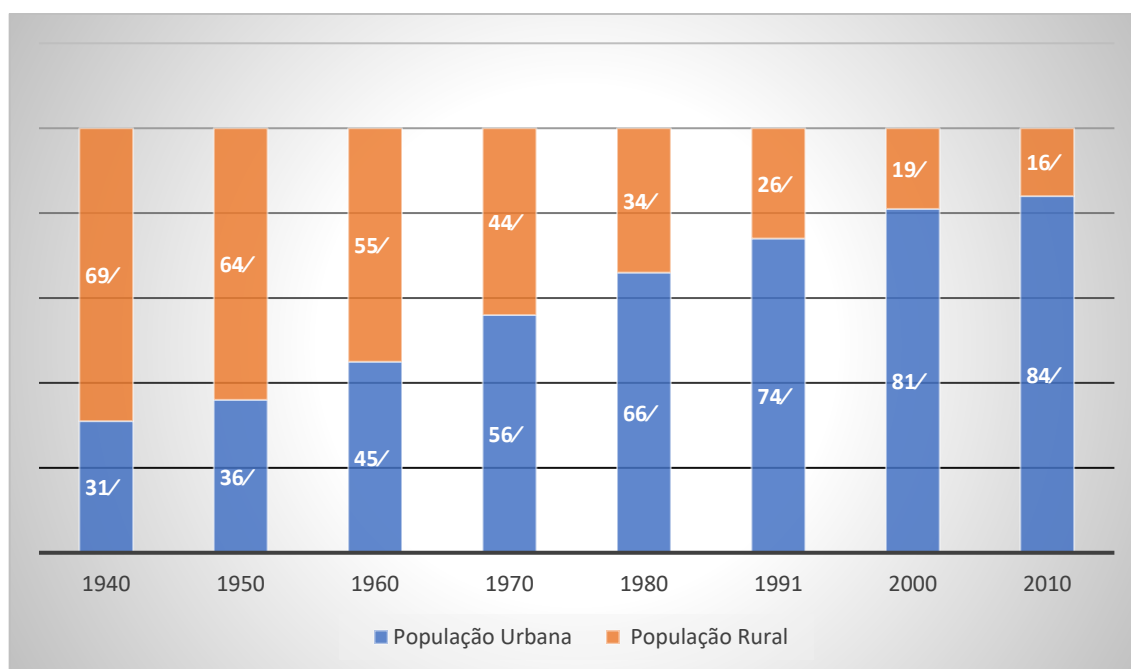
Observando os estudos de Santos (1993), podemos ressaltar dois períodos importantes na análise do processo de urbanização no Brasil para que possamos contextualizar, no decorrer deste estudo, a dinâmica que envolve o fenômeno em escala nacional e em Ubá, visto que este último é o objeto da pesquisa: o primeiro período compreende a década de 1940, que marcou o início de grandes mudanças no urbano, influenciando significativamente a estrutura das cidades, principalmente nos grandes centros do país, fruto da instauração de uma nova estrutura política econômica, com desfechos no social e no desenvolvimento. As décadas de 1950 e 1960 representaram um período em que a concentração fundiária se reafirma no país,

concomitantemente ao aumento da demanda de industrialização promovidas pelos governos de cunho desenvolvimentista de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

O segundo período considerado compreende aquele conhecido pelo avanço da globalização, flexibilização do capital, e de uma grave retração da economia brasileira.

A **Figura 1** aponta a grande mudança no padrão de urbanização brasileiro ocorrida na década de 1970, quando a população urbana supera a rural. Sendo as grandes cidades, o principal destino desse fluxo populacional, pois nelas se concentravam os principais eixos de crescimento do país, principalmente na região Sudeste.

Figura 1 – População rural e urbana no Brasil.



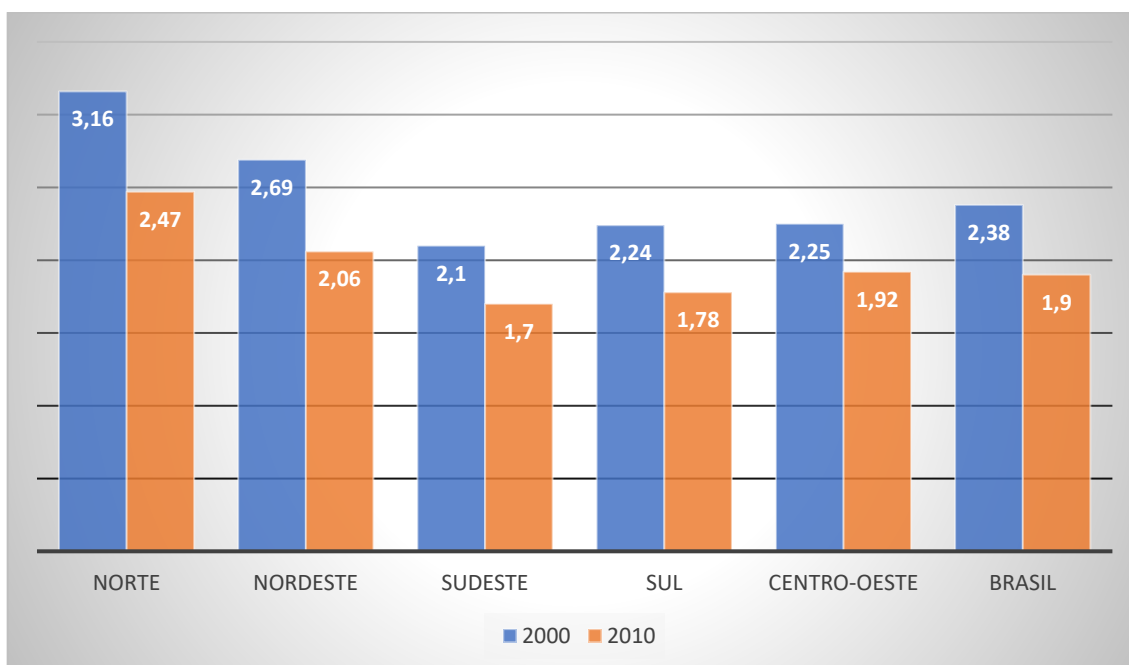
Fonte: IBGE – Censo. Organizado pelo autor.

O declínio econômico iniciado na década de 1980, altera, significativamente, o padrão no processo de urbanização do país. Os impactos dessa crise, fruto de uma reestruturação produtiva internacional que atinge os países capitalistas ricos e impactam fortemente a economia dos países periféricos, dentre eles o Brasil.

No gráfico da **Figura 2** é possível perceber, que após a década de 1990, fim desse longo período de estagnação econômica pelo qual o país passou, podemos identificar um arrefecimento no grau de urbanização brasileira. Este processo pode

ser visto como um arrefecimento dos números referentes à urbanização, dado que passamos por um período alucinante na busca pela cidade, mas também representou um novo padrão de urbanização ligado a globalização, a flexibilização do capital, e a nova configuração econômica do país, com números e resultados bem inferiores aos encontrados antes da década de 1980. Entra também nessa mudança, as alterações no comportamento demográfico da população brasileira, que experimentou, nas últimas décadas, uma redução significativa na sua taxa de fecundidade, em todas as regiões do país, inclusive naquelas em que a emigração era extremamente elevada.

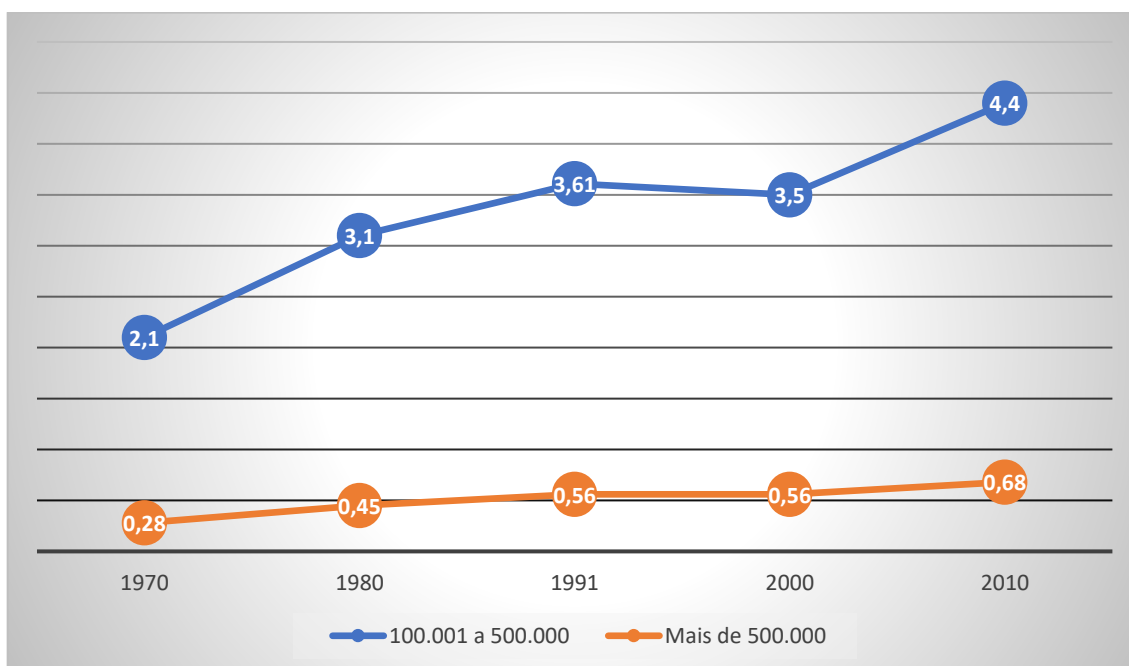
Figura 2 – Evolução da taxa de fecundidade no Brasil e em suas regiões



Fonte: IBGE – Censo. Organizado pelo autor.

Observa-se um novo cenário na urbanização brasileira a partir da década de 1990, com a redução nas taxas de crescimento demográfico das regiões metropolitanas, principalmente das suas sedes. De acordo com o censo do IBGE de 1991, surge no país uma nova tendência demográfica que é a mudança no fluxo migratório que, juntamente com o capital, procuram as cidades de porte médio, entre 100.000 e 500.000 habitantes, para se estabelecerem (**Figura 3**).

Figura 3 – Evolução dos municípios segundo tamanho da população (%).



Fonte: IBGE. Censo. Organizado pelo autor.

Essas mudanças estão diretamente ligadas ao avanço do capital em forma de investimentos em direção às cidades médias e a própria saturação econômica e espacial dos grandes centros urbanos, inviabilizando a empregabilidade nesses espaços, o que acabou deteriorando a qualidade de vida e impulsionando a emigração, ou pelo menos sua capacidade de atração de novos fluxos. Assim, afirmamos que a mudança do padrão de urbanização brasileiro esteve intrinsecamente ligado ao processo de desmetropolização do país.

2.1.2 Cidades médias

A proposta aqui não é encerrar, conceitualmente, o assunto sobre cidades médias e sim o de inserir Ubá dentro dessa escala de análise.

Segundo Batella (2013, p. 51), “as abordagens mais tradicionais acerca do conteúdo teórico-metodológico das cidades médias convergem para uma relação causal entre as dimensões demográfica e funcional”. Ainda, de acordo com o autor, cidade média está relacionada a uma dimensão sustentável que envolve a história urbana ao longo de vários anos, sendo que, antes mesmo do surgimento das preocupações conceituais sobre cidades médias, já se discutia a importância do equilíbrio interno referente aos sistemas urbanos.

A proposta é superar, para este estudo, sumariamente, o caráter meramente quantitativo em termos populacionais, em outras palavras, entendendo a cidade média como aquela que desempenha papel de intermediação em sua rede urbana. Nesta perspectiva, a conceituação de cidade média pressupõe as funções que ela desempenha dentro de sua área de influência como elo dessa região, sendo necessário articular diferentes escalas de análises, levando em consideração diversas combinações que as colocam em papéis singulares dentro de uma hierarquia.

Para Santos (2005, p. 72), no que tange a interpretação das cidades médias:

A função dessas cidades, qualitativas e quantitativamente intermediárias, é a de proporcionar serviços de nível médio e produtos mais diversificados do que as cidades locais podem vender. É uma das razões por que seu número e sua importância variam em relação com a capacidade de consumo da população interessada.

Amorim Filho e Rigotti (2002) propõem a utilização de aspectos para subsidiar a classificação de cidades médias, possibilitando, por exemplo, a utilização de propriedades que melhor se adequam a inserção de Ubá junto a essa escala de análise.

Interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior; tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços aos espaços microrregionais a ela ligados; suficientes, sobre outro ponto, para desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional e engendrarem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas; capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades já saturadas; condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que o envolve; e diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos (AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002, p. 9).

Para Corrêa (2007), a compreensão das interações espaciais nas cidades médias é extremamente complexa, envolvendo direções e escalas diversas. No que se refere às escalas o autor destaca a escala regional e a escala extrarregional, podendo até mesmo assumir um caráter internacional, desarticulando assim, a rigidez hierárquica.

O crescimento das cidades médias brasileiras está ligado aos investimentos em infraestrutura, comércio e indústrias, fruto de uma realocação do capital em lugares ainda não saturados onde os investimentos são mais rentáveis.

É fundamental compreendermos as transformações pelas quais vêm passando as cidades médias brasileiras, em termo de seu papel protagonista de elo entre diferentes escalas, revelando-se detentoras de uma certa complexidade nas alterações do papel que exercem na rede urbana. É indeclinável pensar sobre o papel desempenhado pelas cidades médias na rede urbana atualmente, articulado às redefinições nas estruturas produtivas, contribuindo, assim, em alterações no processo de estruturação urbana e das cidades.

Enfim, a qualificação de Ubá como cidade média, se vale da sua influência regional identificada nos estudos apontados no capítulo dois do presente trabalho. Esta rede de influência demonstra a capacidade do centro citado de se comportar como nó de uma rede urbana complexa onde as particularidades são eixos importantes desse espaço.

2.2 Espaço urbano

As cidades brasileiras apresentam diferentes configurações territoriais em seu ambiente, cada uma delas pertencentes a um contexto socioespacial específico, no qual a presença ou não de certas características apresentam aspectos em comum ou distintos a cada centro urbano, possibilitando analisá-las e compreendê-las, face aos interesses e lógicas do próprio processo de produção do espaço urbano.

Para Santos (2005, p. 33), o espaço

reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas, o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.

Ainda segundo Santos (2004), o espaço é a síntese, momentânea envolvendo o conteúdo social e as formas espaciais.

É no espaço urbano onde as ações da sociedade ocorrem, criando e recriando novas configurações urbanas, não só no que se refere ao próprio sítio, mas também,

no que tange às estruturas sociais, gerando um dinamismo desse espaço em suas diversas dimensões. Para Corrêa (1995, p. 7), o entendimento das forças atuantes na dinâmica do espaço urbano que geram consequências à sua configuração, é fundamental, chegando a afirmar que:

o conjunto dos usos da terra justapostos entre si definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, e entre outras aquelas reservadas a futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade, ou simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.

O espaço urbano é, por excelência, o lugar da diversidade nas relações sociais e econômicas sendo este o território ideal para o desenvolvimento do capitalismo. Nele ocorrem as ações promovidas pelo Estado e pela iniciativa privada, que refletem em impactos territoriais de ordem socioespacial. Porém, é neste espaço que são estabelecidas, também, as relações sociais de seus moradores, fruto de uma dinâmica empregada no cotidiano da cidade. A dialética envolvendo as relações capitalistas de produção e o cotidiano dos cidadãos, impõe marcas ao território, frutos de um dinamismo histórico envolvendo a cidade.

Para Corrêa (2003), o espaço urbano é resultado de vários agentes que são responsáveis pela sua configuração, dentre eles: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

As materialidades e imaterialidades são componentes presentes no espaço urbano, sendo frutos de uma intensa relação que envolve os agentes sociais que o produzem e o consomem. Este cenário dialético demanda, a princípio, identificar os agentes sociais na produção do espaço urbano como ponto fundamental na busca de uma análise factível, visto que seus interesses, dentro de suas perspectivas espaciais, orientam os processos materializados no espaço.

Segundo Carlos (1994), o processo de produção do espaço urbano é fruto da divisão social e territorial do trabalho, manifestando-se a partir disso uma contradição entre os interesses do capital e o desenvolvimento da sociedade. Este fato, favorece uma disputa pela apropriação do espaço que se materializa nas políticas urbanas que definem e redefinem seu uso, influenciando na estruturação que ocorre no interior das cidades, gerando segregação e fragmentação espacial. A autora deixa claro que a

produção do espaço urbano é inerente aos interesses dos agentes, fruto de relações simbólicas e contraditórias do capitalismo.

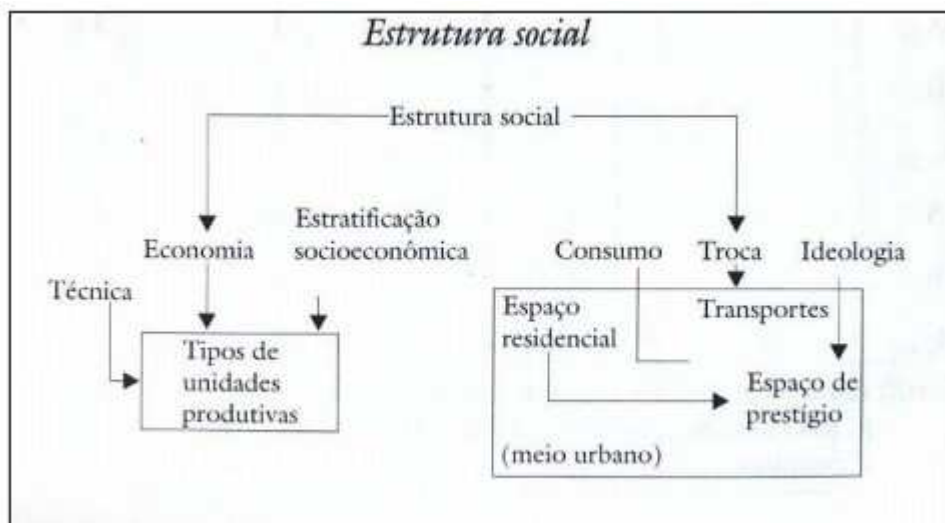
Cabe destacar que, o espaço urbano é apropriado de forma diferenciada, expressando a lógica do sistema capitalista de produção, que objetiva perpetuar essas desigualdades de acesso ao espaço. Esse processo gera a compreensão do estabelecimento da segregação socioespacial no tecido urbano, por meio de uma diferenciação que muitas vezes é entendida como natural.

Castells (2011) criticou profundamente a Escola de Chicago de Sociologia Urbana pelo fato dela não priorizar o entendimento da historicidade do urbano sob a ótica do capitalismo. O autor propôs o entendimento de que o “sistema urbano” seria estruturado pelo modo capitalista de produção. Assim, Castells se valeu da alegação da utilização de duas dimensões básicas do urbano, sendo estas a escalar e a funcional. A escalar se refere ao aspecto que envolve a materialidade dos processos sociais organizados na escala urbana, denominadas por ele de “unidades espaciais”. Já o aspecto funcional do urbano, vai além do contexto geográfico ou da abrangência territorial dos processos sociais, se consolidando a partir do seu papel funcional, que não pode ser definido pelas suas funções ideológicas, políticas ou produtivas, mas pelo seu papel de lugar da reprodução da força de trabalho.

O entendimento de que a estrutura urbana faz parte da teoria do espaço, e que este espaço é resultado da estrutura social, proveniente das relações entre os sistemas econômico, político e ideológico são argumentos inexoráveis para Castells (2011). Segundo o autor, é fundamental entender a estrutura urbana como consequência das leis que dominam o modo de produção e da estrutura social, como pode ser apresentado na **Figura 4**.

Importante destacar que a estruturação das cidades atuais demonstra uma relação contundente entre a apropriação dos meios de produção e exploração da força de trabalho. As cidades, no sistema capitalista de produção, apresentam-se como espaços de concentração do mercado, dos meios de circulação, de informações, de comunicação, do próprio capital expresso nas suas diferentes faces.

Figura 4 – Estrutura social.



Fonte: Castells (2011).

Segundo Gottdiener (1999), as transformações envolvendo a estrutura urbana estão diretamente relacionadas ao processo de terciarização da produção das cidades e até mesmo da revolução do setor de informação. O modelo flexível de produção é o grande responsável pela expansão do setor terciário é absolutamente fundamental nas mudanças no sistema produtivo da indústria, que modificaram, ao longo do tempo, as lógicas locais aplicadas ao espaço urbano.

2.3 Da estruturação a reestruturação urbana

De acordo com Lefebvre (1999, p. 109), quando se trata da procura por entendimento do fenômeno urbano, “as funções, as estruturas, as formas (na acepção habitual deste termo) apesar de necessárias não se mostram suficientes para defini-lo.” Constata-se que o dinamismo dos processos urbanos definidos pelas relações econômicas e principalmente sociais ampliou a complexidade na análise da estrutura urbana.

Para Sposito (1991), a estruturação urbana compreende um instrumento de análise processual que constitui a estrutura urbana, sendo este um processo contínuo de transformação onde a estrutura ao mesmo tempo promove e resulta da reprodução dos processos sociais. Sendo assim, considera-se a estruturação como resultado de um movimento de constituição da estrutura, dentro de um processo socioespacial.

No entendimento de Sposito (1991, p. 6), é fundamental acrescentar ao conceito de estruturação, o de reestruturação urbana, pois este

transmite a noção de uma ruptura com tendências seculares e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. [...] A reestruturação origina-se na crise e em um conflito entre o velho e o novo, entre uma ordem preterida e uma ordem 'projetada'. Esse processo não é mecânico ou automático, nem seus resultados são pré-determinados. [...] A reestruturação sugere fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, uma mescla complexa de continuidade e mudança.

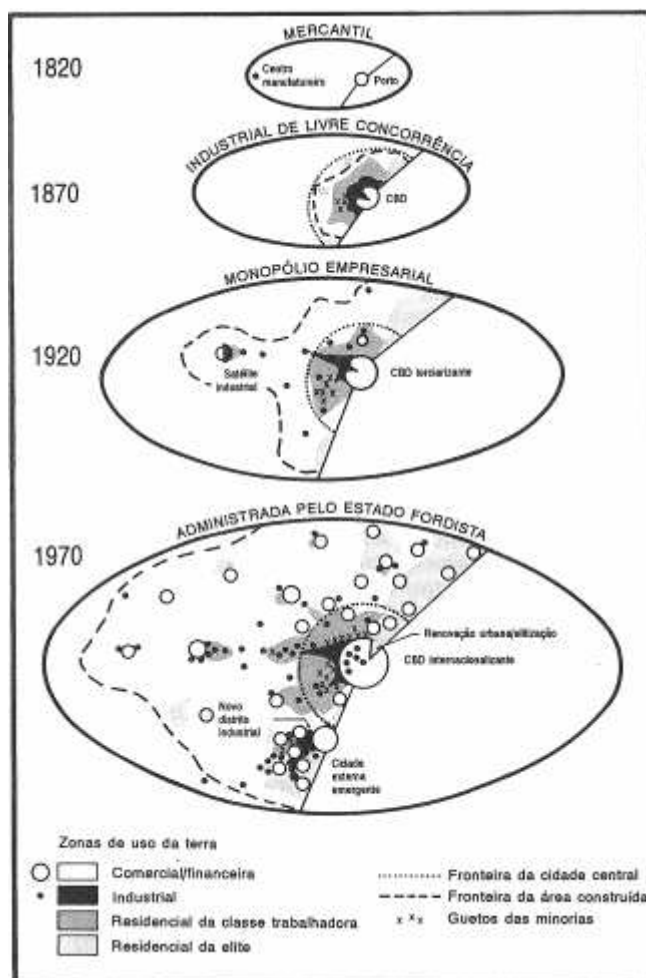
A constatação de que os processos sociais, econômicos e políticos representam o dinamismo do espaço urbano é imperativo. A esta constatação acrescenta-se o fato de o modelo capitalista de produção ser o motor propulsor social, desencadeador da (re)estruturação do espaço urbano, sendo este, segundo Corrêa (2004):

fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas - é um produto social, resultado de ações sociais acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação desses agentes é complexa, derivando da dinâmica de atuação do capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos sociais que dela emergem. (CORRÊA, 2004, p. 11).

Para Soja (1993, p. 193), “a reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política.”

A **Figura 5**, apresentada por Soja (1993), demonstra que a evolução espacial urbana, adere as crises que acompanham o capital desde a I Revolução Industrial. Para o autor, cada um desses períodos “começa pelos períodos declinantes, de recessão, repressão e sublevação social que marcaram o término de longas fases de crescimento expansivo na economia macropolítica do desenvolvimento capitalista.”

Figura 5 – Evolução da forma urbana: protótipos da cidade norte-americana de 1820 a 1970.



Fonte: Soja (1993).

Assim, podemos imaginar que as crises no sistema capitalista, podem engendrar uma requalificação do espaço urbano, que se manifesta de maneira diferente em função das características particulares de cada cidade. Essa constatação, permite estabelecer uma inevitável relação entre a reconfiguração espacial urbana de Ubá e sua ligação com a crise capitalista de 2008, que afetou, após um longo intervalo, significativamente, a economia da cidade a partir de do ano 2013.

O processo de reestruturação urbana está intrinsecamente ligado à divisão técnica, territorial e social do trabalho, nas suas mais diversas escalas. A partir desta perspectiva, o conceito de centralidade e de periferia nas cidades passam a ter maior espaço dentro da pesquisa, proporcionando novas reflexões para o trabalho, contribuindo para o entendimento do espaço urbano e o reconhecimento dos agentes que ali atuam.

2.4 Centralidade urbana

Primeiramente cabe destacar que, a intenção neste tópico é de tratar, exclusivamente, do conceito de centralidade na sua escala intraurbana, visto que, no capítulo três, a escala regional será suficientemente abordada, tanto para sua compreensão quanto para o estabelecimento de uma relação que envolva o caráter regional e o urbano na concepção de uma interação e até mesmo de dependência entre eles.

A partir de meados da década de 1910, com o objetivo de entender a estruturação urbana e os padrões de uso do solo, a chamada Escola de Chicago de Sociologia Urbana, tornou-se referência neste estudo que tinha como objetivo encontrar padrões de regularidade no entendimento do espaço urbano. Para isso, os estudiosos sobre o assunto, se alinharam a uma perspectiva dita ecológica, elaborando teorias que pudessem explicar as espacialidades urbanas e o foco foi o centro da cidade.

A defesa da ideia de que nas cidades a regra era o surgimento de um núcleo central prevalecia. Neste espaço ocorreriam as trocas, o comércio e os serviços, e teria sua identificação espacial, inequívoca, na paisagem urbana, chegando a ser denominada de hipercentro. Este pensamento permaneceu hegemônico por mais de meio século.

Tourinho (2004), é contundente ao relatar o rompimento, a partir da década de 1990, do centro como local hegemônico do espaço urbano, no que se refere a concentração do comércio, serviços e moradia, concepção esta que preponderou até a década anterior ao seu estudo. Assim, o centro, que exercia até então um forte protagonismo na estruturação do espaço urbano, foi perdendo ou tendo que dividir a significância nas últimas décadas, com o surgimento de uma nova lógica na estruturação urbana das cidades.

A autora destaca nessa nova concepção da espacialidade urbana, a importância do entendimento do papel do capital imobiliário na compreensão de quais seriam suas consequências para a vida da cidade. Segundo Tourinho (2004), o aprofundamento no estudo das centralidades diminuiu a concentração de trabalhos referentes ao centro, já que, até então era ele que concentrava o comércio e serviços da cidade.

Para a autora, compreender o significado e as características do centro é fundamental na perspectiva de se definir um referencial que possa qualificar o centro. A centralidade ocorre integralmente nesta parte da cidade. A partir disso, estabelece-se

um padrão de medida, que funciona como um referencial para comparação entre o centro e qualquer outra parte da estrutura urbana.

É fundamental o entendimento de que é a partir da região chamada originalmente de centro que a cidade irradia. Para Whitacker, (2003), o centro enquanto elemento estruturador de uma cidade é caracterizado pela sua concentração localizável e localizada na cidade, podendo estabelecer uma hierarquia espacial para a mesma. É partir do centro que a dinâmica urbana prospera.

Segundo Sposito (2001, p. 238), “o centro se revela pelo que se localiza no território”, através de suas formas e funções espaciais.

Em se tratando de função do centro urbano, é importante destacar que essa pode transpor seus limites originais. Pereira (2013), revela que a centralidade urbana se apoia e se revela no território. A centralidade, nesse sentido, pode ser apreendida em dois níveis escalares: a rede urbana (o interurbano) e a cidade (o espaço urbano).

Em uma outra perspectiva, Whitaker (2003, p. 137), declara que para o entendimento do estabelecimento de uma centralidade, os fluxos são os elementos imprescindíveis, superando a própria localização. Ainda segundo o autor, os fluxos são configurados através das comunicações e telecomunicações traduzidas em trocas, decisões, gestão, controle e irradiação de valores.

Segundo Villaça (2001), os bairros nobres, independentemente de suas localizações, agem como polos de atração das atividades de comércio e serviços de que necessitam, recriando os elementos de centralidade, já os bairros pobres, localizados na periferia, permanecem sem infraestrutura, sem serviços e comércio mais diversificado.

É fundamental entender que, o crescimento das cidades e o adensamento dos bairros mais distantes ao centro, que passam a concentrar população e atividades econômicas, criam condições incipientes a novas centralidades, formando espaços com funções similares ao centro.

A área onde se identifica uma centralidade no tecido urbano é a que possui elevada concentração de atividades socioeconômicas em fluxos, contribuindo para uma valorização imobiliária e numa maior densidade populacional, se tornando espaço fundamental em relação a organização estrutural e funcional das cidades.

Focando, como tem sido feito nesta parte do trabalho, na escala intraurbana da centralidade, observa-se que este processo ocorre onde a densidade e a hierarquia

dos bens e serviços se estabelecem nos espaços urbanos, determinando lugares privilegiados.

Em um passado, onde a tecnologia e o transporte ainda se apresentavam incipientes em relação aos níveis atuais, cenário este que contribuía para um isolamento político e econômico, fazia com que as transformações urbanas fossem resultantes quase que exclusivamente de agentes endógenos. Com o avanço dos meios de comunicação e transporte e até mesmo com as aberturas políticas e econômicas, as influências exógenas, sejam elas nas mais diversas escalas, principalmente a regional, foram essenciais para o surgimento de centralidades intraurbanas.

O acúmulo de fatores, dentre eles o crescimento da cidade, tanto demograficamente em extensão ao distanciamento entre o centro pioneiro e as áreas periféricas, provocam o processo de descentralização e a reconfiguração urbana, detalhada por Sposito (2013, p. 72).

Em modos de produção pretéritos, tanto quanto em boa parte do desenvolvimento do modo capitalista de produção, as cidades tiveram suas estruturas espaciais articuladas em torno de um centro principal. Na maior parte das vezes, ele era ou é único, desempenhando todos os papéis de centralidade, tanto na escala da cidade, quanto na interurbana, quando tratamos dos espaços urbanos de maior importância nas redes urbanas. A implantação de sistemas de transporte urbano, primeiramente por trilhos (bondes e trens suburbanos, seguidos pelo metrô) e depois, sobretudo, o de matriz automotiva (ônibus, carros, caminhões, motos etc.) geraram condições técnicas e funcionais para uma cidade mais expandida. Ela é menos densa, alcançando a situação de dispersão do tecido urbano e de diluição clara das formas urbanas em amálgamas em que elas se mesclam aos espaços rurais nas franjas deste tecido. Esse processo foi acompanhado, claramente, de emergência de novas áreas comerciais e de serviços.

Ainda sobre a autora, a redefinição da centralidade intraurbana a partir da ocorrência de quatro dinâmicas que envolvem esta expressão:

1. As novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados levam a mudanças na estrutura e no papel do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição do centro, da periferia e da relação centro-periferia;
2. A rapidez das transformações econômicas que marcam a passagem do sistema produtivo fordista para formas de produção flexíveis impõe mudanças da estrutura interna das cidades e nas relações entre as cidades de uma mesma rede;
3. A redefinição da centralidade urbana não é uma dinâmica nova, porém, adquire novas dimensões se considerarmos o impacto das transformações atuais, não somente nas metrópoles e grandes cidades, mas também nas cidades de média importância;
4. A difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo

destinado ao consumo reorganizam o cotidiano das pessoas e a lógica de localização dos equipamentos comerciais e de serviços. (SPOSITO, 2010, p. 199)

Elemento crucial para o entendimento contemporâneo da estruturação urbana, a centralidade surge como um processo dinâmico que pode superar a rigidez espacial do centro. Assim, o presente trabalho busca, a partir desse processo entender os mecanismos que promovem as mudanças no espaço urbano de Ubá, considerando que a (re)estruturação do espaço urbano é ao mesmo tempo resultado e fator condicionante das diversas relações ocorridas sob o modo específico de produção e organização social capitalista e suas contradições produzidas.

A concepção da centralidade como um processo de reestruturação urbana está em consonância com a segregação socioespacial, fragmentando as relações e o próprio espaço urbano expressa na desigualdade socioespacial contribuindo para a proliferação de moradia das classes de alta e de baixa renda, reproduzindo a lógica centro-periferia.

O processo de urbanização e sua relação com uma lógica econômica estruturada a partir do interesse das indústrias, que é marcante em Ubá, e que busca a eficiência na redução de custos da reprodução o do trabalho, transferiu o ônus da moradia para os trabalhadores, que pelo fato de não conseguirem morar próximos ao trabalho – onde a infraestrutura se faz presente – acabaram ocupando áreas periféricas adotando a autoconstrução ou sendo atendida, mais tarde, por programas habitacionais subsidiados pelo Estado.

Para Villaça (2001. p. 37), em seu estudo sobre áreas residenciais segregadas “a segregação é a mais importante manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera na sociedade”, principalmente em se tratando das grandes cidades brasileiras, onde fica evidenciado o abismo socioeconômico e espacial existente entre ricos e pobres, constatando que nenhum estudo do espaço urbano se sustenta se não tratar do entendimento da segregação espacial urbana.

Para Maricato (1997), o Estado, através de sua política de investimentos urbanos, é responsável pelo surgimento das chamadas periferias urbanas, que segundo ela se trata de espaços residenciais que abrigam a classe trabalhadora e/ou as camadas mais segregadas da sociedade em lugares caracterizados por ocupações de pequenas casas em pequenos lotes, localizados distantes dos centros de

comerciais, desprovidos de equipamentos urbanos essenciais à sociedade, onde o comércio e os serviços particulares ocorrem de forma incipiente.

As cidades apresentam ao longo da história um grande dilema estabelecido entre as forças do trabalho e o capital, disputando espaços e criando diferenças que se tangenciam nas relações do cotidiano urbano, tema esse que retomaremos e aprofundaremos no capítulo quatro. Assim se estabelecem as diferenças abruptas entre a periferia e a centralidade, escandalosamente percebida e vivida na Zona Oeste da cidade de Ubá.

3 A ESCALA URBANO-REGIONAL: A FORMAÇÃO DA REDE URBANA DE UBÁ NO CONTEXTO REGIONAL

Para Santos (1993, p. 81), não cabe em nenhum aspecto, estudar isoladamente uma cidade, pois, na verdade, “a unidade de estudo é a rede urbana”. Sendo assim, o estudo na escala regional, compreendendo a influência de Ubá neste contexto, torna-se fundamental para que se possa estabelecer uma relação entre centralidade interurbana e intraurbana envolvendo o centro em questão.

Quando nos referimos a centralidade, em escala interurbana, estamos nos dirigindo ao grau de polarização que uma cidade exerce sobre a outra, constituindo assim, sua região de influência. Isso implica no entendimento de como uma cidade pode ofertar bens e serviços a uma outra ou a um conjunto delas, e também, de que modo que as atividades produzidas e suas formas de espacialização interferem na estrutura urbana, bem como as relações entre os centros.

Segundo Souza (2003, p. 25), toda cidade, do ponto de vista econômico é

uma localidade central, de nível maior ou menor de acordo com a sua centralidade – ou seja, de acordo com a quantidade de bens e serviços que ela oferta, e que fazem com que ela atraia compradores apenas das redondezas, de uma região inteira ou, mesmo, de acordo com o nível de sofisticação do bem ou serviço, do país inteiro ou até de outros países.

Assim, conclui-se que em escala interurbana, a centralidade está vinculada diretamente a capacidade de atração proporcionada pelas atividades existentes numa localidade que compõe uma rede de cidades, sendo essa característica fruto de um dinamismo que abarca o setor secundário e terciário da economia.

A proposta desse capítulo é de constituir uma abordagem factível para a compreensão da geografia urbanorregional de Ubá, reconhecendo e identificando critérios para a qualificação da cidade e das relações entre aquelas que são notadamente influenciadas por ela, revelando eixos de integração no território e padrões diferenciados de constituição dessa centralidade urbana.

Segundo Sposito (1999), o estudo sobre a centralidade urbana deve considerar duas escalas territoriais na análise: a intraurbana, relacionada ao espaço urbano referente a cidade; e a interurbana ou urbanorregional, tendo como base a rede urbana no qual determinada cidade está inserida. Para entender a centralidade de Ubá em nível regional, foco desse capítulo, é necessário reconhecer a realidade

espacial que está diretamente ligada à cidade principal, e compreender os elos que as unem. Para tanto, a metodologia utilizada, baseou-se no estudo da pesquisa Regic-2018, contextualizando Ubá nessa análise.

3.1 Uma breve contextualização

Ubá concentra seu território sob o domínio da unidade geomorfológica dos planaltos cristalinos rebaixados, também denominados de Mares de Morros (AB'SABER, 2006), encontrando-se na Região Intermediária¹ de Juiz de Fora tendo como destaque socioeconômico sua cadeia produtiva ligada ao setor moveleiro.

A cidade de Ubá está localizada a 270 km de Belo Horizonte, 100 km de Juiz de Fora e 60 km de Viçosa. Com uma população de aproximadamente 116 mil habitantes (estimativas do IBGE 2020) é o segundo maior município, nesse quesito, da região, superado apenas por Juiz de Fora.

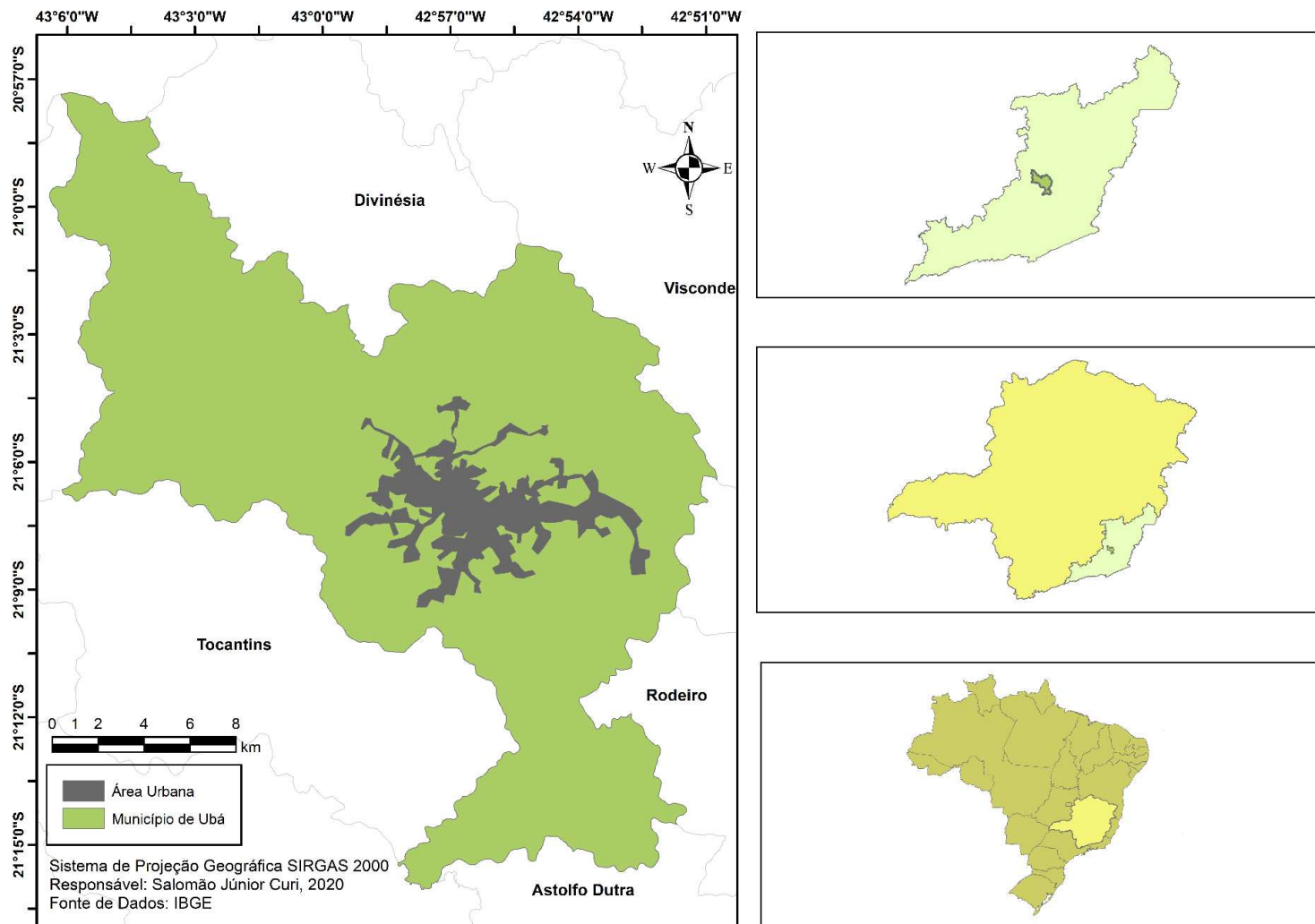
A evolução socioeconômica de Ubá apresenta certa singularidade em relação ao restante da RI de Juiz de Fora. A urbanização e a industrialização caminharam juntas desde a estagnação econômica baseada na agricultura até a década de 1950. A inserção do capital no território do município está intimamente ligada a articulação econômica regional proveniente do modelo de gestão baseado no Arranjo Produtivo Local - APL, que possui Ubá como polo. A vanguarda do município no setor moveleiro além de promover uma centralidade na região acaba por criar todo um arcabouço que envolve além de outros setores econômicos e de serviços, também uma capacidade de gestão pública e privada que corrobora com esse aspecto polarizador de Ubá. O Polo moveleiro é formado pelos seguintes municípios: Astolfo Dutra, Cataguases, Divinésia, Dona Euzébia, Dolores do Turvo, Goianá, Guarani, Guidoal, Guiricema, Mercês, Piraúba, Rio Novo, Rio Pomba, Rodeiro, São Geraldo, São João Nepomuceno, Senador Firmino, Silveirânia, Tabuleiro, Tocantins, Ubá e Visconde do Rio Branco.

¹ As Regiões Geográficas Intermediárias são o conjunto de Regiões Geográficas Imediatas. Preferencialmente, buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais (REGIÕES..., 2008). Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias. As Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade. IBGE.

É importante destacar que essa relação de proximidade, apesar de apresentar uma hierarquia que tem como ápice o município de Ubá, é imperativo enxergar o princípio da complementariedade da cadeia produtiva e funcional que envolve os municípios compreendidos pelo APL.

Assim, como pode ser observado na **Figura 6**, podemos considerar Ubá um elo importante de uma rede de cidades que formam a RI de Juiz de Fora e que apresenta importantes singularidades acabando por definir a complexidade regional geradora de fluxos constituídos “de funcionalidade, expressa em seu conteúdo e seu arranjo espacial, os quais denotam as características da estrutura social e de seu movimento” (CORRÊA, 2012, p. 206).

Figura 6 – Ubá, MG: Inserção regional, estadual e nacional.



Organizado por: Salomão Júnior Curi (2020).

O município, com sua característica industrial, tornou-se referência entre os demais da região, no que se refere, a atração populacional. Sua economia pujante favoreceu o surgimento de um fluxo significativo de pessoas em busca de emprego nas suas fábricas, e por conseguinte, em seus comércios e serviços diversos. O município se tornou o segundo mais populoso da RI de Juiz de Fora e o que apresenta maiores índices de crescimento demográfico, como pode ser observado na **Tabela 1**.

Tabela 1 – População residente estimada nos municípios sedes das Regiões Imediatas da Região Intermediária de Juiz de Fora.

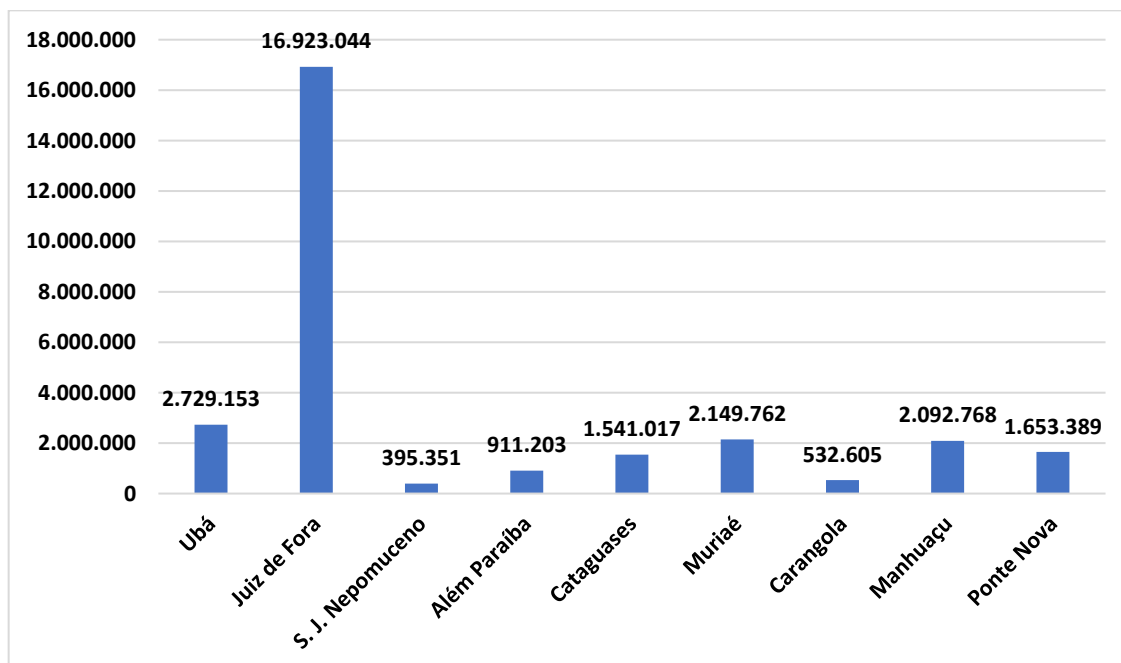
Municípios	Ano									
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Juiz de Fora	520811	525225	545942	550710	555284	559636	563769	564310	568873	573285
Ubá	102782	104004	108493	109779	111012	112186	113300	114265	115552	116797
Muriaé	101431	102074	105861	106576	107263	107916	108537	108113	108763	109392
Manhuaçu	80530	81455	84934	85909	86844	87735	88580	89256	90229	91169
Viçosa	72786	73333	76147	76745	77318	77863	78381	78286	78846	79388
Cataguases	70201	70630	73232	73712	74171	74609	75025	74691	75123	75540
Ponte Nova	57551	57706	59614	59814	60005	60188	60361	59605	59742	59875
Além Paraíba	34406	34461	35559	35641	35720	35795	35866	35321	35362	35401
Carangola	32325	32353	33358	33412	33463	33513	33559	32988	33000	33011
S. J. Nepomuceno	25155	25249	26114	26227	26336	26439	26538	26272	26361	26447

Fonte: IBGE – Estimativas. Organizado pelo autor.

A mesma caracterização cabe ao PIB do município, demonstrada na **Figura 7**, sendo, também, o segundo da RI de Juiz de Fora, com forte ligação ao setor industrial que representa quase 35% do Produto Interno Bruto, superando bastante a média nacional de participação da indústria na economia. O polo moveleiro de Ubá concentra cerca de 400 empresas, tornando-se, desta forma, um dos mais importantes polos moveleiros do estado de Minas Gerais e do Brasil.

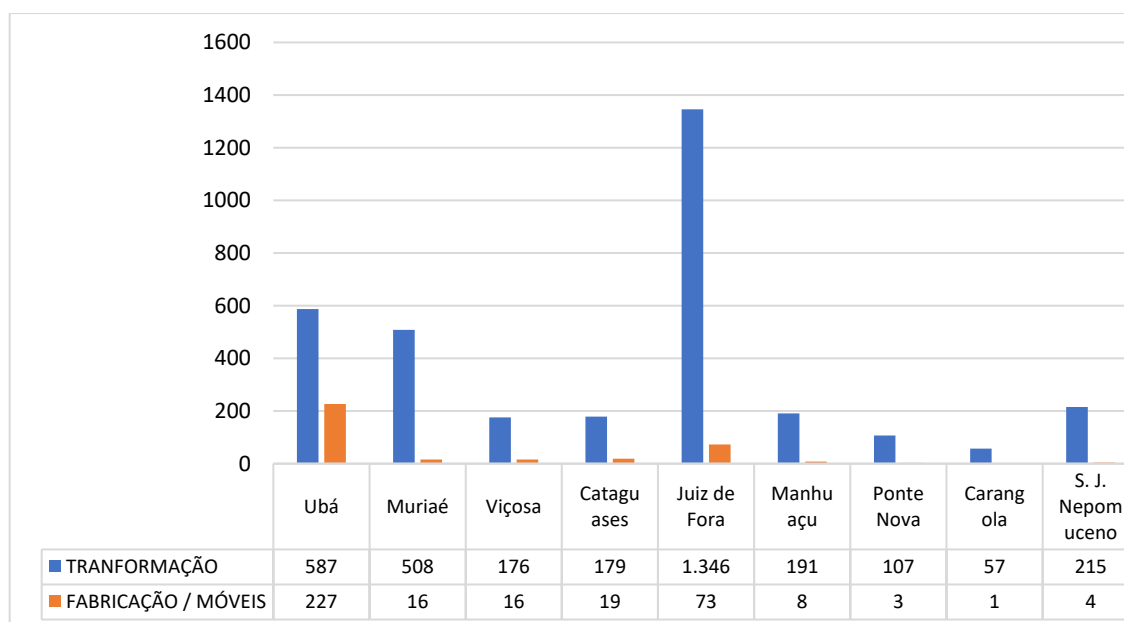
A **Figura 8** retrata, por meio do número de unidades fabris, a já citada característica industrial do município de Ubá. Também demonstra que a indústria moveleira representa o principal segmento deste setor da economia municipal. Os números reforçam a qualificação de polo moveleiro.

Figura 7 – Produto Interno Bruto a Preços Correntes (mil R\$), 2018 dos municípios sedes das Regiões Imediatas da Região Intermediária de Juiz de Fora.



Fonte: IBGE – PIB dos municípios. Organizado pelo autor.

Figura 8 – Número de Unidades Fabris Locais, 2018 nos municípios sedes das Regiões Imediatas da Região Intermediária de Juiz de Fora.



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas. Organizado pelo autor.

A segunda metade do século XX representou o período de reestruturação produtiva de Ubá, segundo Valverde (1958). Para o autor, o município apresentava-se estagnado em relação ao restante da Zona da Mata. O município, na época, tinha

como base econômica uma incipiente produção agrícola familiar, ligada principalmente ao cultivo do fumo.

A passagem de uma economia, basicamente agrícola e vulnerável, para uma economia urbano industrial sólida, ocorreu devido ao recebimento de uma parcela significativa de imigrantes italianos que apresentavam uma enorme vocação profissional ligada à manufatura e ao artesanato. Esse fato, comprova a dinâmica socioeconômica que contribuiu para o surgimento do Polo Moveleiro de Ubá. Diferentemente do que explica o surto industrial do país ocorrido em meados do século passado, que se apresentou como resposta à crise cafeeira, e, paradoxalmente financiado pelo capital acumulado do setor, Ubá sai da estagnação agrícola e desloca a sua economia para a indústria moveleira estimulado, fundamentalmente, pelo seu capital humano.

Ubá hoje, como já demonstrado no trabalho, representa um importante polo moveleiro nacional, sendo o terceiro do país e o maior do estado de Minas Gerais, segundo o Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Mobiliário de Ubá (Intersind). Para além desse protagonismo, a cidade, como as demais que se encontram dentro da lógica capitalista de produção, está sujeita às interferências de agentes que, apesar de atuarem localmente, possuem seus centros decisórios em outros municípios, que ocupam posições superiores dentro da rede urbana. Essa rede, mais precisamente a região de imediata de Ubá, onde a cidade exerce a sua centralidade sobre um conjunto de centros urbanos, estão vinculados a uma teia de articulações que vai desde a concorrência à complementariedade.

Cabe ressaltar, que além de ser uma cidade industrial, Ubá compõe um APL como já colocado anteriormente, que para Rosalem et al. (2008, p. 6) “amplia o conceito de território para além da dimensão material ou concreta e sim para um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam em um determinado espaço”. Ainda segundo os autores, “o APL é um território onde a dimensão constitutiva é econômica por definição, apesar de não se restringir a ela”, que apresenta múltiplos recortes geográficos.

O potencial econômico do município, sua demografia, enfim, sua “geografia” coloca Ubá como uma importante centralidade para a região. Com o objetivo de compreender a dinâmica que levou a essa posição de destaque, o estudo proposto no presente capítulo propõe compreender a posição hierárquica e a influência exercida pela cidade e como isso interfere na sua estrutura urbana.

3.2 Regiões de Influência das Cidades 2018: Metodologia e Aplicação

A pesquisa do IBGE propôs uma atualização do quadro de referência da rede urbana brasileira. A constituição das hierarquias e dos vínculos entre as cidades, junto a delimitação das áreas de influência, representam a base do estudo. O trabalho ocorre por década, tendo início em 1972, obviamente, ao longo desse tempo houve um aperfeiçoamento da metodologia e do aporte teórico.

O estudo se valeu do uso de questionários aplicados a três informantes por cidade. Os resultados dos questionários aplicados nos municípios brasileiros, demonstrou o deslocamento dos habitantes no território em busca dos centros urbanos ofertantes de bens e serviços. Além dos questionários, foram acrescentados dados secundários sobre a hierarquia dos centros e as ligações imateriais entre as cidades. É importante enfatizar que a obtenção dos dados ocorreu em escala municipal, tanto os captados pelo questionário quanto os captados por fontes secundárias.

O questionário é composto pelos módulos denominados de principal, agropecuário e internacional, mas somente os resultados do módulo principal foram utilizados para o cálculo da rede urbana², sendo aplicado em 5.503 municípios, ficando de fora os de alto nível de centralidade de gestão do território³, por serem municípios que tendem a suprir satisfatoriamente os bens e serviços à população que neles habita.

Os temas abordados no questionário referem-se as compras de vestuário e calçados; móveis e eletroeletrônicos; serviços de saúde de baixa, média e alta complexidades; ensino superior; atividades culturais e esportivas; uso de aeroporto; e a origem dos jornais que circulam no município.

Os resultados permitiram a formulação de uma síntese de todos os destinos. Para estabelecer o destino principal do município, foi levantada a média simples do resultado de cada um dos dez temas, selecionando o destino com maior percentual.

² Os questionários dos módulos principal, agropecuário e internacional estão disponíveis nos Anexos 1, 2 e 3, respectivamente. Para informações complementares sobre o módulo agropecuário, consultar o tópico Atividades agropecuárias; e sobre o módulo internacional, o tópico Ligações internacionais, na terceira seção desta publicação. (Regic-2018)

³ O estudo Gestão do Território classifica os Municípios em nove níveis de acordo com o Índice de Centralidade de Gestão do Território, baseado na localização de instituições públicas e empresas privadas multilocalizadas – os níveis mais altos constituem os principais centros de comando do País (GESTÃO..., 2014). Com base nesse estudo, excluiu-se da aplicação do questionário da pesquisa REGIC 2018 os Municípios classificados nos níveis de 1 a 4 na centralidade de gestão do território, mais os de nível 5 com população superior a 300 mil habitantes segundo o Censo Demográfico 2010 (CENSO..., 2019). Regic-2018.

O resultado dos questionários permitiu a construção do Índice de Atração para cada cidade, que foi utilizado nos ajustes de classificação da hierarquia urbana.

Segue abaixo (**Figura 9**) o questionário para o entendimento e contextualização da Regic-2018 e a presente pesquisa.

Figura 9 – Questionário para Entendimento e Contextualização da Regic-2018 e a Presente Pesquisa.

REGIC – Região de Influência das Cidades
Questionário da Pesquisa – Principal

Município:
Responsável pela coleta:
Questionário nº:
Telefone:
Questionário criado em:
Tipo de Informante:
Identificação do Informante
Nome:
Telefone:
Cargo/Posição:

Selecione um desses informantes, priorizando a ordem estabelecida:

- 1) Prefeitura
- 2) Agência dos Correios
- 3) Cartório
- 4) Fórum Municipal
- 5) Agência Bancária
- 6) Delegacia de Polícia
- 7) Igreja
- 8) Associações de Lojistas
- 9) Rádios Locais

1 – Quais são os municípios mais procurados pela população para compra de artigos de vestuário e calçados para **consumo próprio**?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

2 – Quais são os municípios mais procurados pela população para compra de móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e de informática?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

3 – Quais são os municípios mais procurados pela população para utilização de serviços de saúde de **baixa e média complexidade** (consultas médicas e odontológicas, raios x, colocação de gesso, etc.)?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

4 – Quais são os municípios mais procurados pela população para utilização de serviços de saúde de **alta complexidade** (internações, cirurgias, ressonância magnética, tomografia, tratamento de câncer etc.)?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

5 – Quais são os municípios mais procurados pela população para cursar **ensino superior**?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

6 – Quais são os municípios mais procurados pela população para ir a shows, festas, festivais, cinemas, teatros, museus e outras atividades culturais?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

7 – Quais são os municípios mais procurados pela população para ir a **eventos esportivos**, incluindo **práticas esportivas** pela própria população?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
3º Lugar		
4º Lugar		
5º Lugar		
Outros		

8 – Quais são os municípios mais procurados pela população para acessar aeroportos?

UF	Município	Percentual
1º Lugar		
2º Lugar		
Outros		

9 – Quais jornais impressos editados em outros municípios são vendidos ou distribuídos gratuitamente neste município?

UF	Nome do Jornal	Município de edição	Percentual
1º Lugar			
2º Lugar			
3º Lugar			
4º Lugar			
5º Lugar			
Outros			

() Não circulam jornais nesse município

Nota: a aplicação deste questionário ocorreu por meio de Dispositivos Móveis de Coleta (DMC) com aplicativo próprio desenvolvido para a pesquisa. O preenchimento dos municípios-destino pelos entrevistadores foi feito por meio de seleção em uma lista após inserção da UF e primeiras letras do nome do município, autocompletando o restante das informações. O encerramento do questionário dependia da resposta a todas as questões com percentual total de 100% em cada uma.

Fonte: IBGE – REGIC, 2018

No que se refere às ligações rodoviárias e hidroviárias, a pesquisa utilizou de um outro trabalho do IBGE que foi a pesquisa, Ligações Rodoviárias e Hidroviárias de 2016, realizada especificamente sobre o tema dos transportes públicos coletivos inter-municipais.

A Regic-2018 procurou estabelecer um elo entre as relações urbanas de proximidade, para o estabelecimento da rede urbana, e as relações de longa distância entre os centros urbanos, estabelecidas por comando e gestão, que permitem a identificação de cidades que são centros de gestão do território, fundamental para estabelecer um nível inicial de determinação da hierarquia das cidades.

A Regic-2018, para a elaboração da centralidade da gestão pública das cidades brasileiras, selecionou instituições que possuem abrangência nacional e atuação descentralizada, com unidades localizadas em diversas cidades, de maneira a ser possível verificar como se dá a articulação das diferentes porções do território.

Foram utilizados cinco níveis para classificar as instituições conforme podemos observar no **Quadro 1**.

Quadro 1 – Classificação das Unidades Descentralizadas de Gestão Pública em Nível de Gestão.

Nível de gestão	INSS	Secretaria do Trabalho	Receita Federal	IBGE	Justiça Federal	Justiça Eleitoral	Justiça do Trabalho
5	Sede do INSS	Sede da Secretaria do Trabalho	Sede da Receita Federal	Sede do IBGE	Superior Tribunal de Justiça	Tribunal Superior Eleitoral	Tribunal Superior do Trabalho
4	Superintendências Regionais	-	Regiões Fiscais	-	Tribunais Regionais Federais	-	-
3	-	Superintendências Regionais do Trabalho	-	Unidades Estaduais	Seções Judiciárias	Tribunais Regionais Eleitorais	Tribunais Regionais do Trabalho
2	Gerências Executivas	Gerências Regionais do Trabalho	Delegacias da Receita Federal e Delegacias de Julgamento	-	Subseções Judiciárias	-	-
1	Agências	Agências Regionais do Trabalho	Agências e Inspetorias da Receita Federal	Agências	-	Zonas Eleitorais	Varas do Trabalho

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 2018.

Para se calcular o Índice de Centralidade de Gestão Pública, o número de entidades públicas nas cidades foi somado, em cada nível.

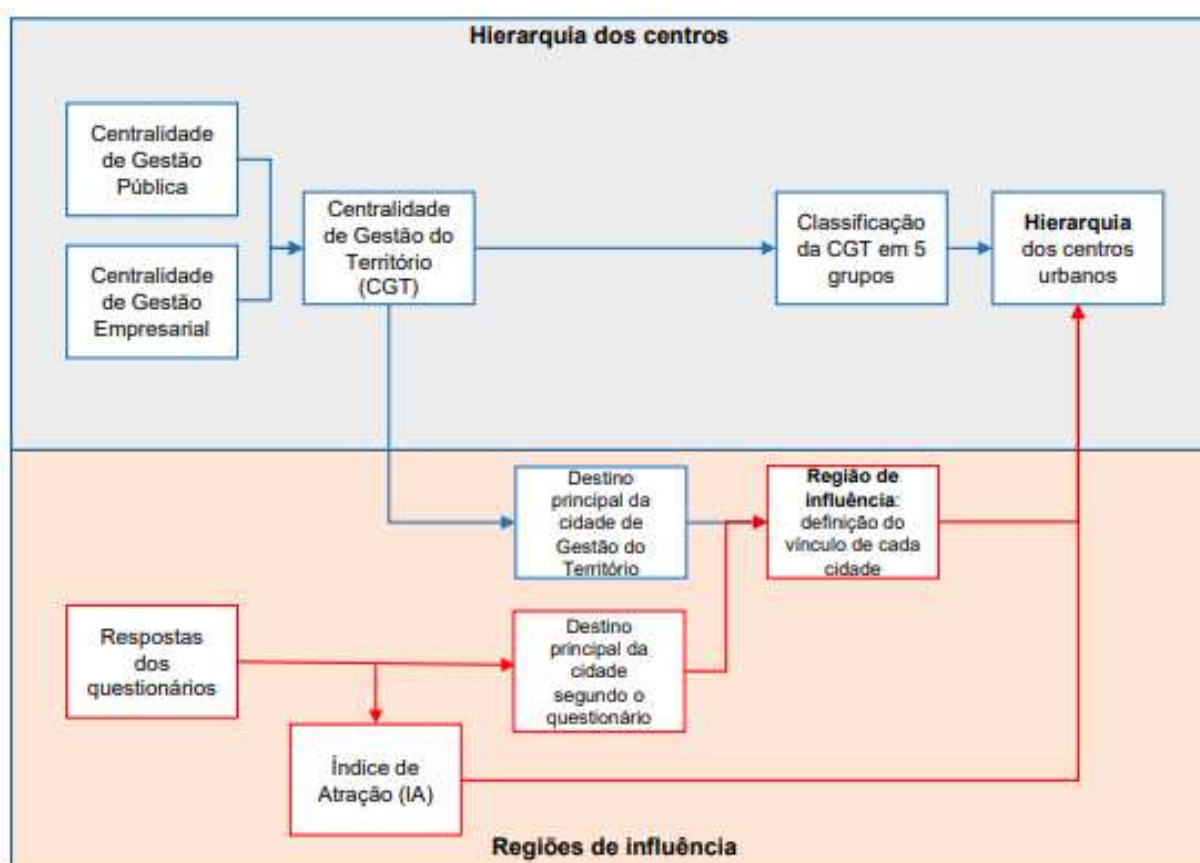
Para concluir a gestão do território, a pesquisa também envolveu a gestão empresarial, que foi identificada a partir do Cadastro Central de Empresas - Cempre, do IBGE, tendo como base o ano de referência de 2016⁴. Para o estabelecimento da rede urbana, a Regic-2018 denominou empresas multilocalizadas como aquelas que possuem pelo menos duas unidades locais em dois municípios diferentes, sendo um deles necessariamente a sede. As empresas que possuem uma ou mais unidades

⁴ Ano de referência mais recente quando iniciado a elaboração do estudo REGIC 2018. Para informações complementares, consultar a publicação: ESTATÍSTICAS do cadastro central de empresas 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 103 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticasdo-cadastro-central-de-empresas.html?edicao=21559&t=publicacoes>. Acesso em: 10 jan. 2020.

locais que estão localizadas exclusivamente em uma cidade foram denominadas de empresas monolocalizadas. A pesquisa, utilizou como objeto de análise, as empresas multilocalizadas, com o objetivo de investigar a direção e intensidade dos relacionamentos da gestão empresarial entre as cidades.

O estudo indica, que a definição dos centros e das ligações de gestão do território está diretamente ligada a composição e a relação entre os resultados da gestão empresarial e da gestão pública, no qual destacam-se a centralidade e as suas ligações de gestão do território permitindo assim, estabelecer a hierarquia da rede urbana. Por meio dessa análise, podemos concluir que, tanto o Estado quanto o mercado, contribuem para compor a hierarquia da rede urbana, como podemos observar na **Figura 10**.

Figura 10 – Hierarquia dos centros.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 2018.

A Regic-2018 atualizou a rede urbana do país, estabelecendo critérios para se identificar a subordinação entre as cidades, permitindo a compreensão de áreas de

influência no território nacional. Com isso, subsidiados pelo estudo, é possível identificar a centralidade exercida por Ubá, regionalmente, e estabelecer sua área de influência dentro da rede urbana da região.

3.3 Conceitos importantes na compreensão da Regic-2018

A pesquisa utiliza como unidade urbana de análise e exposição dos resultados da pesquisa o conjunto formado por municípios e Arranjos Populacionais⁵, que no caso, se aplica a Ubá, pois, junto à Rodeiro, compõem o Arranjo Populacional de Ubá. Isto se deve ao fato de que a unidade funcional cidade, objeto do estudo, pode vir a ser composta não apenas por um, mas por vários municípios que passam a compor uma unidade urbana. Esse conceito é constituído de municípios conurbados ou que sejam dotados de um intenso movimento pendular para estudo e trabalho. Corroborando com essa proposta de definição de Arranjo populacional é importante destacar que Villaça (2001) chama atenção para o fato do transbordamento dos processos sociais e econômicos em relação aos limites municipais. Ainda de acordo com o autor “o município não é mais a unidade territorial adequada para enquadrar o fenômeno urbano”.

A noção de cidade ou de centro urbano na pesquisa Regic-2018, utilizada para análise dos dados, é consolidada por meio de unidades territoriais definidas no estudo, Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (2016). Essas unidades territoriais consistem basicamente em três conjuntos: os Arranjos Populacionais, as concentrações urbanas e os demais municípios (ou municípios isolados).

Para facilitar a terminologia da pesquisa Regic-2018, as concentrações urbanas compostas por mais de um município são designadas apenas como Arranjos Populacionais. Nesse sentido, os municípios isolados que constituem concentrações urbanas são designados apenas por municípios. Tanto na pesquisa Regic-2018 quanto no presente trabalho as representações de unidades urbanas que são Arranjos Populacionais são identificadas pela sigla “AP” antes do topônimo.

⁵ Os Arranjos Populacionais são recortes territoriais estabelecidos por estudo próprio, publicado pelo IBGE em 2016, e que consistem em agrupamentos de dois ou mais Municípios. Os critérios utilizados na identificação dos arranjos populacionais empregam a noção de integração, medida pelos movimentos pendulares para trabalho e estudo ou a contiguidade urbana, que assim sintetizam os vários processos envolvidos. Questões referentes às funções dos centros urbanos não foram adotadas por se considerar mais pertinentes aos estudos de articulação entre municípios, no qual a lógica de rede conduz ao entendimento dos processos envolvidos. Regic-2018.

A pesquisa considerou municípios isolados e os próprios Arranjos Populacionais como cidades, onde cada um é considerado uma unidade urbana. Isso se deve ao fato de que a cidade pode vir a ser composta por vários municípios que são indissociáveis como unidade urbana.

Cabe destacar que, as cidades brasileiras foram classificadas, hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e também, pela sua capacidade de suprir, no que se refere a bens e serviços as outras cidades.

Conceito importante na pesquisa REGIC é o de região de influência, que é constituída a partir dos vínculos estabelecidos entre centros urbanos de hierarquia menor, voltados àqueles com hierarquia superior. Para a construção das regiões de influência e o estabelecimento da hierarquia das cidades foram considerados as relações urbanas de proximidade, obtidas a partir dos questionários, e as relações de longa distância, tendo como base os dados secundários da gestão do território.

As cidades foram classificadas em cinco grandes níveis, como pode ser observado no **Quadro 2**, no que se refere aos tipos hierárquicos básicos da pesquisa com subdivisões internas, sendo eles: metrópoles (1), capitais regionais (2), centro sub-regionais (3), centros de zona (4) e os centros locais (5).

Importante destacar que as relações de proximidades, trabalhadas na pesquisa e dominadas de *town-ness* predominam nos níveis 4 e 5, sendo utilizados apenas os resultados do questionário. Já nos níveis 2 e 3, em que a gestão prepondera, acrescentam-se as informações referentes de gestão do território⁶.

⁶ Nos grupos 2 e 3, os destinos principais estabelecidos pelo questionário e os de gestão do território coincidiram em 65,0% das Cidades. Nos casos em que não houve coincidência, ambos foram igualmente considerados, gerando ligações para mais de uma centralidade. Em 39 Cidades do grupo 2 onde não houve aplicação do questionário, apenas o resultado das ligações de gestão territorial foi considerado. Regic-2018.

Quadro 2 – Relações de Proximidades, Trabalhadas na Pesquisa e Dominadas de *Town-ness*.

Grupo Hierárquico (CGT)	Hierarquia Urbana
1. Metrópole	1a. Grande Metrópole Nacional
	1b. Metrópole Nacional
	1c. Metrópole
2. Capital Regional	2a. Capital Regional A
	2b. Capital Regional B
	2c. Capital Regional C
3. Centro Sub-Regional	3a. Centro Sub-Regional A
	3b. Centro Sub-Regional B
4. Centro de Zona	4a. Centro de Zona A
	4b. Centro de Zona B
5. Centros Locais	5. Centro Local

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2018.

3.4 Aporte Teórico da Regic-2018

A REGIC tem como sustentação teórica a Teoria das Localidades Centrais de Christaller acrescida da Teoria dos Fluxos Centrais de Taylor.

Nesse entendimento, cabe destacar que as cidades formam um conjunto de centros funcionalmente articulados a uma rede urbana, como definido por Christaller (1966). A Teoria das Localidades Centrais propõe a distribuição, o tamanho e a quantidade de núcleos de povoamento sob condições de funcionamento da economia de mercado, em que cada um dos assentamentos que possuem funções centrais é considerado uma localidade central. Sendo assim, a hierarquia entre os centros urbanos e a noção de centralidade são definidas pelos espaços de consumo e circulação, e também da quantidade e diversidade de atividades concentradas em uma cidade.

Contudo, apesar do caráter engessado da TLC, a Regic-2018 procura receber e evoluir nesse sentido, está na necessidade de se considerar as estruturas em rede e aos centros de gestão como componentes fundamentais de uma rede urbana. As características estruturais propostas pela TLC tendem a estabilidade garantindo uma

lentidão incompreensível à evolução dos sistemas urbanos, sendo assim, taxada de estática pela própria pesquisa.

Assim, podemos afirmar que a principal característica da TLC é a de agregar o sistema urbano à análise, estabelecendo um modelo de hierarquia capaz de explicar a localização de atividades de acordo com os atributos inerentes a cada centro de maior ou menor hierarquia.

A pesquisa, buscando uma maneira de contemporizar o pensamento de Christaller a uma concepção evolutiva e de integração dos centros urbanos, se apoia também na Teoria dos Fluxos Centrais (REGIC-2018).

A Teoria dos Fluxos Centrais (REGIC-2018) procura complementar a TLC de Christaller ao demonstrar a importância das relações externas envolvendo as cidades. Sendo assim, as cidades continuam exercendo influência ou sendo influenciada pelas cidades próximas, mas, junto a isso, ressalta a existência de ligações de longa distância envolvendo os centros urbanos.

IBGE (2018) caracterizam as conexões externas como *town-ness*, indicando quão intensa são as relações com as cidades do seu entorno ao ponto de o autor relatar que o espaço urbano é produto desse fenômeno que é notório em cidades menores onde a economia é mais incipiente. As relações de *town-ness* são inversamente proporcionais ao tamanho e relevância econômica da cidade (REGIC-2018).

Outro processo menos hierárquico e que ultrapassa as relações de proximidade, é definido por Taylor (2004) e Taylor et al. (2010) (REGIC-2018), como *city-ness*, que se constitui no estabelecimento de ligações de longa distância entre cidades de diferentes escalas. As cidades que apresentam o domínio desse processo são as que apresentam maior dinamismo econômico e que se localizam nos degraus mais ao alto da hierarquia urbana.

Cabe destacar o convívio desses dois processos em um mesmo centro urbano, e a observância de que o que altera é a intensidade de cada um de acordo com as diferenças escalares das cidades em suas mais variadas dimensões.

3.5 Regic-2018: O recorte do arranjo populacional de Ubá

O trabalho busca, através de uma análise consistente da REGIC, 2018, utilizando a metodologia da referida pesquisa, compreender a rede urbana na qual o Arranjo P de Ubá está inserido, através da identificação da hierarquia urbana e da região de influência do arranjo.

Estabelecer comparações entre o Índice de Atração (IA) do AP de Ubá, obtido pelo desempenho em algumas questões da REGIC, 2018 e o Índice de Atração Temático (IAT) para cada uma dessas questões, com o objetivo de identificar a centralidade característica para cada temática, estabelecendo a região de influência de Ubá e sua posição dentro de uma hierarquia urbana são os objetivos específicos do capítulo. O resultado procura traduzir as relações de proximidade da rede urbana a ser integrada às relações de longa distância.

3.6 A construção da região de influência de Ubá, MG

O objetivo desse tópico foi de estabelecer uma ordem de grandeza, a partir do resultado da REGIC, 2018, que permitiu diferenciar destinos preponderantes ante a destinos mais raramente procurados, identificando forças nesses municípios que fossem objetos desse processo. O resultado serviu, também, como base para a construção do Índice de Atração para cada cidade, permitindo ajustes de classificação da hierarquia urbana e construção da região de influência do AP de Ubá.

O conjunto de resultados do questionário traduz as relações de proximidade da rede urbana, denominado na pesquisa de *town-ness*, a ser integrado com as relações de longa distância, este denominado de *city-ness*, para compor a rede urbana final. As relações urbanas de proximidade, pesquisadas por meio do questionário, constituem elemento fundamental para o estabelecimento da rede urbana.

Utilizando a mesma metodologia para o estudo de rede urbana proposto pelo IBGE, o presente trabalho utilizou na formulação de mapas que tratam dos índices de atração dos centros que compõem o espaço da Região Intermediária de Juiz de Fora, cidade esta, que é a Capital Regional imediatamente superior ao Centro Sub-Regional, classificação em que se encontra Ubá. Além da escala citada, os mapas

identificam também as Regiões Imediatas⁷ desses municípios, contribuindo para compreensão das ligações de curta distância. Isso se justifica pelo fato de as cidades serem consideradas pontos de partida para organização de um território, estabelecendo relação entre elas, através dos mais diversos fluxos.

Para Batella (2013, p. 24), ao tratar das novas lógicas econômicas da urbanização das cidades médias como é o caso de Ubá, afirma que elas

desempenham papéis de destaque nos seus espaços regionais, suprindo a demanda de consumo para seu espaço imediato e próximo, principalmente mediante o consumo consumptivo, isto é, aquele voltado para as famílias, como o consumo de educação, saúde, lazer etc. Mas também se articulam com vetores controlados por agentes hegemônicos externos que se materializam, por exemplo, nos setores financeiros, privados e/ou de oferta de produtos voltados ao consumo produtivo, que se configuram como o consumo voltado à produção de mercadorias: maquinário, conhecimento científico, consultorias, crédito etc., controlados por um número reduzido de empresas ou grupos globais.

A constatação do autor acima citado, reforça a compreensão de construção de uma região de influência entre cidades, que corrobora com a construção de uma hierarquia urbana mais complexa na qual se constrói a partir das relações imediatas entre os centros e se consolida naquilo que ele denomina de agentes hegemônicos externos.

3.6.1 Organização espacial das atividades de comércio e serviços do AP de UBÁ

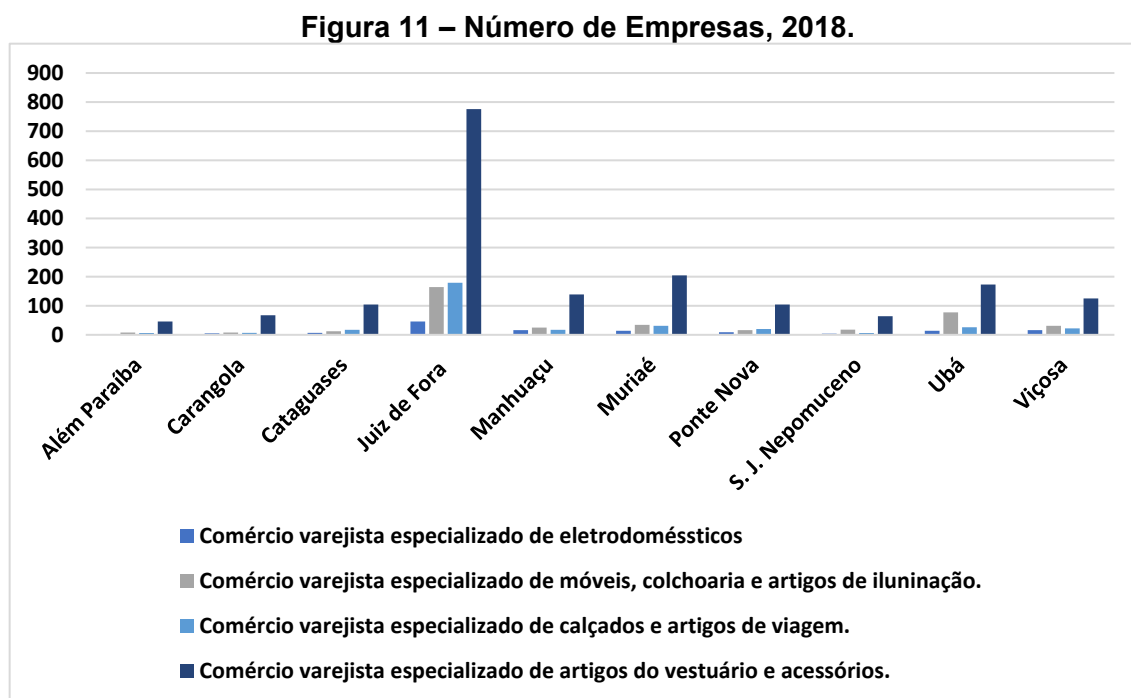
A Regic-2018, observou através dos questionários, uma proposta de avaliar a centralidade em comércios e serviços através do deslocamento de pessoas, na busca de produtos não encontrados no próprio município.

Alguns quesitos da pesquisa levaram em consideração a busca por vestuário, calçados, móveis e eletroeletrônicos, pois, os produtos ligados a esses ramos além de serem itens de forte demanda, compreendem uma relativa especialização e

⁷ As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros. IBGE.

conseqüentemente, garantem uma determinada polarização no seguimento do comércio.

A **Figura 11** permite compreender a estrutura comercial dos segmentos citados acima e que foram trabalhados pela Regic-2018 na RI de Juiz de Fora.



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas. Organizado pelo autor.

O deslocamento para compras de vestuário e calçados, apontou os municípios mais procurados pela população para aquisição desses artigos, a fim de atender o consumo próprio.

O AP de Ubá, apesar de se apresentar como grande centro industrial para a região, não consegue o mesmo protagonismo no que se refere a atração para compras de vestuário e calçados. Isso não indica que esse deslocamento não seja representativo, mas demonstra, possivelmente, que Juiz de Fora, pela proximidade com Ubá, acabe atraindo fluxos que potencialmente poderiam se dirigir a Ubá.

É possível identificar, através dos resultados da REGIC, 2018, que, Muriaé apresenta fluxo maior nesse quesito, corroborando com a hipótese apresentada. Em média, o deslocamento para aquisição de vestuário e calçados fica entre 50 e 75 km, isso implica em uma “disputa”, assimétrica entre o AP de Ubá e o de Juiz de Fora, principalmente entre os municípios que se encontram, geograficamente, entre os dois centros, lembrando que a distância entre os referidos centros é de 95 km.

Outro fato que corrobora com a análise é de que o AP de Juiz de Fora exerce uma influência no próprio AP de Ubá, sendo destino para esse último, no que se refere ao quesito 2 do questionário, como destino do fluxo do AP.

Como constatado pela própria Regic-2018, é comum que os deslocamentos com outros fins, como visita a parentes, realização de tratamentos de saúde ou ida a eventos culturais e esportivos também podem ser ocasião para compra de vestuário e calçados, já que não necessariamente se realizam compras para essa finalidade com frequência anual elevada. Enfim, mais um elemento que indica a sobreposição de Juiz de Fora à influência de Ubá nesse quesito.

A Regic-2018 apurou também, referente à segunda pergunta do questionário, o deslocamento para compra de bens mais complexos e custosos, os móveis e eletroeletrônicos, incluídos os eletrodomésticos e itens de informática.

Nesse quesito, foi possível observar, que o deslocamento médio para o conjunto das cidades do país foi de 73 km para adquirir eletroeletrônicos e móveis em outros centros urbanos. Esse número é inferior à distância média percorrida para a aquisição de vestuário e calçados (78 km). Isso ocorre porque o atendimento às demandas das cidades afastadas dos grandes centros urbanos por eletrônicos, eletrodomésticos, itens de informática e até mesmo por móveis, frequentemente, ocorre utilizando-se a Internet combinada à entrega direta ao consumidor, com exceção de cidades fortemente especializadas no comércio de eletrônicos – como o Arranjo Populacional de São Paulo, SP – ou polos moveleiros como é o caso de Ubá.

Apesar da pesquisa ter se limitado a identificar os deslocamentos realizados fisicamente pelos habitantes para outras cidades, os informantes, em geral, optaram pelas cidades de maior porte mais próximas do seu município, para onde se dirigem em alternativa à compra pela Internet quando há vantagem no custo ou na impossibilidade de adquirir pela Internet, sem que grandes distâncias sejam justificáveis. Cabe destacar, porém, o aumento do *e-commerce*⁸ no setor de eletrônicos e principalmente no de móveis que influencia mais o AP de Ubá, por se tratar de um polo moveleiro.

⁸ O E-commerce (ou Comércio Eletrônico) é um modelo de comércio que se utiliza da internet como meio de propagação e finalização da compra. E-commerce, na tradução para o português, significa comércio eletrônico. É uma modalidade de comércio por meio da qual a compra e venda, bem como as transações financeiras, são feitas totalmente pela internet. Nessa modalidade, as empresas vendem por meio de lojas virtuais próprias. É possível comercializar qualquer coisa: livros, eletrônicos, roupas, alimentos.

Esse aumento do comércio eletrônico de móveis⁹, que já era uma tendência, está muito ligado à nova realidade herdada pela pandemia do Covid 19.

O AP de Ubá, apesar de ser o terceiro maior polo moveleiro do país e até mesmo ter obtido o título de “Capital Estadual da Indústria Moveleira”, recebido em 10 de janeiro de 2020, através da Lei nº 23.549, subutiliza o comércio de móveis no varejo, na forma das lojas tradicionais. Porém, paradoxalmente, e como apresentado no mapa a seguir, a condição do citado Arranjo Populacional, influencia positivamente na atração para compras, isso se deve principalmente, ou quase que exclusivamente aos *Shows Rons* das fábricas e não há uma consistente rede de varejo do setor moveleiro.

A **Figura 12** apresenta a centralidade definida especificamente por deslocamentos para compra de móveis e eletroeletrônicos. Ele foi produzido a partir da redução do índice de atração temática para compra de móveis e eletroeletrônicos do índice de atração geral, estabelecendo uma centralidade definida e permitindo a averiguação do grau de influência.

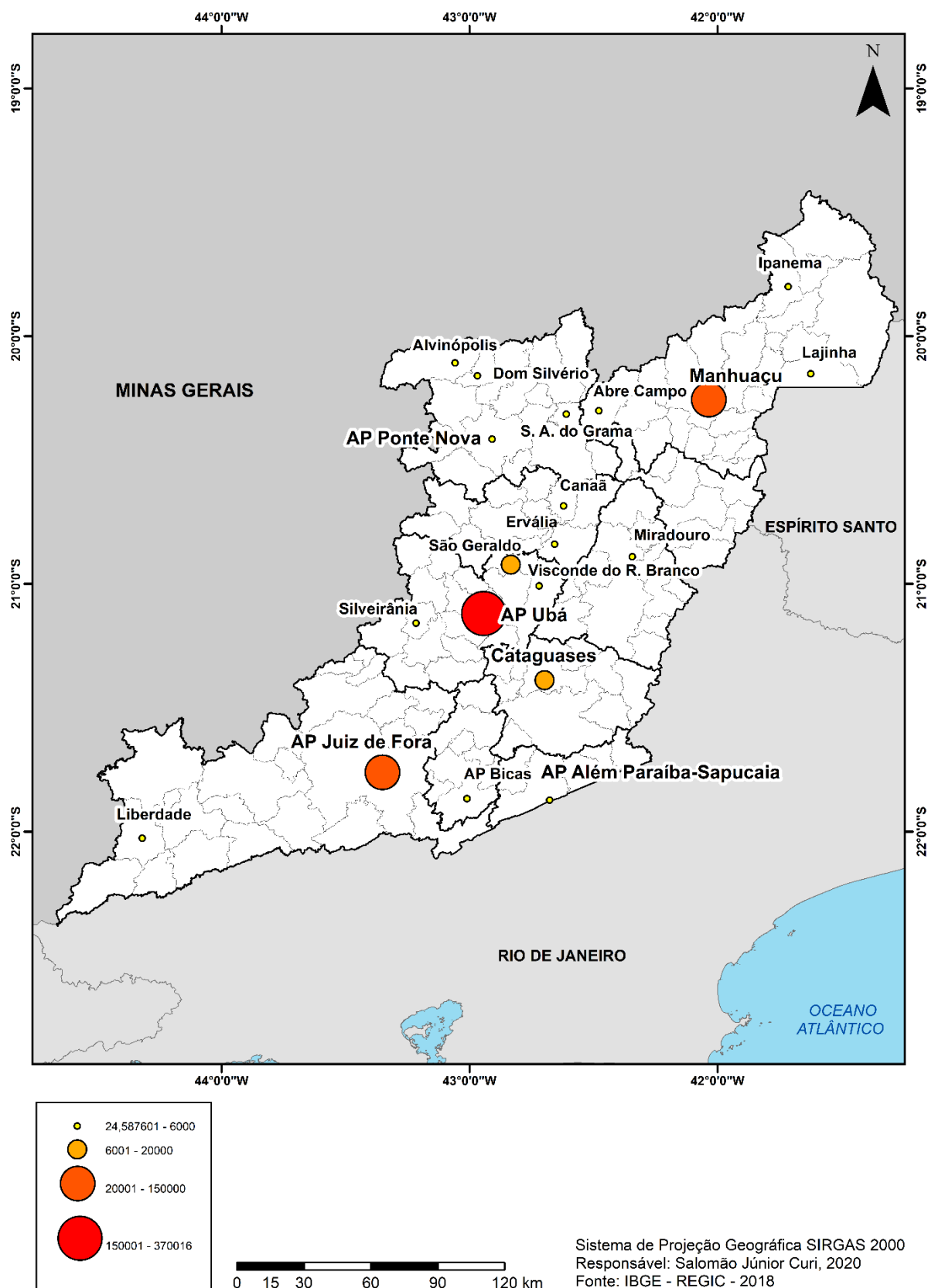
Como já constatado e confirmado na **Tabela 2**, Ubá possui uma centralidade definida no deslocamento para compra de móveis e eletroeletrônicos muito expressiva.

Cabe então, concluir que esse cenário se deve ao segundo papel da indústria moveleira, que além de protagonizar o setor produtivo, se imbuí de comercializar, em espaços próprios, conhecidos como Showrooms, seus produtos.

É importante destacar que esse modelo citado acima se vale de um pioneirismo característico das parcerias envolvidas nos Arranjos Produtivos Locais que se desenvolvem em ambientes favoráveis à uma aliança no que se refere as mais diversas ações entre os atores, como compra de matéria prima, fornecimento das mesmas, estabelecimento de padrões produtivos, entre outros.

⁹ A categoria Casa & Móveis, Eletrônicos, Moda e foram as que mais cresceram (106%, em média). Os dados foram levantados pela Conversion, consultoria de performance & SEO, utilizando dados da plataforma SimilarWeb para contabilização de número de visitantes. No cenário analisado, destacaram-se os seguintes setores com os respectivos aumentos, em comparação ao início da pandemia: 1. Eletrônicos (136,72%); 2. Moda (95,27%); 3. Casa & Móveis (85,39%); 4. Pet (65,56%) e 5. Comida (61,40%). Disponível em: <https://revistanews.com.br/2020/06/10/e-commerce-no-brasil-cresce-51-durante-pandemia/>.

Figura 12 – Região Intermediária de Juiz de Fora e suas Regiões Imediatas/Índice de Atração para compra de móveis das cidades e APs.



Fonte: Salomão Júnior Curi, 2020.

Tabela 2 – Cidades com centralidade definida especificamente por deslocamentos para compra de móveis e eletroeletrônicos, 2018.

Ranking	Cidades	Centralidade Temática (IAT-IA)	Ranking	Cidades	Centralidade Temática (IAT-IA)
1	AP São Paulo, SP	876,318,8	16	AP São José dos Campos, SP	181,045,4
2	Feira de Santana, BA	802,902,1	17	Vitória da Conquista, BA	180,804,7
3	Manaus, AM	723,763,2	18	Castanhal, PA	177.966,8
4	AP Ubá, MG	370,015,5	19	Garanhuns, PE	176.992,2
5	AP Goiânia, GO	320.727,3	20	Irecê, BA	171.202,8
6	Caruaru, PE	269.357,8	21	AP Sorocaba, SP	168.381,3
7	AP Ribeirão Preto, SP	237.416,4	22	Santa Inês, MA	154.048,6
8	Orleans, SC	232.817,0	23	AP Piracicaba, SP	149.132,3
9	Santo Antônio de Jesus, BA	232.150,0	24	Itabuna, BA	139.493,4
10	Arapiraca, AL	222.301,0	25	AP Imperatriz, MA	138.326,3
11	AP Bauru, SP	321.067,8	26	Ponta Porã, MS	133.163,1
12	Carmo do Cajuru, MG	208.024,0	27	AP Patos, PB	125.342,8
13	AP São Bento do Sul – Rio Negrinho, SC	189.012,3	28	AP Juiz de Fora, MG	124.211,7
14	API Foz do Iguaçu, Brasil – Ciudad del Este, Paraguai	188.176,2	29	Uberlândia, MG	124.259,4
15	AP São José do Rio Preto, SP	187.567,9	30	Eunápolis, BA	123.947,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 2018.

Outro fator importante para o protagonismo de Ubá no setor é o fortalecimento institucional do polo moveleiro através de seu sindicato patronal, conhecido como INTERSIND¹⁰ que tem um papel fundamental no processo de gestão do arranjo institucional moveleiro. Segundo o próprio sindicato, sua atuação envolve formação, capacitação e treinamento, direta e indiretamente em todas as áreas, que estão diretamente relacionadas com a produtividade e a qualidade da produção e comer-

¹⁰ A história do Intersind se inicia em 1986, através da união de 20 empresários que sonhavam organizar a classe moveleira e trazer melhorias ao setor, criando a Associação dos Fabricantes de Móveis de Ubá. Em 1989, os moveleiros conseguiram realizar a tão sonhada conquista: a criação do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá, Intersind, que teria a função de promover o crescimento produtivo e tornar a cidade um polo de móveis.

Atualmente, com o nome modificado para Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Mobiliário de Ubá, configura uma maior abrangência em sua base de atuação. Hoje, após 20 anos desta realização, Ubá se tornou o maior Polo Moveleiro de Minas Gerais com o Sindicato tendo papel de detectar e direcionar novas estratégias para potencializar a atuação das indústrias no panorama nacional, atuando na gestão e coordenação das ações que visam o crescimento e o fortalecimento das indústrias da região.

O Polo Moveleiro de Ubá, liderado pelo Intersind, é hoje reconhecido em todo o país como um arranjo produtivo modelo. Uma Portaria Interministerial assinada, em 2004, pelos Ministérios do Desenvolvimento, Planejamento, Ciência e Tecnologia e Integração Nacional, atestou o APL certificando-o para receber apoio integrado do Governo Federal para a execução das ações necessárias ao crescimento de toda a região. INTERSIND.

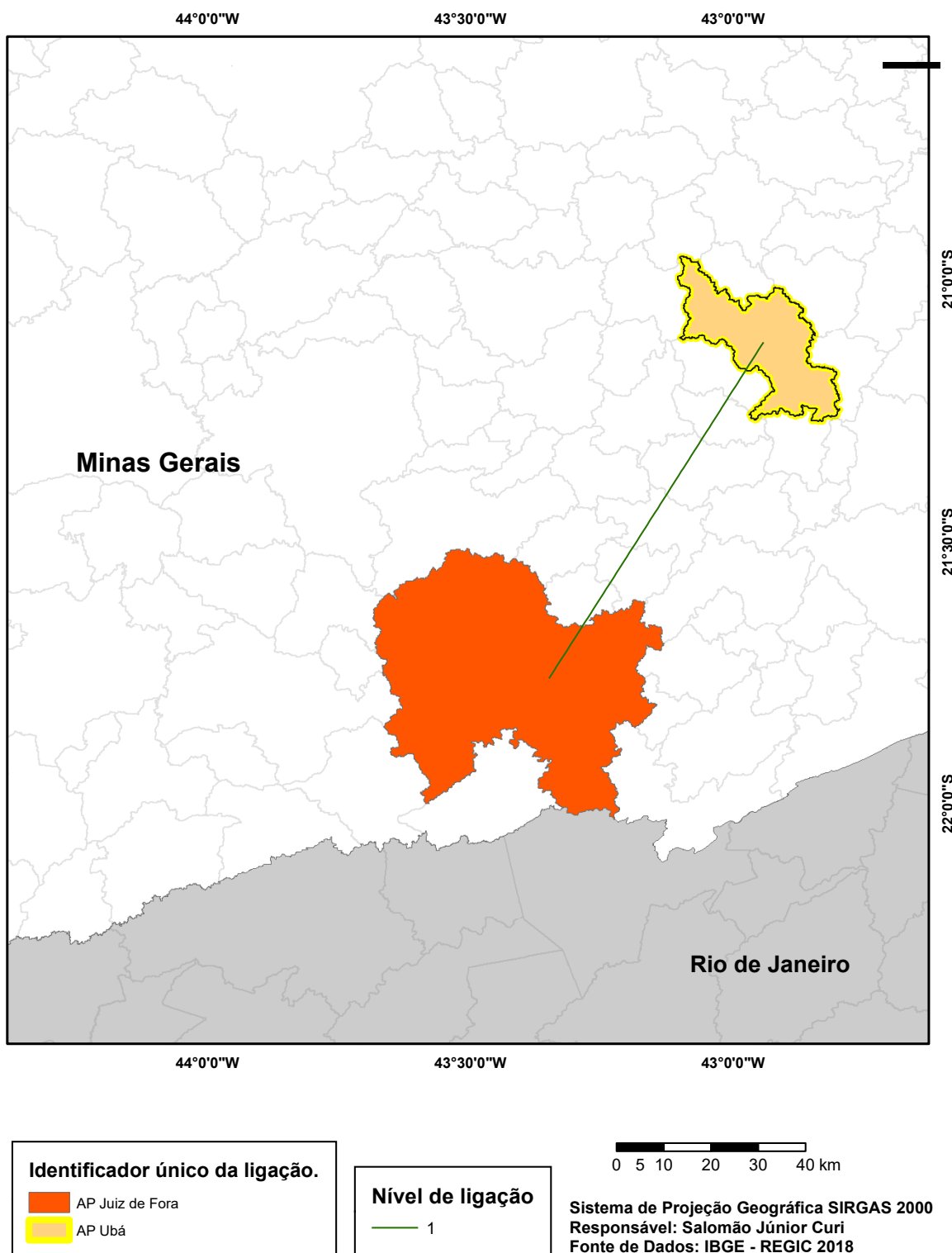
cialização, fundamentais para a inserção da produção moveleira num modelo comercial forte.

Enfim, nota-se que o mesmo grau de institucionalidade e complexidade adquirida no setor de produção de móveis não se reflete no setor de comercialização. Pode-se inferir que este fator é o principal causador do pouco desenvolvimento do setor.

Não se pode esquecer, também, que Ubá, especificamente, possui lojas de algumas das principais redes varejistas de eletrodomésticos do país, o que acaba influenciando nesse fluxo de pessoas de outras cidades dentro da relação de proximidade.

No que se refere ao deslocamento do AP de Ubá em direção ao AP de Juiz de Fora, como demonstrado no mapa da **Figura 13**, apresenta um baixo nível de ligação, que pode ser explicado pela centralidade de Ubá no setor moveleiro, e, reiterando novamente, a presença de grandes lojas varejista de eletrodomésticos. Importante destacar nessa análise, é o aumento do e-commerce que contribui, significativamente, para a redução do deslocamento em geral, principalmente aqueles ligados ao comércio varejista.

Figura 13 – Ligação de ordem para a compra de móveis e eletroeletrônicos entre o AP de Ubá e o AP de Juiz de Fora



Fonte: IBGE – Regic-2018.

3.6.2 Centralidade na saúde

Fica evidenciada na pesquisa que, a procura por serviços de saúde é um dos maiores geradores de movimentações de pessoas entre cidades. O entendimento dessa dinâmica, contribui de forma significativa para a identificação da área de influência de uma cidade e, conseqüentemente, da construção de uma hierarquia urbana como pode ser observado na *Figura 14* e **Figura 15**.

O questionário da Regic-2018 abordou os deslocamentos para outros municípios em busca de serviços de saúde de atenção básica e de média complexidade e também o de alta complexidade, conforme classificação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao analisarmos a centralidade de Ubá no que se refere a saúde, cabe destacar que, a cidade sedia o Consórcio Intermunicipal de Saúde de Ubá e Região-SIMSAÚDE que é uma instituição Pública de Direito Público, com a finalidade de prestar serviços dos mais diversos ligados a saúde, atendendo assim a necessidade dos municípios que fazem parte da associação, que abrange vinte e dois municípios conveniados da região.

Segundo informações obtidas através do sitio da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), Ubá sedia a Casa de Saúde Padre Damião (CSPD), uma instituição que foi criada em 1945, com a denominação de Leprosário Padre Damião, em homenagem ao belga Jozef Damien De Veuster, nome de batismo do Padre Damião. A CSPD era vinculada à Fundação Estadual de Assistência Leprocomanial (Feal) e foi integrada à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), em 1977, quando foi criada.

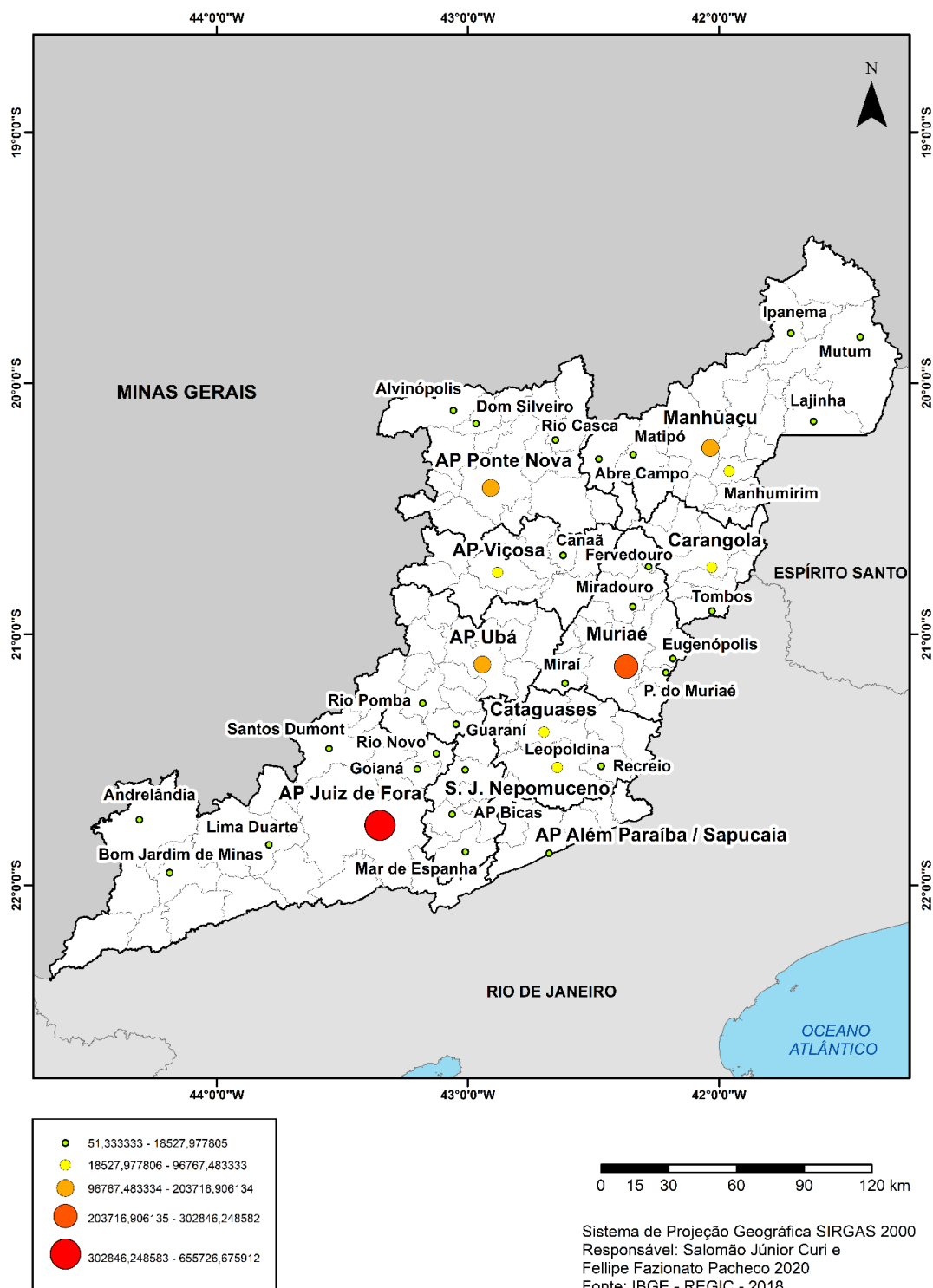
A CSPD, originalmente, tinha a função de prestar assistência às pessoas portadoras da hanseníase, em regime de internação, como era a prática oficial da época. Hoje, além do atendimento à hanseníase, a instituição presta serviços de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) da região influenciada por Ubá, através da regionalização da unidade, em nível de complexidade secundária. A instituição é referência, também, nos serviços de fisioterapia e reabilitação, com prevenção de incapacidades, e assistência em geriatria a pacientes fora de possibilidades terapêuticas, segundo o sitio da própria Fhemig.

No que se refere a busca por tratamento de alta complexidade, a Regic-2018, para analisar o deslocamento para esse tipo de serviço, utilizou como referência os

tratamentos especializados de alto custo, como as internações, cirurgias, ressonância magnética, tomografia e tratamentos de câncer. A pesquisa demonstrou que para a maior parte dos entrevistados as referências principais foram as cidades procuradas para o tratamento de câncer e cirurgias complexas. Com isso, pode-se concluir, que o AP de Ubá, no que se refere a alta complexidade, acaba sendo influenciado por Muriaé e pelo AP de Juiz de Fora, demonstrando assim, baixa capacidade de centralização nesse segmento, como evidenciado nos mapas.

Ubá possui três hospitais, sendo dois filantrópicos e um particular, dois deles possuem algumas especialidades e atendimento emergencial, atendendo, além da cidade, os municípios da região. Os deslocamentos para serviços de saúde de baixa e média complexidade tem como distância média 72 km para o país, sendo assim, constatando a proximidade entre as cidades da Região Imediata de Ubá, mesmo com o grau de centralidade não sendo tão elevado, a cidade mostra-se como importante alvo de deslocamento, no que se refere a procura pelo atendimento de baixa e média complexidade.

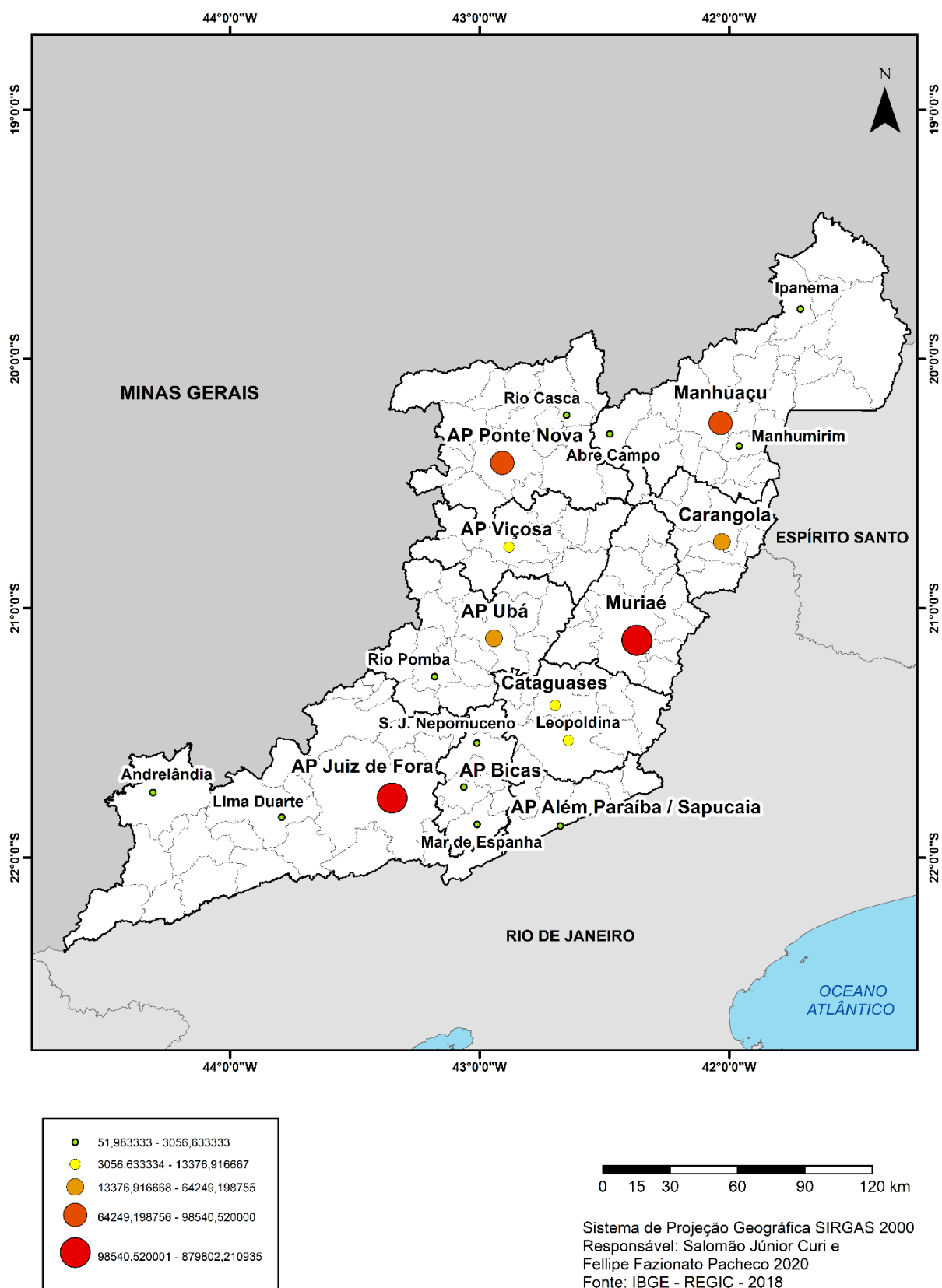
Figura 14 – Região Intermediária de Juiz de Fora e suas Regiões Imediatas/Índice de Atração Temática para a Saúde de Baixa e Média Complexidades entre as cidades e os APs.



Fonte: IBGE – Regic-2018.

Cabe destaque, observando o mapa abaixo, o papel coadjuvante do município no que se refere a centralidade obtida pelos serviços de alta complexidade na saúde.

Figura 15 – Região Intermediária de Juiz de Fora e suas Regiões Imediatas/Índice de Atração Temática para Saúde de Alta Complexidade entre as cidades e os APs.



Fonte: IBGE – Regic-2018.

A própria Regic-2018, como apresentado anteriormente, indica que os principais motivos de deslocamento de pessoas, no que diz respeito a busca por tratamento de alta complexidade, ocorre principalmente para o tratamento do câncer, onde o protagonismo de Muriaé se torna claro, devido a presença do Hospital do Câncer da Fundação Cristiano Varella e outros serviços na área de cardiologia e ortopedia. Já o AP de Juiz de Fora, é polo da região em saúde e tem forte aparato técnico/científico, contendo uma robusta rede hospitalar, como a Santa Casa de Misericórdia, Hospital Universitário, serviços como o da Fundação Hemominas através do Hemocentro Regional de Juiz de Fora entre outros. Com isso podemos destacar o cenário de centralidade de Muriaé e do AP de Juiz de Fora, no que se refere a alta complexidade em saúde.

As cidades com alto nível de centralidade possuem uma grande variedade nos serviços oferecidos, com diversos tipos de especialidades e disponibilidade de equipamentos, bem como um grande volume de atendimentos. Assim, a centralidade na saúde sintetiza a combinação da complexidade e do volume, a estrutura da saúde.

Enfim, quando se trata de centralidade na saúde, Ubá apresenta grau 6, como a grande maioria das cidades. Na região Intermediária de Juiz de Fora, apenas essa e Muriaé, apresentam-se em grau 5 que indica grande atração para o setor de saúde.

3.6.3 Centralidade na Educação

Uma das características que envolve o processo de reestruturação regional de Minas Gerais é, sem dúvida, a flexibilização da oferta de ensino superior. Essa dinâmica estabelece uma interação entre os lugares, promovida através dos fluxos que envolvem o setor como o de professores e estudantes, além dos serviços que complementam a atividade ligada ao ensino superior.

A atração gerada na busca por matrícula no ensino superior, por apresentar um caráter dinâmico relacionado à oferta de instituições ligadas a essa modalidade nas diversas cidades brasileiras e, também, à possibilidade de deslocamento e disponibilidade financeira da população, produzem uma forte característica de centralidade.

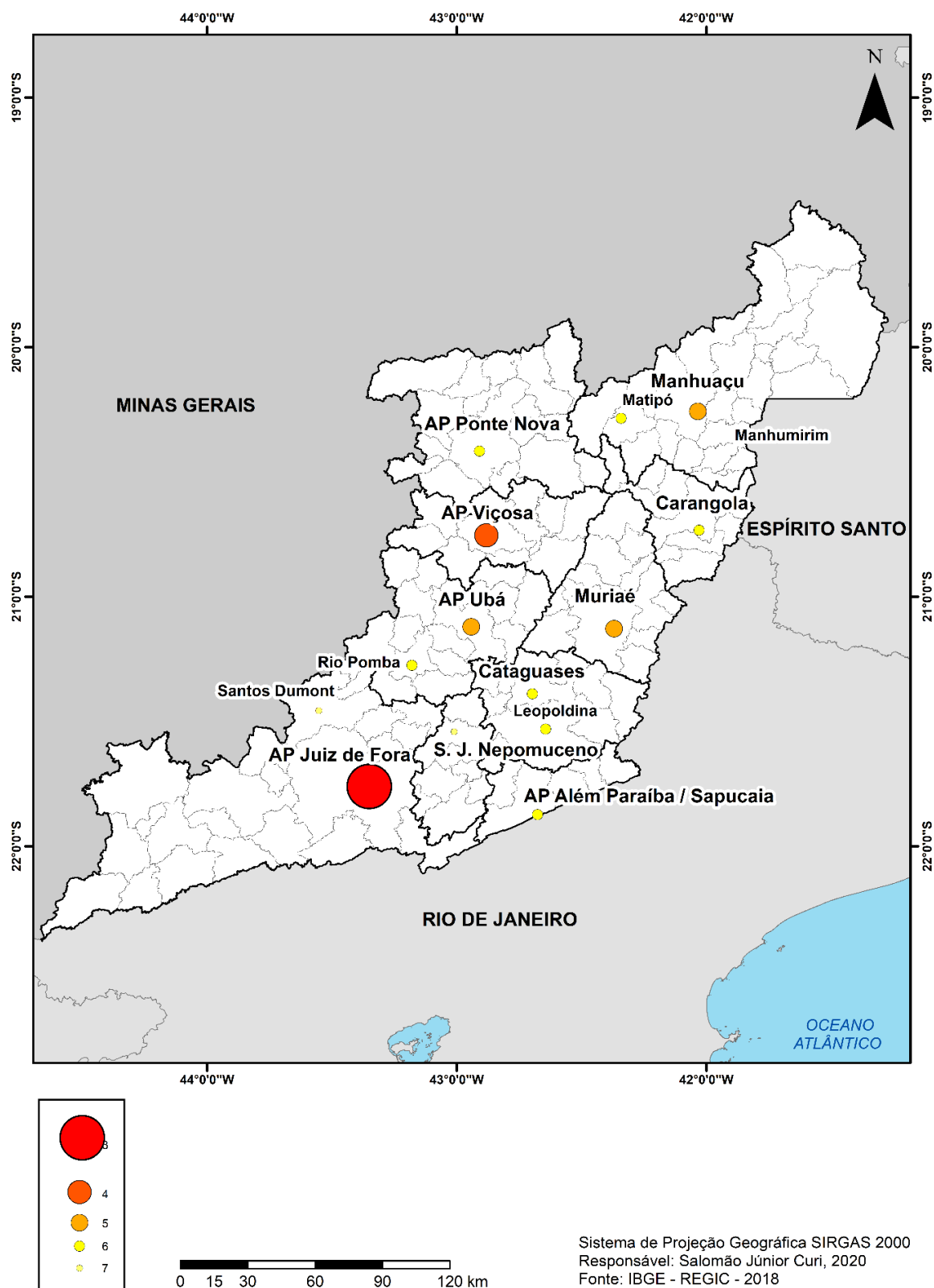
É importante destacar que o ensino superior demanda equipamentos e serviços educacionais, que não se encontram dispersos de forma homogênea pelo território brasileiro. É inegável que os centros urbanos mais desenvolvidos e de maior

hierarquia, absorvem a quase totalidade desse serviço, contribuindo assim para a manutenção quase hegemônica desse serviço.

A cidade de Ubá, acompanhado de seu desenvolvimento econômico, apontado por indicadores que ainda serão apresentados neste trabalho, demonstrou, nas duas últimas décadas, um importante crescimento no número de instituições de ensino superior e, conseqüentemente no número de matrículas. Ubá possui uma unidade da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), com três cursos: Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Química e Design de Produto; Centro Universitário Fagoc, com 15 cursos de graduação, incluindo medicina e EAD; FUPAC com 12 cursos de graduação; e mais seis polos de EAD incluindo CEAD UFJF.

A **Figura 16** ilustra um importante grau de centralidade adquirido, nos últimos anos, pelo setor de ensino superior de Ubá.

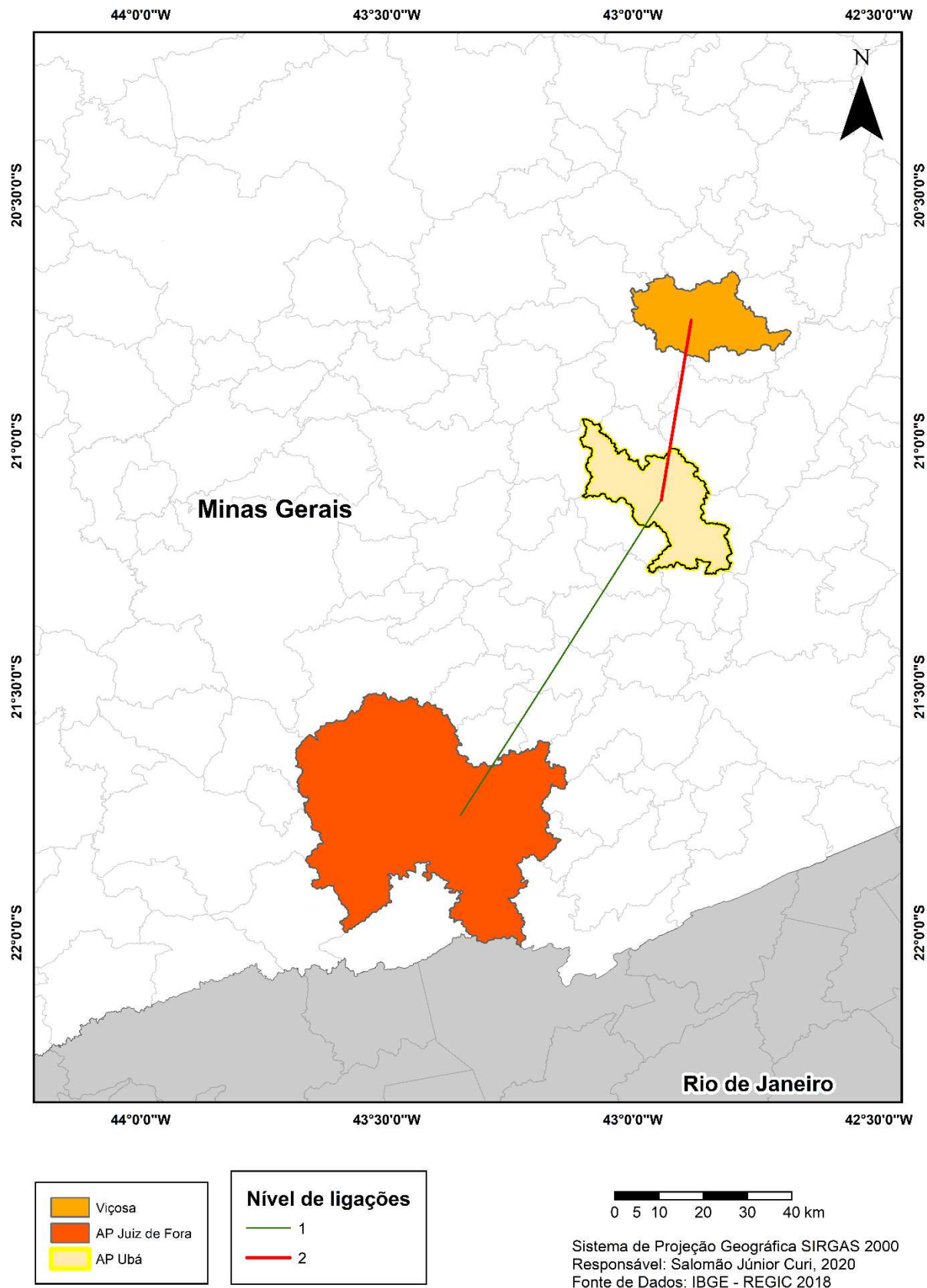
Figura 16 – Região Intermediária de Juiz de Fora e suas Regiões Imediatas/Classe de Centralidade de Ensino de Graduação das Cidades e APs.



Fonte: IBGE – Regic-2018.

Historicamente, Ubá sempre esteve submetida a polarização de Viçosa e Juiz de Fora, no que se refere a busca por ensino superior, como pode ser constatado no mapa a seguir (**Figura 17**). Ao longo dos últimos anos, Ubá vem demonstrando forte avanço nesse setor, não que esses centros tenham perdido protagonismo, haja visto, por exemplo, que o AP Viçosa ocupa a 2ª posição no *ranking* de centralidade definida especificamente por deslocamentos para cursar ensino superior, mas é notório a ampliação da centralidade de do AP de Ubá no que se refere à educação superior.

Figura 17 – Ligações de Ordem para Ensino Superior entre o AP de Ubá e os APs de Viçosa e Juiz de Fora



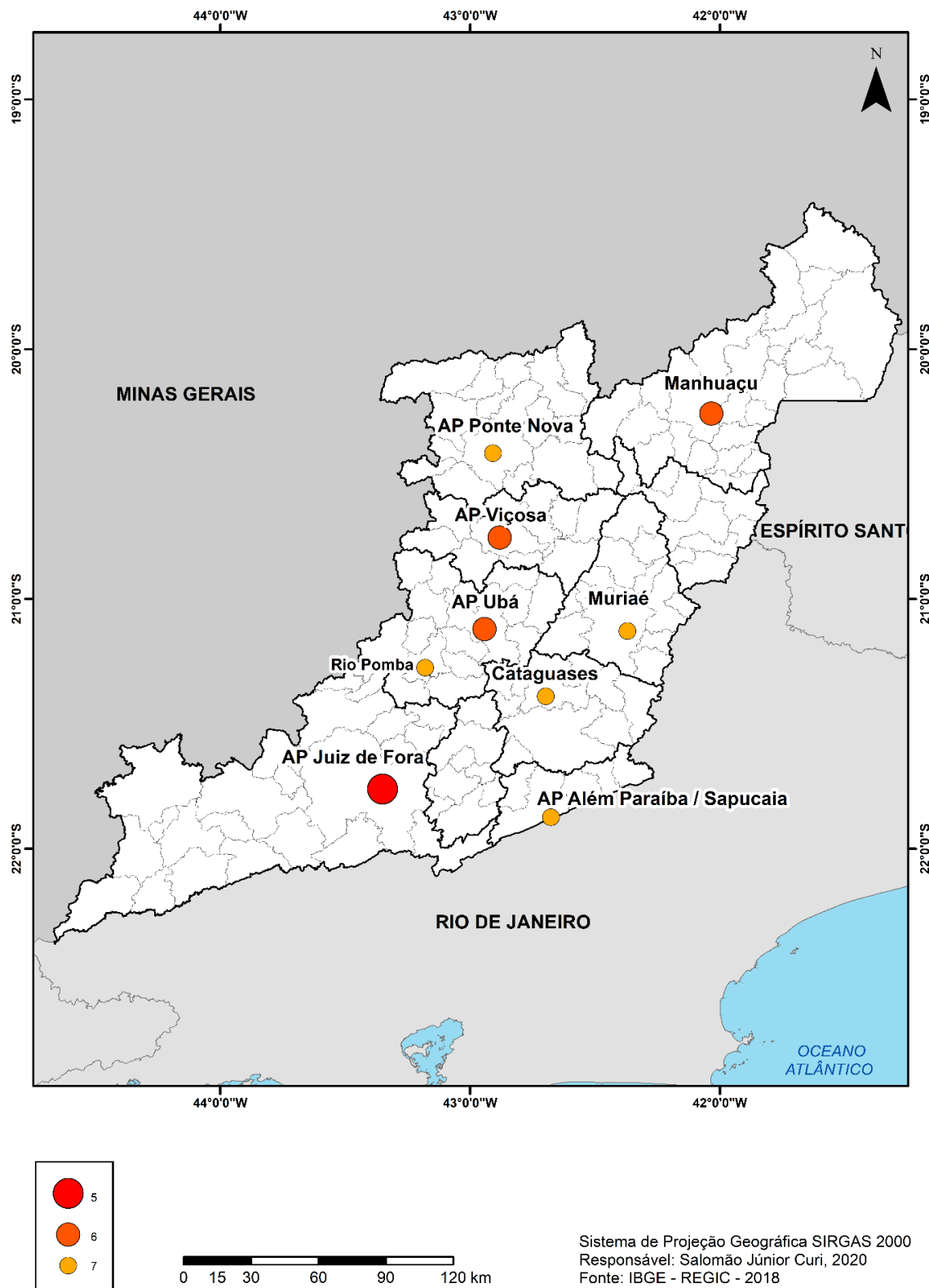
Fonte: IBGE – Regic-2018.

Enfim, a centralidade como fornecedores de serviços na área da educação para a população estabelece áreas de atuação na oferta desses serviços. Os resultados qualificam os serviços educacionais, classificados pela capacidade de atendimento, pela qualidade e pela diversidade de sua oferta, conformando a rede de ensino superior do país e sua hierarquia.

O fato de Ubá sediar um polo moveleiro demonstra a qualidade industrial e as características da mão de obra, principalmente da região imediata ao qual o município sedia. Apoiado nessa característica, o EAD (Ensino a Distância), aparece como alternativa viável a população da região. A flexibilidade de horários e o baixo custo quando comparado aos cursos presenciais são qualidades imprescindíveis à realidade de uma região industrial.

O mapa a seguir (**Figura 18**), evidencia a importância do ensino a distância na construção de uma centralidade no AP de Ubá.

Figura 18 – Região Intermediária de Juiz de Fora e suas Regiões Imediatas/Classe de Centralidade de Ensino a Distância das Cidades e dos APs.



Fonte: IBGE – Regic-2018.

As informações e os dados expostos demonstram a densidade e a variedade dos serviços de educação superior em Ubá, onde se destaca o volume expressivo de alunos atendidos nas instituições de ensino superior dessa cidade e evidencia a influência dessa atividade tanto para o âmbito local quanto para a Região Imediata do município, ou seja, a importância do ensino superior no processo de polarização regional, nas relações interurbanas.

3.6.5 Centralidade no Transporte

O transporte é elemento importante na caracterização de uma centralidade e conseqüentemente na constituição de uma região de influência de um centro.

Santos (1996, p. 10) destaca que:

Quanto maior a inserção da ciência e tecnologia, mais um lugar se especializa, mais aumenta o número, intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área [...] A diminuição relativa dos preços dos transportes, sua qualidade, diversidade e quantidade, cria uma tendência ao aumento de movimento. O número de produtos, mercadorias e pessoas circulando cresce enormemente, e como consequência a importância das trocas é cada vez maior, pois elas não apenas se avolumam como se diversificam.

O avanço das redes de transporte e dos meios de comunicação, possuem um papel de destaque na evolução das cidades, proporcionando acessibilidade e a constituição de uma centralidade envolvendo esses espaços. As cidades constituem uma ligação fundamental na construção e manutenção de uma rede de transporte eficiente.

Ubá, não diferente de outros municípios do país, apresenta gargalos sérios no que se refere a sua estrutura de transporte, mas também, algumas potencialidades, sejam elas ligadas à sua geografia ou a sua infraestrutura.

O município possui um aeroporto, que dentro dos padrões que ocorrem no interior do Brasil, apresenta boa capacidade de operação, porém ociosa. As causas estão ligadas essencialmente a dois fatores que merecem destaque. O primeiro se deve ao fato de não existir uma política de incentivo a esse modal por parte de nenhuma esfera de governo. A segunda explicação, paradoxalmente, se deve a incorporação do antes Aeroporto Regional da Zona da Mata em Goianá, próximo a Ubá (75 km), que originalmente foi construído para o transporte de cargas, para o transporte de passageiros, inviabilizando assim, o aeroporto de Ubá. Com isso, a cidade não possui índice de atração temática para aeroporto.

Cabe destacar que o Governo de Minas Gerais, através da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) e da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, criou em 2016 o Projeto de Integração Regional de Minas Gerais – Modal Aéreo (PIRMA) com o objetivo, inicialmente, de integrar doze municípios à capital dentre eles Ubá. Os municípios contaram com voos fretados para Belo Horizonte.

O programa denominado Voe Minas ficou em operação até 2019 quando encerrou sua curta fase de funcionamento após o governo estadual sofrer prejuízos econômicos com o programa.

No que se refere a utilização de aeroportos, os principais destinos dos passageiros de Ubá são os municípios de Rio de Janeiro e Belo Horizonte. É importante ressaltarmos que, os resultados do questionário, que trata da pergunta sobre a utilização de aeroportos, apresentaram os deslocamentos com distâncias maiores, sendo a média nacional de 174 km, considerando medidas em linha reta das ligações entre cidades. Essa situação supera em 10 km a distância entre o AP de Ubá e o de Belo Horizonte e 25 km quando utilizamos a distância entre Ubá e o Rio de Janeiro, colaborando para que o nível de ligação com o AP de Belo Horizonte seja mais intenso.

A pesquisa REGIC, 2018, indicou também que, o AP de Belo Horizonte/ MG é um dos centros que mais atraem população relativa, drenando toda região central de Minas Gerais e diminuindo a demanda dos aeroportos regionais situados no Arranjo Populacional de Ipatinga, MG, e nos municípios de Governador Valadares, Varginha e Divinópolis, MG. Apesar da Regic-2018 não citar a Zona da Mata como vítima desse efeito, é impossível não enxergar uma relação entre esse fator e a subutilização do aeroporto de Goianá e, conseqüentemente, o de Ubá.

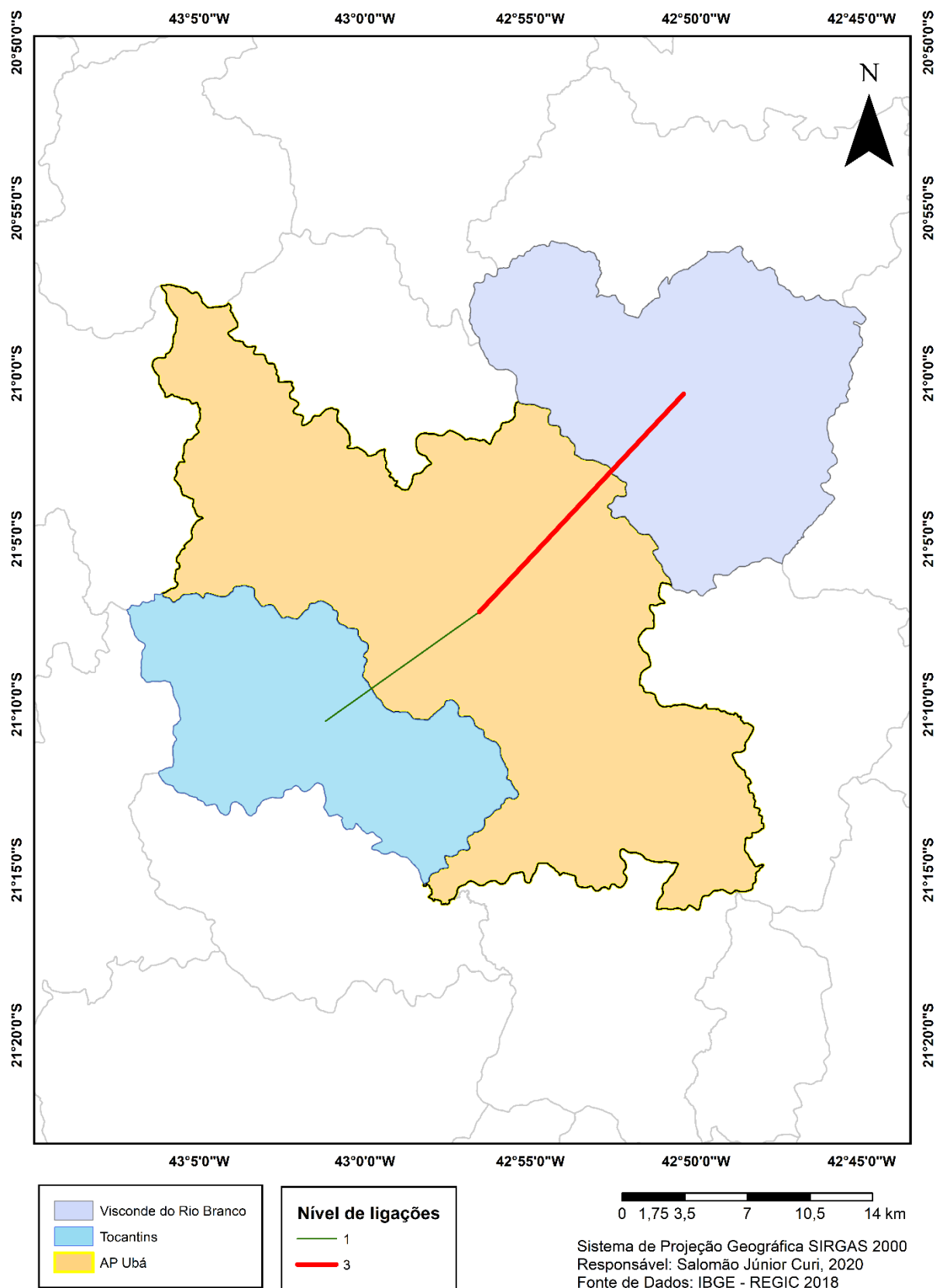
O transporte público intermunicipal é um importante elemento na identificação de uma região de influência de uma cidade. O fluxo aponta diversas centralidades na constituição de uma hierarquia urbana. A média nacional de deslocamento por transporte público é de 75 km, considerando as medidas das ligações entre as cidades em linha reta.

Ubá, como vem sendo demonstrado no trabalho, apresenta-se como uma importante centralidade regional, pois há especificidades dos serviços ofertados nesse espaço que contemplam os centros urbanos próximos e estimulam o fluxo entre esses lugares. Esses fluxos, contribuem para a construção de uma hierarquia entre as cida-

des que possuem suas respectivas áreas de influência, favorecendo assim complementação das funções urbanas entre essas cidades.

Cotidianamente, um fluxo significativo de pessoas da Região Imediata desloca-se em direção a Ubá (**Figura 19**), promovendo uma circulação intensa de cidadãos, mercadorias e capital que promovem a constituição de uma intensa rede que pode ser observada na região.

Figura 19 – Ligação de Ordem para Transporte Público com destino ao AP de Ubá, MG.



Fonte: IBGE – Regic-2018.

Ao analisarmos o AP de Ubá, observamos que a média de deslocamento é de 29 km, bem abaixo da média nacional e mesmo quando comparado com Minas Gerais que apresenta um valor da ordem de 65 km.

A intensificação do fluxo de transporte público, demonstrado no mapa de ligação de ordem acima, identifica a relação intensa entre o AP de Ubá, Tocantins e Visconde do Rio Branco, que obviamente permeia o setor produtivo e educacional, principalmente. E cabe lembrar que o AP de Ubá absorve Rodeiro, que por não constituir área conurbada com Ubá, passou a fazer parte desse Arranjo, principalmente, pelo deslocamento pendular envolvendo os centros. Assim, destaca-se também, a importância da população flutuante para a economia de Ubá e, também, para as novas relações na rede urbana constituída na região.

Conclui-se que o avanço dos meios de transporte contribuiu para a especialização produtiva dos lugares. Esse processo desencadeou uma maior interação econômica entre os centros, facilitada pela melhoria da qualidade do sistema.

3.6.6 Centralidade financeira

Segundo a Regic-2018, a distribuição das instituições financeiras constitui uma maneira de se identificar a oferta de serviços bancários e financeiros na região e contribuem para o estabelecimento de diferenciações na hierarquia das cidades, pois essa concentração reforça a centralidade urbana e revela capacidade de comando e gestão do território, como pode ser observado na **Figura 20**.

É evidente que a concentração de instituições financeiras em determinadas cidades demonstra, além de dinamismo e diversidade econômica, uma concentração do capital na região.

A pesquisa aponta que a distribuição dessas instituições e a concentração dos ativos bancários é uma forma de identificar a oferta desse tipo de serviços no país, contribuindo para o estabelecimento de uma hierarquia entre as cidades, revelando a qualidade de comando e gestão do território de cada centro.

O AP de Ubá apresenta um significativo número de postos de atendimento, postos de atendimento eletrônico e agências dos cinco principais bancos do País: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Santander. Outro ponto

que se deve destacar é o fato de que as instituições financeiras cooperativas¹¹ já formam a segunda maior rede de atendimento de serviços bancários do país. A expansão do sistema financeiro cooperativo ocorre de maneira explícita, também, na área de influência do AP de Ubá, implicando no volume do ativo bancário da unidade territorial. Esse fato, possivelmente, influencia, negativamente, na centralidade financeira do AP de Ubá, pois essas agências não são consideradas pela Regic-2018 para a construção de uma centralidade. A pesquisa considera em sua análise apenas os ativos e a presença dos cinco maiores bancos do país no município. Isso talvez explica o fato de o segundo maior PIB da Zona da Mata, como já apresentado no trabalho, dividir essa classe de centralidade com mais quatro centros da Região Intermediária de Juiz de Fora.

Os elementos citados, podem trazer luz ao fato de Ubá apresentar o segundo maior PIB da Zona da Mata e não indicar, paralelamente, uma centralidade de destaque na região, no quesito financeiro. Outro fator, importante nessa compreensão, abordado no próximo capítulo da pesquisa, é a forte tendência do capital excedente da indústria de se dirigir para o setor imobiliário.

¹¹ Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços. Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. Os associados têm poder igual de voto independentemente da sua cota de participação no capital social da cooperativa. O cooperativismo não visa lucros, os direitos e deveres de todos são iguais e a adesão é livre e voluntária. <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>

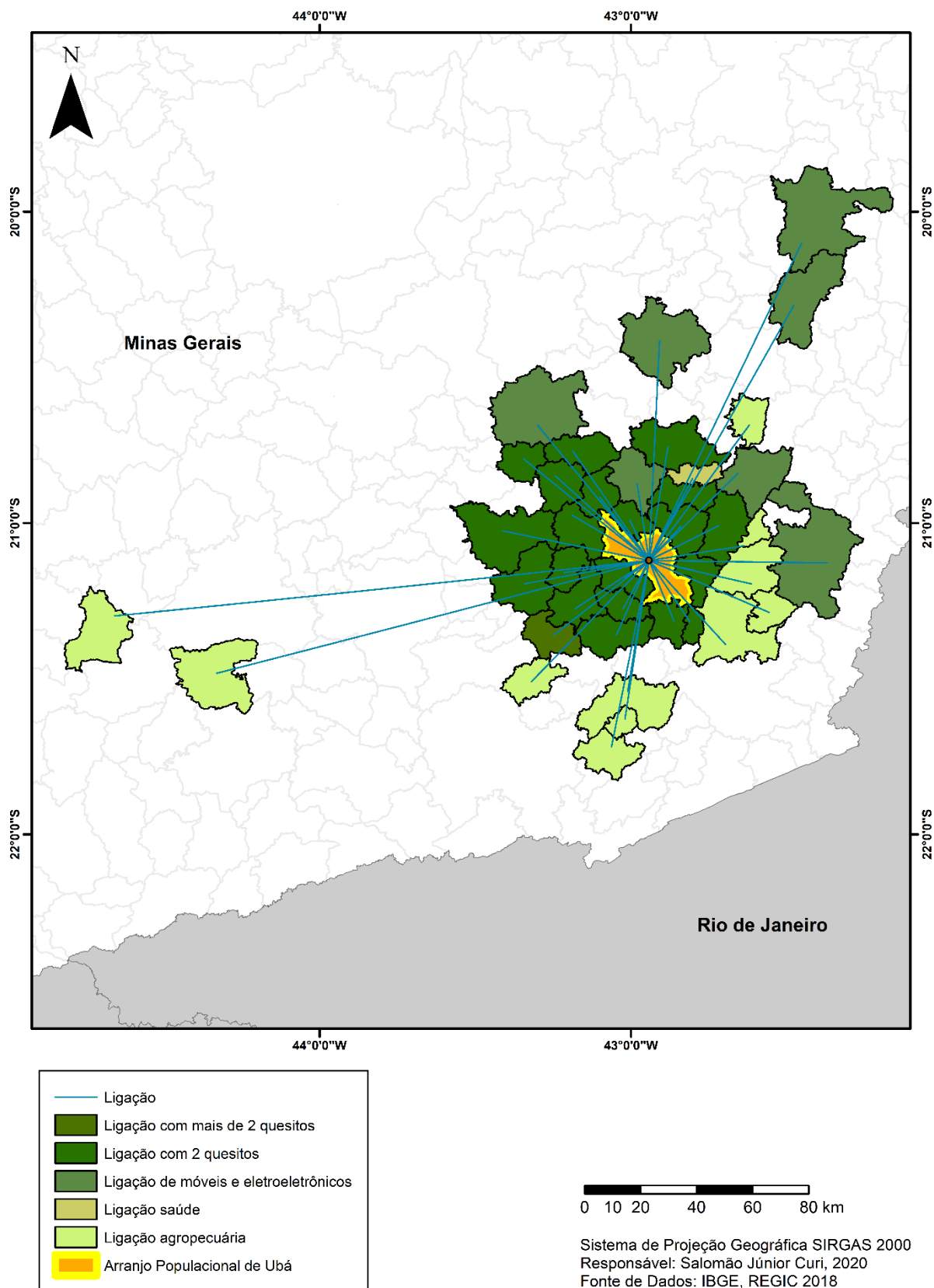
Nesse contexto, o sistema financeiro existente na cidade de Ubá pode ser considerado como um dos elementos dentro do setor de serviços que contribuem para sua centralidade regional.

3.7 Relações de proximidade

Walter Christaller (1981), partindo do princípio de que todas as regiões possuem locais centrais, formulou leis que contribuíram para o estabelecimento de um padrão de hierarquização das cidades. Assim, pode-se afirmar, que a influência exercida de uma cidade sobre outra, em termos de fornecimento de bens e serviços, constituem o conceito de Lugar Central.

Para consolidar as relações urbanas de proximidade, pesquisadas por meio do questionário da Regic-2018, que constitui elemento fundamental para o estabelecimento da rede urbana, o trabalho apresenta o mapa a seguir, com intuito de identificar essa relação entre o AP de Ubá e a constituição de sua área de influência. O critério utilizado foi o de classificar quantitativamente, através dos números de ligações e qualitativamente, observando o tipo, as ligações imediatas entre as cidades influenciadas pelo AP de Ubá (**Figura 21**).

Figura 21 – Ligações entre as Cidades e os APs ao Arranjo Populacional de Ubá.



Fonte: IBGE – Regic-2018.

Uma análise importante que deve ser feita a partir do que se observa no mapa é que os municípios e arranjos populacionais descontínuos, ou ocupam a ligação agropecuária, indicador esse que não entra na contribuição para o estabelecimento hierárquico, ou constituem a ligação de móveis e eletroeletrônicos, que compreende o maior fator de centralidade e atração do AP de Ubá. Conclui-se, que mesmo na relação de proximidade existe uma sobreposição de fatores, constatada pela Teoria dos Fluxos Centrais proposta por Taylor (REGIC, 2018), que apesar de definir as relações de longa distância que criam uma complexidade própria, contribuem para a compreensão dessa descontinuidade física entre os centros, mas que apresentam interseções em relação aos fluxos.

Para Batella (2013, p. 115):

A fluidez, entendida como a capacidade de realização das interações espaciais, encontra nas cidades a densidade técnica para sua realização. Neste sentido, as redes urbanas vão se estruturar seguindo a complexidade dos movimentos que articulam as cidades em múltiplas escalas, conforme as funções e os papéis que elas desempenham, permitindo identificar a hierarquia dos nós da rede, o grau de complementaridade entre eles e suas respectivas áreas de influência.

A partir do contexto apresentado, frisa-se que a economia em ascensão e a disponibilidade de serviços, que corresponde à estrutura terciária na cidade de Ubá, são vetores que vêm impulsionando as dinâmicas socioespaciais nesse lugar, e que fazem desse centro um espaço de destaque na escala regional. O próprio modelo de Arranjo Produtivo Local contribui, categoricamente, para o grau de polarização e consequente centralidade regional, além disso, essa característica avança na dinâmica da sua região imediata garantindo um desenvolvimento singular do território compreendido pelo APL.

3.8 Gestão do território

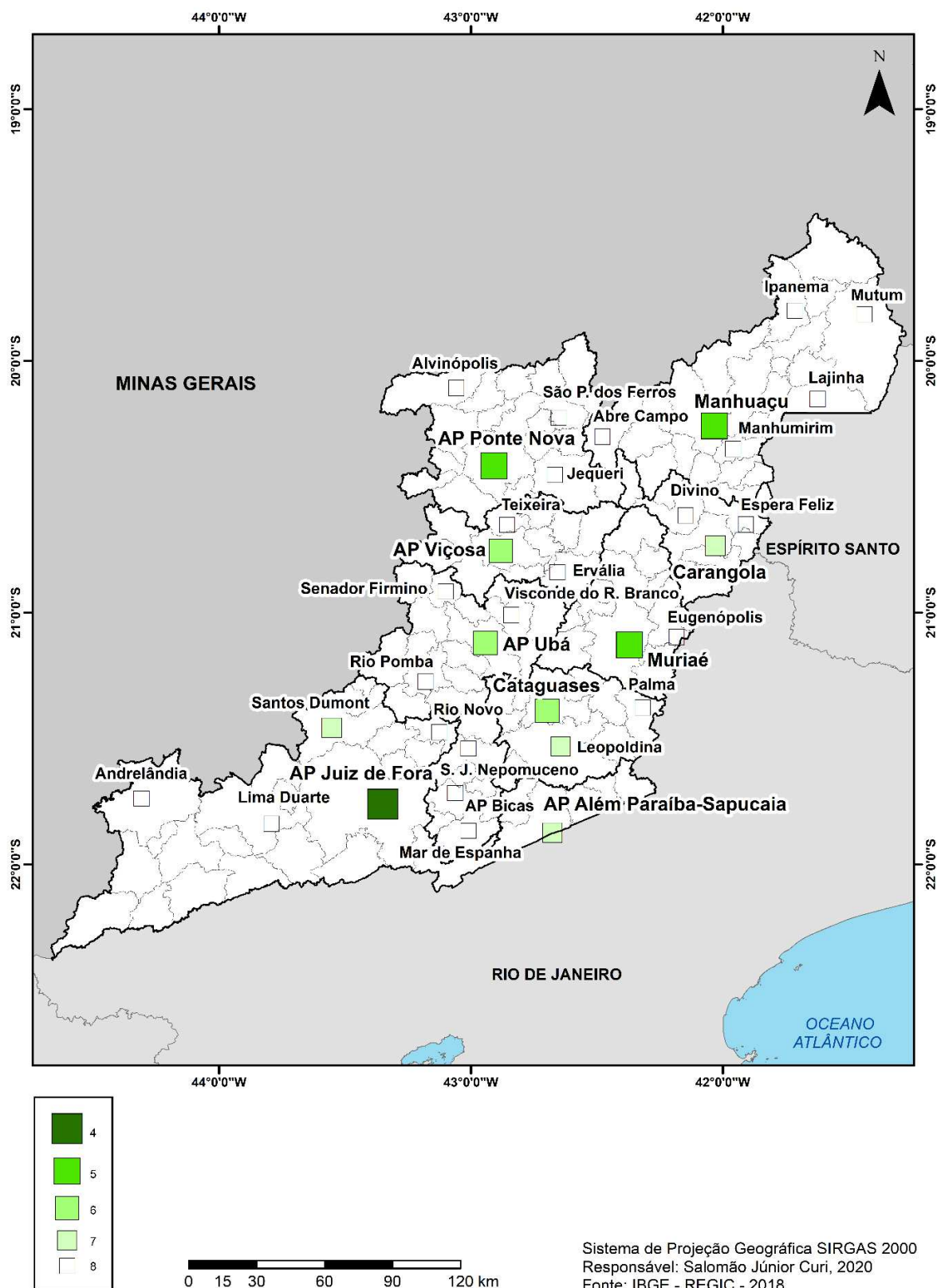
Para compreender melhor a construção de uma rede urbana, torna-se fundamental a integração entre as relações de longa distância e os centros urbanos, geradas por relações de comando e gestão, como apresentado na pesquisa Regic-2018. A identificação das cidades como centros de gestão do território e a identificação das ligações entre eles é determinante no estabelecimento de uma hierarquia entre as cidades.

Os centros de gestão do território (empresarial e/ou governamental) são caracterizados pela presença de órgãos do Estado e sedes de empresas, a partir das quais são tomadas decisões que afetam direta ou indiretamente os interesses de um determinado centro e conseqüentemente os de sua população.

Nesse sentido, parâmetros específicos são aplicados para cada uma dessas dimensões como níveis de centralidade de gestão do território. Diferentemente, das relações referentes a busca por bens e serviços, no que se refere a gestão do território, as centralidades são apuradas, através das relações de comando e gestão. Assim, o trabalho identificou os níveis de gestão pública e gestão empresarial, os quais são integradas na gestão do território do AP de Ubá.

Ubá possui representação de todas as instituições pertencentes aos poderes executivo e judiciário utilizadas pela Regic-2018 para identificação dos níveis de gestão pública. Elas são: o INSS, o então, Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Especial da Receita Federal, a Justiça Federal, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Tribunais Regionais do Trabalho, e o próprio IBGE, porém, o fato de Ubá possuir instituições em níveis de gestão, denominados pela pesquisa de internos de base, com alcance espacial mais restrito, ou seja, na sua maioria de agências de atendimento, sua classe de centralidade apresenta um nível não tão significativo quando comparado a outros centros da região, como pode ser observado no mapa da **Figura 22**.

Figura 22 – Região Intermediária de Juiz de Fora e suas Regiões Imediatas/Classe de Centralidade de Gestão Pública das Cidades e dos APs.



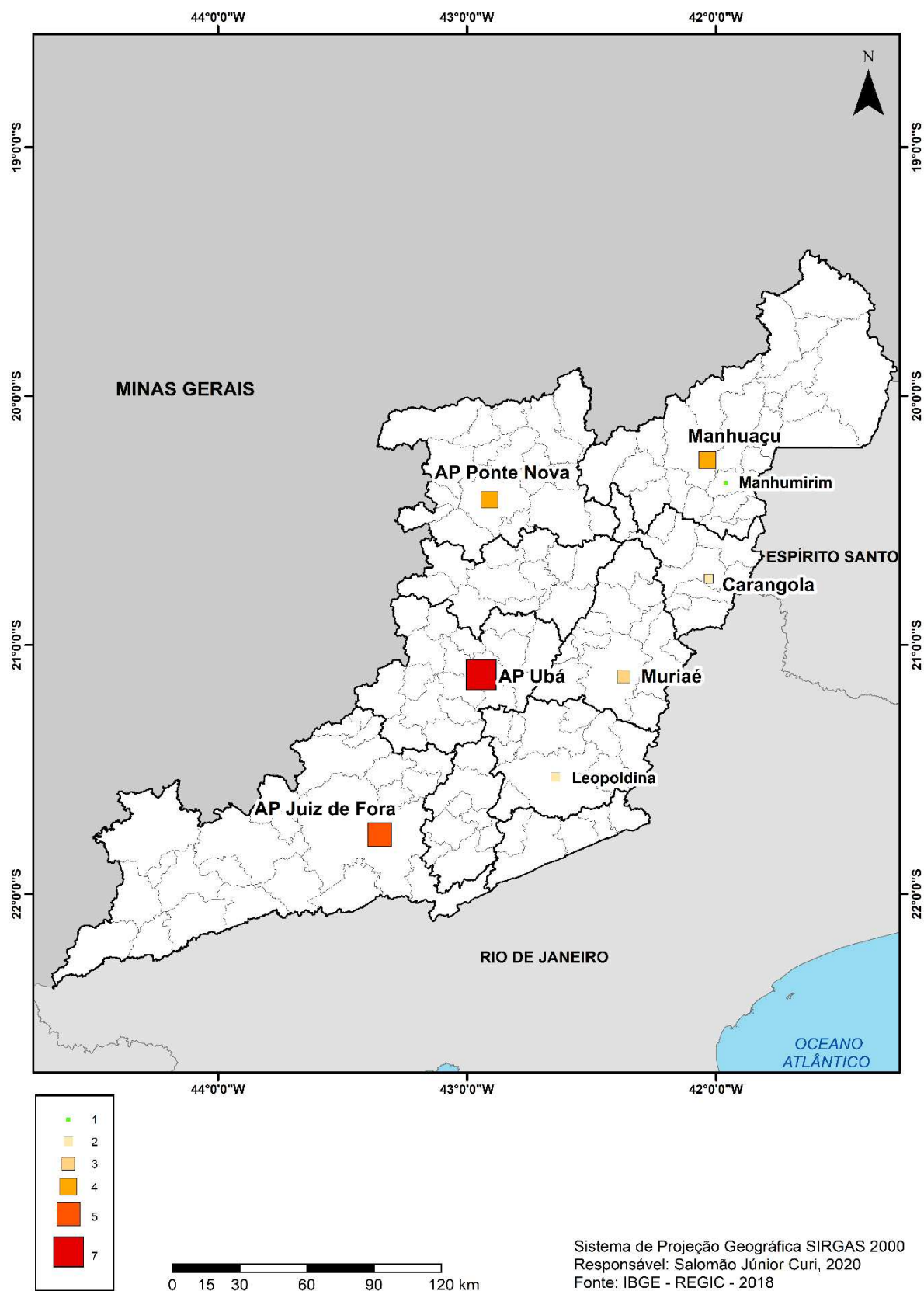
Fonte: IBGE – Regic-2018.

A REGIC 2018, como já informado, ao analisar a classe de centralidade de gestão pública, leva em consideração apenas instituições federais. Ubá é uma cidade que acomoda uma significativa gama de instituições públicas estaduais com elevado grau de atração de fluxo. Levando em consideração esse fato, o trabalho propôs uma possibilidade de análise da centralidade formada pelas instituições estaduais. Para isso, foram consultados os sítios eletrônicos de cada uma das instituições trabalhadas. Foram consideradas instituições de atendimento direto e indireto, que apresentam significativo prestígio social, e que apresentam relação próxima à demanda nas áreas da saúde, segurança, educação, meio ambiente e infraestrutura. Assim, não foi adotado nenhuma variação de peso na classificação, ou seja, todas as instituições obtiveram peso 1, ressaltando que a intensão é de verificar a polarização a partir do surgimento de fluxo por demanda. As instituições escolhidas foram: Superintendência Regional de Ensino, Superintendência de Meio Ambiente, Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais, Delegacia Fiscal da Receita Estadual, Batalhão da Polícia Militar, Regional de Saúde, Unidade da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Reiterando o critério de escolha, cabe ressaltar que, como na própria Regic-2018, as instituições acima citadas foram escolhidas observando a atuação descentralizada das mesmas, visto que possuem unidades localizadas em diferentes cidades, permitindo verificar como se dá a articulação das distintas áreas do território.

O mapa da **Figura 23** apresenta o resultado dessa análise, a partir da construção de uma classe de centralidade, no que se refere a gestão pública estadual.

Figura 23 – Região Intermediária de Juiz de Fora e suas Regiões Imediatas/Classe de Centralidade Estadual de Gestão Pública das Cidades e dos APs.



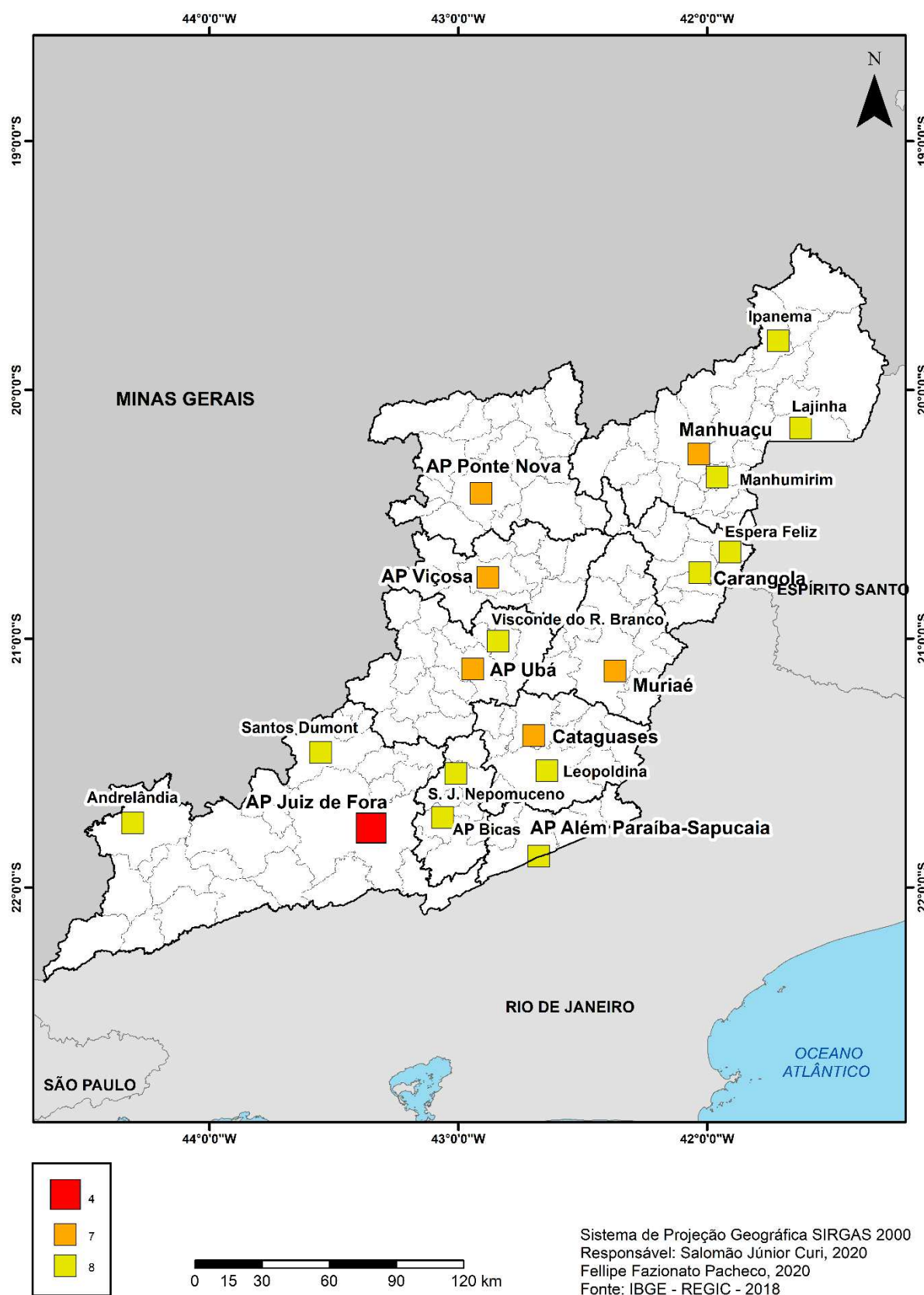
Fonte: IBGE – Regic-2018.

Já em relação a questão empresarial, os atributos trabalhados nas unidades locais pela Regic-2018 são: localização, classe na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e relação com as demais unidades locais da mesma empresa, ou seja, se a unidade local é a sede ou uma filial.

A pesquisa utilizou a denominação de empresas multilocalizadas para qualificar aquelas que possuem pelo menos duas unidades locais em dois municípios diferentes, sendo um deles necessariamente a sede. Para qualificar as empresas que possuem uma ou mais unidades locais que estão localizadas exclusivamente em uma cidade foram denominadas, na pesquisa, de empresas monolocalizadas, como pode ser observado na **Figura 24**.

Uma empresa multilocalizada ganhou destaque, versatilidade e dinamismo, com o avanço dos meios de comunicação e transporte que permitiu a flexibilização locacional e a maior integração entre a produção, o comércio e o consumidor. Para Harvey (2005, p. 141), corporações multilocalizadas controlam diferentes “recursos, mercados de trabalho, mercados de consumo e oportunidades de lucro, enquanto organiza sua própria divisão territorial de trabalho”.

Figura 24 – Região Intermediária de Juiz de Fora e suas Regiões Imediatas/Classe de Centralidade de Gestão Empresarial das Cidades e dos APs.



Fonte: IBGE – Regic-2018.

É muito importante destacar que apesar da indústria representar praticamente 35% do PIB do município de Ubá, o modelo industrial baseado em um Arranjo Produtivo Local, aponta para uma centralidade não compatível com a característica de uma alta gestão empresarial. A indústria moveleira se baseia no modelo de empresas monolocalizadas contribuindo para essa relativa centralidade.

De acordo com Relatório de Acompanhamento Setorial da Indústria Moveleira de 2008, o setor tem investido em inovações de caráter tecnológico e organizacionais. Grande parte das empresas adotaram estratégias que modificam a sua estrutura organizacional, gerando maior flexibilidade produtiva, redução de custos e criação de novas capacitações técnicas e de marketing.

O Relatório destaca o crescimento da terceirização em sua cadeia produtiva, possibilitando as indústrias dedicarem, exclusivamente, às atividades essenciais, e o aprimoramento de suas relações de cooperação com fornecedores, clientes, concorrentes ou instituições de apoio. Ainda segundo o Relatório “quando estas inovações organizacionais são introduzidas por diversas empresas de uma mesma localidade, que concentra um número expressivo de empresas, as transformações são amplificadas, transformando esta concentração empresarial em um dinâmico APL - Arranjo Produtivo Local”, ou seja, o modelo citado incorpora a ideia de uma indústria altamente centrada em um modelo monolocalizado.

3.9 Consolidação da Hierarquia Urbana de Ubá, MG

De acordo com a pesquisa Regic-2018 a rede urbana brasileira está estruturada em duas dimensões: a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis; e as regiões de influência, identificadas pela ligação das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. O elo final de cada rede são as metrópoles, onde são estabelecidas as conexões finais de todas as cidades presentes no território nacional.

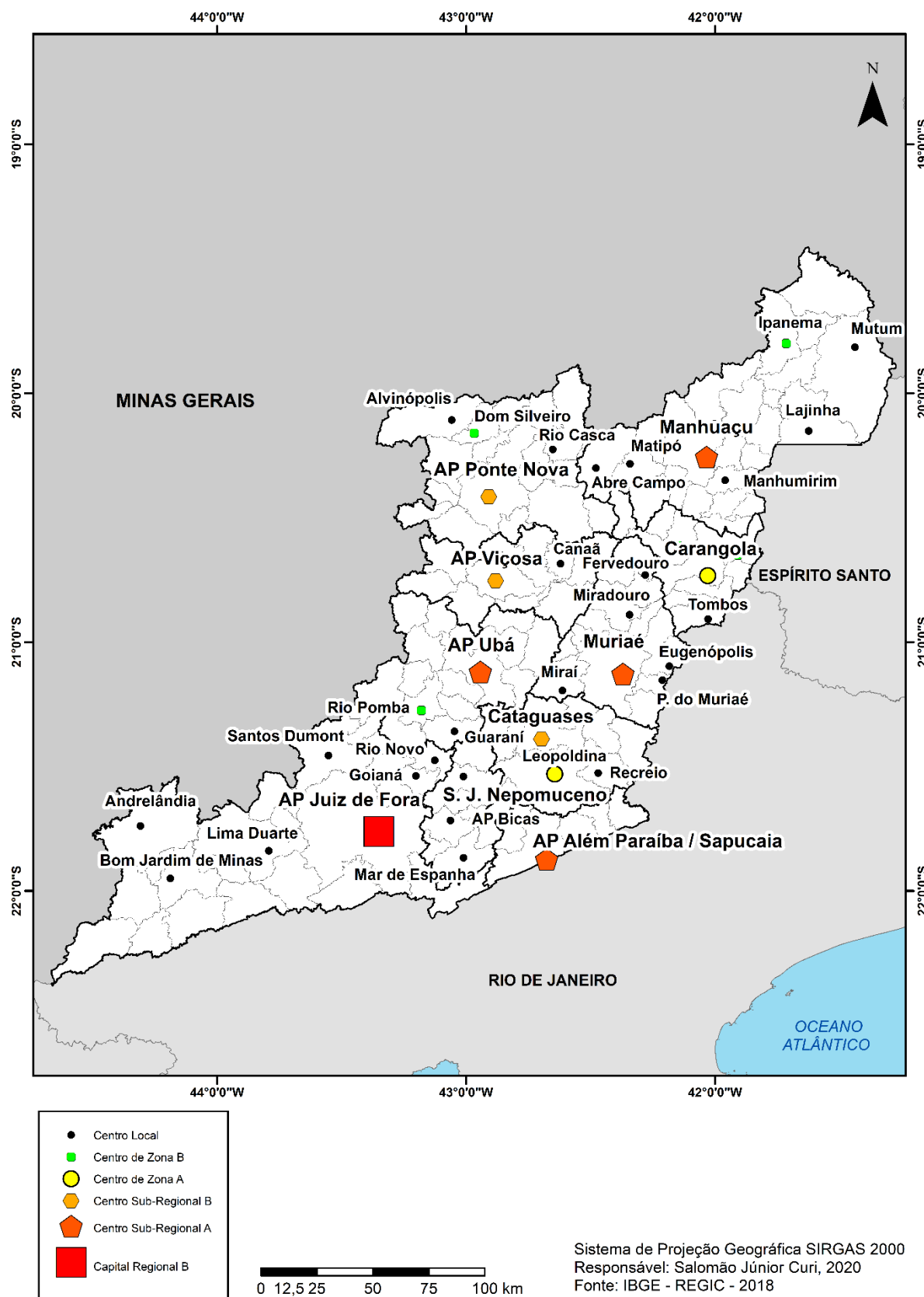
As cidades brasileiras foram classificadas, hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras cidades. Assim se constitui a delimitação de sua área de influência, ou seja, quais cidades estão subordinadas a cada centralidade classificada na pesquisa.

As cidades foram classificadas em cinco grandes níveis com subdivisões internas. São eles: Metrópoles, Capitais Regionais, Centro Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais, como podemos observar na **Figura 25**.

O AP de Ubá se localiza no terceiro nível hierárquico, constituída por 352 cidades que possuem atividades de gestão menos complexas (todas são nível 3 na classificação de gestão do território), com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais que no caso da região encontra-se o AP de Juiz de Fora como Capital Regional B. São também cidades de menor porte populacional, com média nacional de 85 mil habitantes, sendo que Ubá possui 116 mil habitantes segundo estimativas populacionais do IBGE-2020.

O nível citado se divide em dois grupos: Centro Sub-Regional A onde o AP de Ubá se apresenta e Centro Sub-Regional B, onde encontramos Cataguases, Ponte Nova e Viçosa, dentro da Região Intermediária de Juiz de Fora, que foi o espaço analisado no trabalho. O mapa a seguir apresenta a hierarquia urbana apresentada na região.

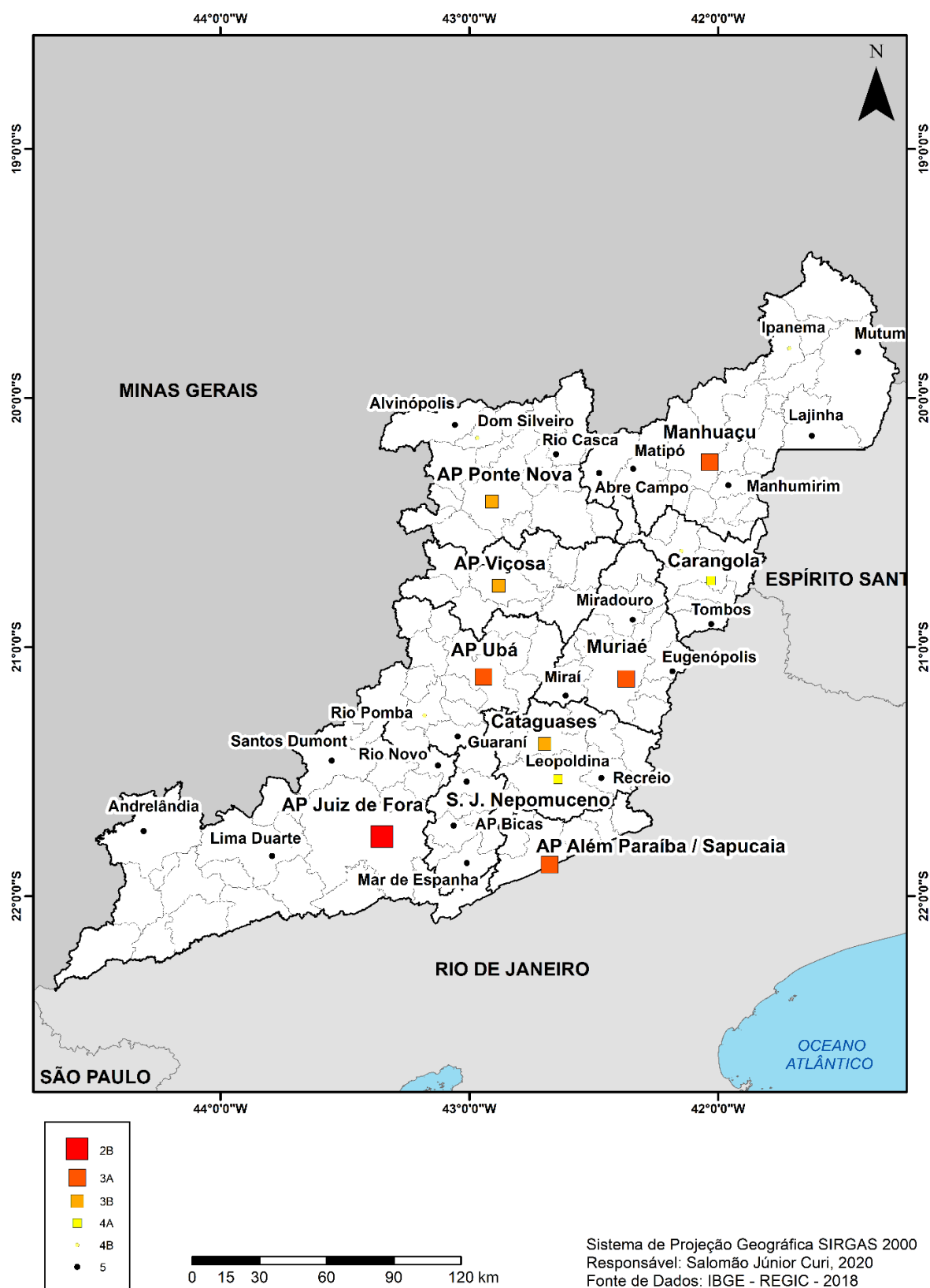
Figura 25 – Região Intermediária de Juiz de Fora e suas Regiões Imediatas/Classe de Hierarquia das Cidades e dos APs.



Fonte: IBGE – Regic-2018.

O mapa da **Figura 26**, complementa as informações sobre a hierarquia urbana formada na região com os códigos da hierarquia de centro. Essa complementação metodológica foi utilizada com intuito de reconhecer e deflagrar padrões hierárquicos dentro de cada classe. Sendo assim, foi possível estabelecer uma conexão, permitindo uma sequência que conseguiu constituir a rede urbana após um ajuste de posicionamento, em função da região de influência da cidade, através de seus subtipos hierárquicos.

Figura 26 – Região Intermediária de Juiz de Fora e suas Regiões Imediatas/Código de Hierarquia dos Centros.



Fonte: IBGE – Regic-2018.

Diante do exposto, constata-se que Ubá apresenta uma conjuntura espacial, populacional e econômica que a coloca em um patamar de destaque na região, qualificando-a com um grau significativo de influência. A diversidade de serviços e comércios (bens), os fluxos que perpassam por Ubá, favorecem a posição de destaque que esta vem ocupando na região, assim, se estabelecendo diante dos outros centros da rede urbana, ao qual a integra, e assumindo categoria de destaque como centralidade regional. Assim, compreendemos que certas cidades assumem o protagonismo regional a partir do momento que se torna destino de uma concentração de capital, de funções públicas, de circulação de pessoas, mercadorias e informações.

Nesse contexto, foram descritos aspectos como o da diversidade comercial e dos serviços, população, entre outros elementos que se encontram na região sobre a polarização de Ubá. Essa descrição tem como objetivo a compreensão, por meio da realidade desses espaços, dos vetores e dos elementos que levam essas áreas a estarem sob a influência de Ubá, ou seja, os motivos que impulsionam os fluxos e a dependência desses espaços em relação a esse centro urbano.

3.10 Do Regional ao Intraurbano: Ubá e a Centralidade

A discussão que envolve a condição de Ubá enquanto centro urbano que possui uma influência espacial de caráter regional, permeia uma análise socioespacial e econômica, sendo possível, com esta abordagem, avançar na concepção de sua dinâmica.

A identificação do AP de Ubá, segundo a Regic-2018, como Centro Sub-regional A, é fundamental para o entendimento não só da sua área de influência ou da constituição de uma hierarquia regional, mas também, da sua dinâmica interna urbana, permitindo determinadas condições, cujos reflexos são notados em muitos aspectos, incluindo no surgimento de uma nova centralidade espacial na cidade.

É nítido o crescimento econômico e demográfico expressivo de Ubá nos últimos anos. Como é possível notar, no decorrer desse trabalho, há uma expansão nos indicadores econômicos, fator que endossa o destaque regional da cidade.

No processo de produção econômica contemporânea municipal, são destacados os papéis das atividades vinculadas a indústria moveleira e do comércio e serviços. Contudo, para compreensão dessas características na dinâmica espacial local, é

fundamental o entendimento que identifica a participação desses setores da economia na direção e intensidade dos fluxos dirigidos ao município.

Ubá, com a expansão do sistema produtivo industrial, se insere na nova divisão territorial e regional do trabalho, considerando que se torna fornecedora de produtos elaborados (móveis) tanto para sua região imediata e intermediária, quanto para o restante da Região Sudeste, Nordeste e Norte do país.

Segundo Miyazaki (2008, p. 9):

Frente ao avanço das diversas técnicas de transporte e telecomunicações, bem como as mudanças e rearranjos dos processos produtivos, intensificam-se os fluxos e redefinem-se as centralidades interurbanas ao mesmo tempo a cidade se torna cada vez mais extensa e descontínua.

De acordo com o resultado desse estudo, conclui-se que Ubá apresenta alto grau de polarização regional, obviamente, com as suas singularidades. Para confirmar esta análise, é essencial o entendimento de alguns fundamentos característicos da formação regional, como os tipos de ligações entre os centros e a hierarquia, considerando-se os fatores de diferenciação e o conjunto de aspectos correlacionados aos novos processos sociais e econômicos em suas diversas escalas, mas com consequências locais.

O espaço urbano de Ubá passou por um rearranjo, resultado, sobremaneira, de suas novas tendências econômicas que acabam refletindo na produção do espaço urbano. O fato de Ubá, diferente de praticamente todas as cidades da região, ter sua economia fortemente ligada a indústria que acomoda um número significativo de mão de obra, o espaço urbano tende a se comportar de forma peculiar, sendo necessário para o entendimento desse processo, compreender fatores e agentes ligados à sua característica econômica. Sem dúvida, uma das consequências no espaço urbano de cidades industriais como Ubá, é a desigualdade socioespacial, resultado da diferença gigantesca da renda, fruto de uma exploração do capital sobre a mão de obra operária, da ausência de políticas públicas eficazes e do controle da terra por parte dos agentes imobiliários.

Contudo, para compreendermos o contexto regional e as relações intraurbanas de Ubá, precisamos pensar e entender a evolução urbana da cidade, como a direção, a forma e a causa do crescimento urbano, e as características da urbanização, que se materializam no surgimento de uma nova centralidade na cidade.

Assim, ao demonstrarmos no decorrer deste capítulo, alguns segmentos importantes na constituição da centralidade interurbana de Ubá, como os ligados a indústria, ao comércio, a saúde, ao setor financeiro e outros, podemos aferir, ao identificarmos no tecido urbano, como a concentração de equipamentos ligados a esses setores foram essenciais para o surgimento de uma nova centralidade intraurbana em Ubá. Outro segmento importante que relaciona o interurbano ao intraurbano, no que se refere a centralidade, são as grandes redes de supermercados que corroboram com essa relação interescalar e que serão abordados no capítulo seguinte.

A conclusão que se chega é que o processo de produção do espaço urbano de Ubá, além dos fatores e agentes internos, sofre influência direta de agentes exógenos. A interferência destes elementos no município de Ubá gera impactos na escala local, assim como na reestruturação do espaço urbano.

4 ZONA OESTE NA EVOLUÇÃO URBANA DE UBÁ

A urbanização brasileira tem como uma de suas características o caráter concentrador, sendo notável que a maior parte da população se localiza em poucas cidades. Esse fato está relacionado a centralização de fatores como o econômico, cultural, o informacional, de gestão, entre outros, como relatado no capítulo anterior a partir do estudo da influência regional de Ubá. A urbanização relativamente recente e completamente desprovida de um planejamento concebido nos moldes que possa verdadeiramente pensar a cidade, contribui para um cenário de saturação dos grandes centros, evidenciado, por meio da macrocefalia urbana¹².

Mesmo percebendo um redirecionamento nos estudos ligados a cidade, na sua grande maioria, eles se concentram na escala das metrópoles e em grandes centros urbanos, esse fato demonstra, pela escala de análise, como a produção e principalmente a reprodução do espaço está ligada a acumulação do capital. Contudo, apesar dos desafios, a proposta do capítulo é de entender a reconfiguração espacial da cidade de Ubá que ocorre a partir de um reajuste de forças na escala intraurbana.

Ubá, com sua complexidade urbana e influência regional, demonstra a essência do dinamismo que envolve a escala das cidades médias. Pela sua influência regional e dimensão demográfica atinge esse grau de complexidade que atrelada as suas funções econômicas a coloca em um cenário de destaque na região. Observando, as classificações acerca das cidades médias mineiras, elaborada por Amorim Filho (2007), podemos enquadrar a cidade de Ubá dentro dessa escala de análise.

Tanto para Sposito (2010), quanto para Amorim Filho et al. (1982), as cidades médias cumprem a função de influenciar, em escala regional, as cidades que circundam sua órbita de polarização se tornado um elo importante dessa rede urbana e como visto, também, no capítulo anterior, Ubá cumpre, de forma efetiva, essa função.

Ubá, como já manifestado anteriormente, sedia uma série de serviços, nas mais diversas áreas como, educação, segurança, saúde, serviços ambientais, comércio,

¹² A macrocefalia urbana é um fenômeno urbano que se caracteriza pela concentração de serviços, atividades econômicas e população em uma região específica da cidade, principalmente, de países subdesenvolvidos. As causas estão ligadas a um rápido processo de urbanização e intensificação dos deslocamentos populacionais do campo para a cidade e à formação dos grandes centros urbanos. As consequenciais desse inchaço das cidades promovem a favelização e o aprofundamento da segregação socioespacial.

entre outros, que na sua grande maioria ultrapassa os limites de sua região imediata, chegando, esses a contemplar praticamente toda a região intermediária, inclusive o polo da mesma que é Juiz de Fora. A proximidade geográfica com outros centros locais atrelada a sua localização favorece a concepção de que Ubá se coloca como uma centralidade inter-regional. Assim, sua posição, enquanto grande polo industrial do setor moveleiro, conclui essa postura de centro polarizador, atraindo capital e trabalho e por conseguinte, os benefícios e desafios que contribuíram para a sua evolução.

O entendimento da evolução urbana de Ubá, passa por uma análise sócio-histórica importante na compreensão da dinâmica urbana e da cidade. É importante destacar o fim de um período em que o município deixa de ser dependente, quase que exclusivamente, da economia agrícola, com base na produção de café e fumo, e inicia aquilo que mais tarde vai se tornar base e referência de sua economia que é a indústria moveleira. Esse processo desencadeia uma urbanização rápida. Com cerca de 30% de sua população vivendo na cidade no início da década de 1950, urbaniza-se em meados de 1960, e atinge a marca de noventa e seis por cento de sua população residindo em ambiente urbano, em 2010, como pode ser comprovado no gráfico da **Figura 27**.

Retomando um pouco da evolução econômica de Ubá, verificamos que com a crise cafeeira, do final da década de 1920, a produção fumageira cresce de importância, dominando a economia local entre as décadas de 1930 e 1950. Então, o fumo começou a ser rejeitado no mercado regional devido à sua baixa combustibilidade (ALBINO, 2009; INTERSIND, 2014). A rejeição ao produto se deu em virtude do uso inadequado, por muitos anos seguidos, de insumos e adubos, comprometendo a qualidade do fumo. Nessa época, Ubá chegou a ser conhecida no país como o maior consumidor de insumos e adubos e também como o maior produtor de fumo. Como consequência, no final dos anos de 1950, a crise da produção fumageira deixou grande número de pessoas sem trabalho nas fazendas e na cidade (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

Com isso, a cultura do fumo perde espaço na cadeia produtiva local, abrindo caminho para novas perspectivas econômicas. Ubá, em escala local, substitui o café e logo em seguida o fumo para se constituir em um centro industrial local significativo, capaz de absorver os desempregados do setor agrícola recebendo-os na cidade

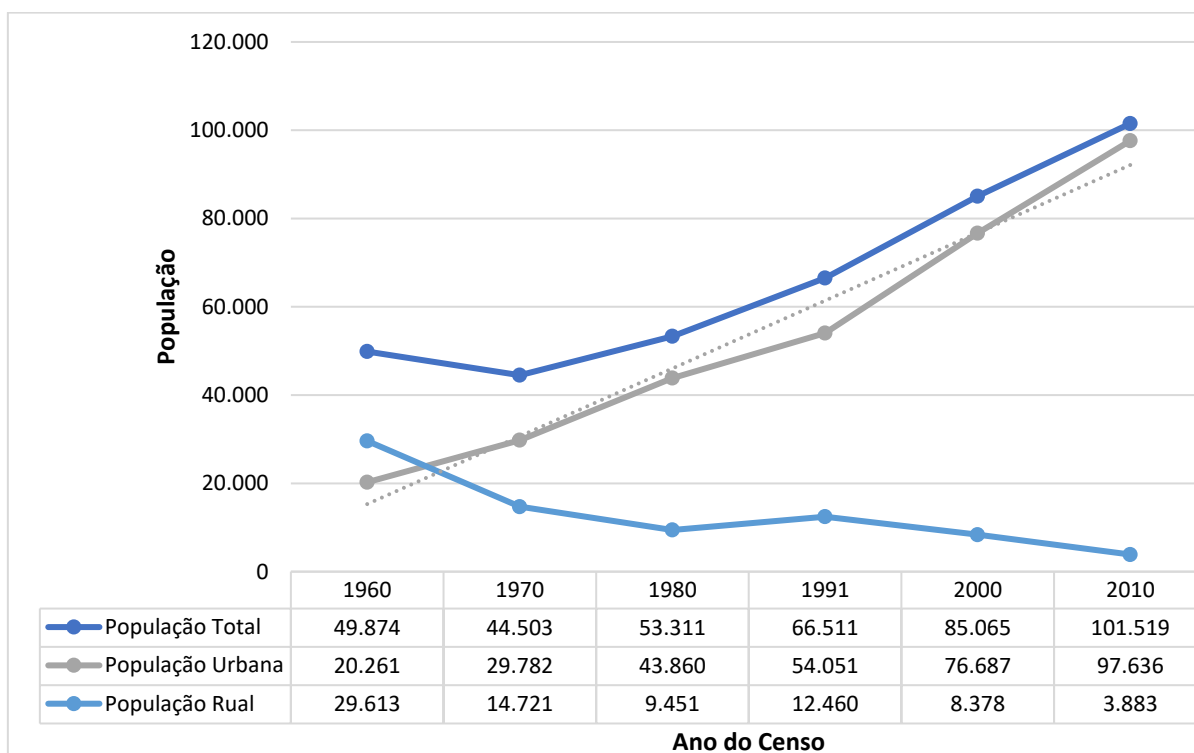
através do setor moveleiro. A urbanização se deu concomitantemente a industrialização do município.

Algumas razões levaram ao destaque a indústria moveleira, entre elas podemos enfatizar a existência de uma atividade marceneira presente desde o início do século XX. Esta atividade está relacionada a característica dos imigrantes italianos que, além de mão de obra para trabalhar nas lavouras de café e de fumo, trouxeram a habilidade moveleira para a manufatura. Assim, ao longo deste século foram aos poucos surgindo empresas relacionadas ao setor. Em 1917 foi aberta a primeira marcenaria para a produção de esquadrias e móveis sob encomenda. Em 1927, outra empresa começou a produzir e a comercializar malas e móveis. Em 1947 foi aberta uma fábrica de vassouras, e em 1957, outra empresa, a Autorrefrigeração, iniciou a fabricação de refrigeradores de madeira em série (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

Pode-se ressaltar, que o ápice do setor moveleiro foi a década de 1960 como alternativa à crise econômica que a cidade e a região passaram a enfrentar em decorrência da queda da produção de fumo. Em 1959, Francisco Parma fundou a Domani, a primeira fábrica de armários de cozinha laqueados. Estes armários eram feitos a partir de caixotes de madeira desmontados, fornecidos pelo Armarinho Santo Antônio, uma grande empresa comercial que adquiria grande quantidade de mercadorias, desde produtos alimentícios até vestuários para distribuí-los em Ubá e região. Posteriormente, na Domani, passou-se a fabricar armários, guarda-roupas, sofás e esquadrias a partir de matéria prima importada (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011).

Para Oliveira Júnior (2011), a capacidade associativa e mobilizadora dos industriais foi parte importante no desenvolvimento e na estruturação industrial do município, mobilizando toda a cadeia produtiva e atraindo investimento público e privado, que contribuíram para a gênese de um dos maiores polos moveleiros do país.

Figura 27 – Evolução Populacional de Ubá, MG.



Fonte: IBGE / Organizado pelo autor.

Para compreensão da evolução urbana de Ubá faz-se necessário entender sua dinâmica demográfica. Observa-se que entre 1960 e 1970, a população total sofreu uma queda de quase 11%, fato que pode estar relacionado, segundo Pacheco e Patarra (1997), às migrações inter-regionais que tiveram como destaque, nesse período, o fim da atração e capacidade de fixação populacional gerada pelas fronteiras agrícolas, tendo esse fluxo se direcionado às áreas metropolitanas. A década de 1970 a 1980 a taxa de crescimento foi de 19%. Esse aumento, ainda levando em consideração o estudo dos autores, estaria relacionado a capacidade de atração de algumas cidades médias da região Sudeste, que, apesar de Ubá, naquele período, não se enquadrar nessa escala de análise, sua dinâmica ligada a indústria moveleira à tornou importante centro de destino dos movimentos migratórios de sua região.

O fracasso econômico da década de 1980 no Brasil, segundo Martine (1994), interfere de maneira direta na migração do país. Partindo do princípio que o período marca uma significativa redução da concentração populacional, ligada intimamente aos processos de desconcentração industrial e, também, como um momento de inflexão pela queda definitiva da fecundidade. Esse período, foi marcado pela consolidação da urbanização e com isso observa-se uma redução no êxodo rural e da

migração inter-regional. Segundo o autor, já “não havia razão para migrar, pois o emprego estava estagnado ou em declínio em todo território nacional” (MARTINE, 1994, p. 40), o que também poderia indicar uma busca por trajetos migratórios menores. Essa análise pode ser instrumento de consagração para a explicação de Ubá ser importante destino de fluxo migratório na região.

As cidades médias, nas últimas décadas, tornaram-se destino do capital e conseqüentemente da migração, visto a saturação dos grandes centros urbanos. Para Rigotti (2006, p. 240), o período entre 1991 e 2000 é marcado por um crescimento da população bem mais intenso em municípios de tamanho demográfico intermediário.

Partindo da premissa de um conceito mais qualitativo de cidade média, é importante destacar que Ubá inicia a década de 1990 com 60 mil habitantes e que a encerra com pouco mais de 80 mil. A vocação industrial do município o colocava como alternativa para a população das cidades vizinhas que estavam à procura de emprego.

Ainda sobre a migração interna brasileira nas últimas décadas, podemos observar que se tornaram ainda mais complexas e dinâmicas e os fluxos, menos evidentes. Segundo Baeninger (2011, p. 76),

os anos 2000 indicam o descolamento da relação migração-industrialização, migração-ocupação de fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego, migração-mobilidade social no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva.

A partir da análise, concluímos que Ubá é uma cidade que se adéqua, em grande parte, as dinâmicas e fluxos constatados pelo autor. Podemos, com isso também, inferir que essa dinâmica contribuiu, decisivamente, para a reconfiguração urbana da cidade, principalmente, quando analisamos a temporalidade e relacionamos a imigração ao crescimento da mancha urbana em direção à Zona Oeste do município.

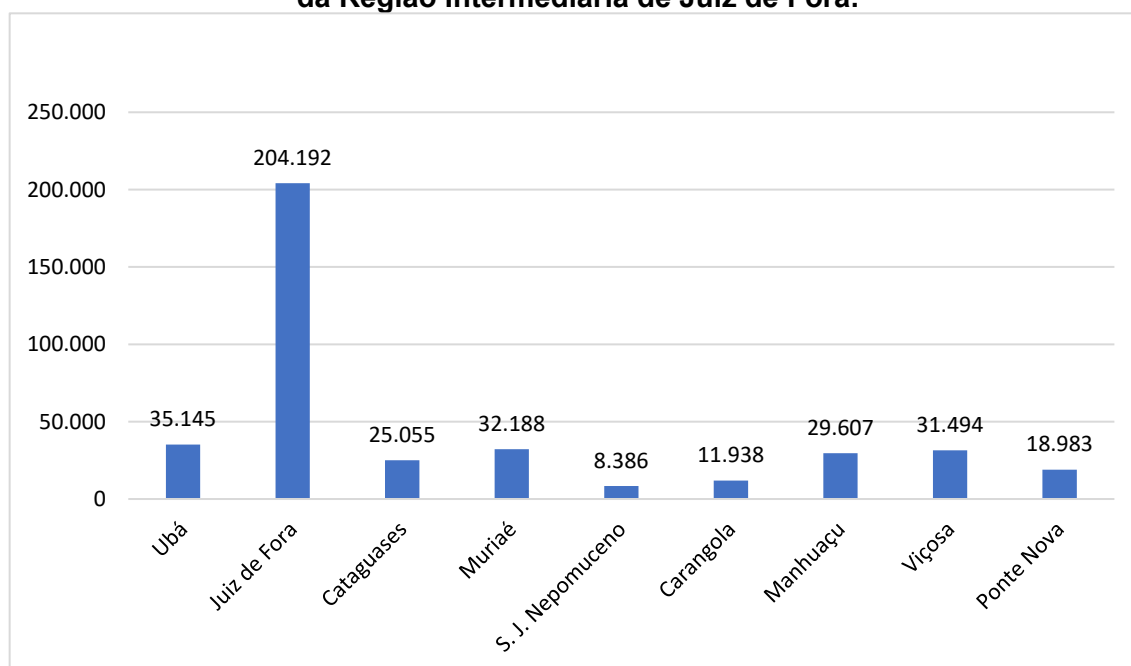
Concomitante a todo esse processo envolvendo a demografia do município, constata-se a consolidação do setor moveleiro na cadeia produtiva local. A década de 1970, confirmou o setor moveleiro como o grande foco de crescimento econômico. Foi identificado um acréscimo significativo do número de indústrias no setor moveleiro, com a abertura de 25 novas empresas. Na década de 1980 esse número saltou para 72 empresas (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011). No final da década de 2000, o número de empresas chegou a 410 (ALVES; FILHO, 2009).

Cabe ressaltar que, nesse mesmo período, foi identificado paralelo a esse crescimento da indústria do setor moveleiro, um evidente avanço da urbanização do município e, também, um forte crescimento populacional, colocando Ubá com as maiores taxas de crescimento demográfico da Região Intermediária de Juiz de Fora, fruto do seu dinamismo econômico que garante sua centralidade regional.

Essa situação demográfica, implica claramente em um rearranjo de forças que contribuem para a produção do espaço urbano da cidade. Entre 2001 e 2020, Ubá apresentou um crescimento populacional da ordem de 33,83% e, nos últimos seis anos, esse indicador passou a ser reconhecido como maior da RI de Juiz de Fora entre as cidades com mais de 50 mil habitantes.

O gráfico da **Figura 28** demonstra o grau de atração populacional de Ubá ao apresentar o segundo maior número em pessoas que já residiram fora do município que residem atualmente.

Figura 28 – Pessoas que já residiram fora do município sedes das Regiões Imediatas da Região Intermediária de Juiz de Fora.

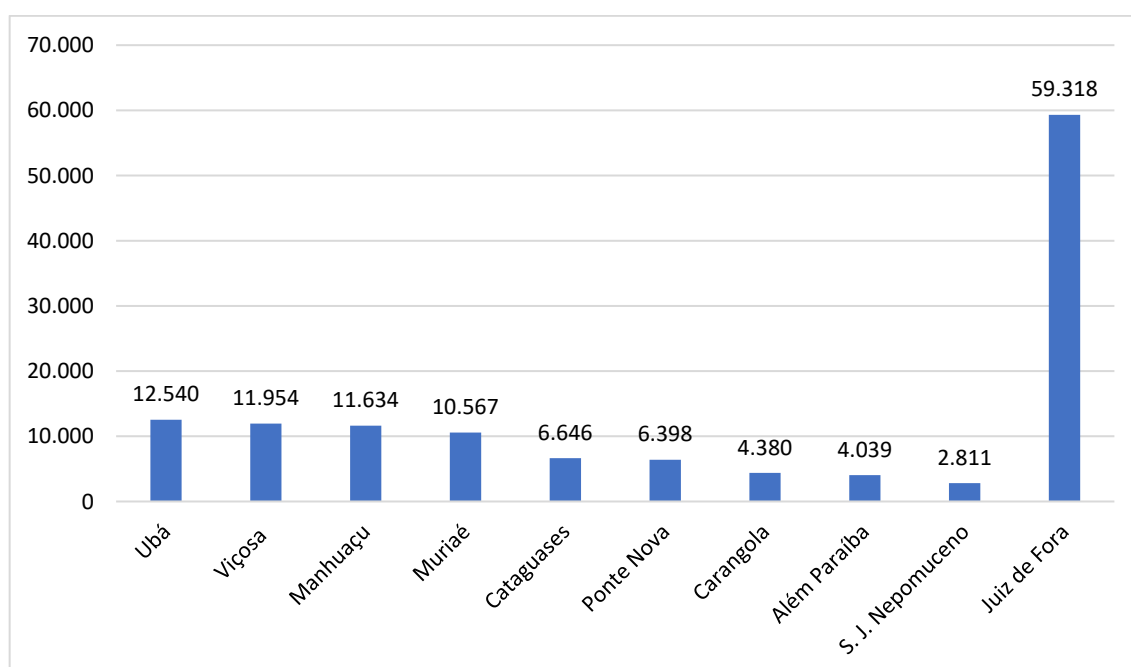


Fonte: IBGE – CENSO 2010. Organizado pelo autor.

A informação gerada no gráfico contribui para o entendimento de como o fator migratório contribuiu para o aumento demográfico e, conseqüente, como esse fenômeno possa ter se manifestado na produção do espaço urbano de Ubá.

Com quase 34% da sua população tendo residido em outros municípios, até a data da apuração dos dados, nota-se a capacidade de atração demográfica de Ubá, fato este que tem como causa principal o seu dinamismo econômico, que apresenta como locomotiva, a indústria moveleira. O gráfico da **Figura 29** corrobora com a capacidade atrativa de Ubá, ao demonstrar que, já na década de 2000, a cidade atraía um fluxo significativo de pessoas, de modo que Ubá se apresenta como a segunda sede de Região Imediata da Região Intermediária de Juiz de Fora, no que se refere a atração populacional.

Figura 29 – Pessoas que tinham menos de 10 anos ininterruptus de residência nos municípios sedes das Regiões Imediatas da Região Intermediária de Juiz de Fora.

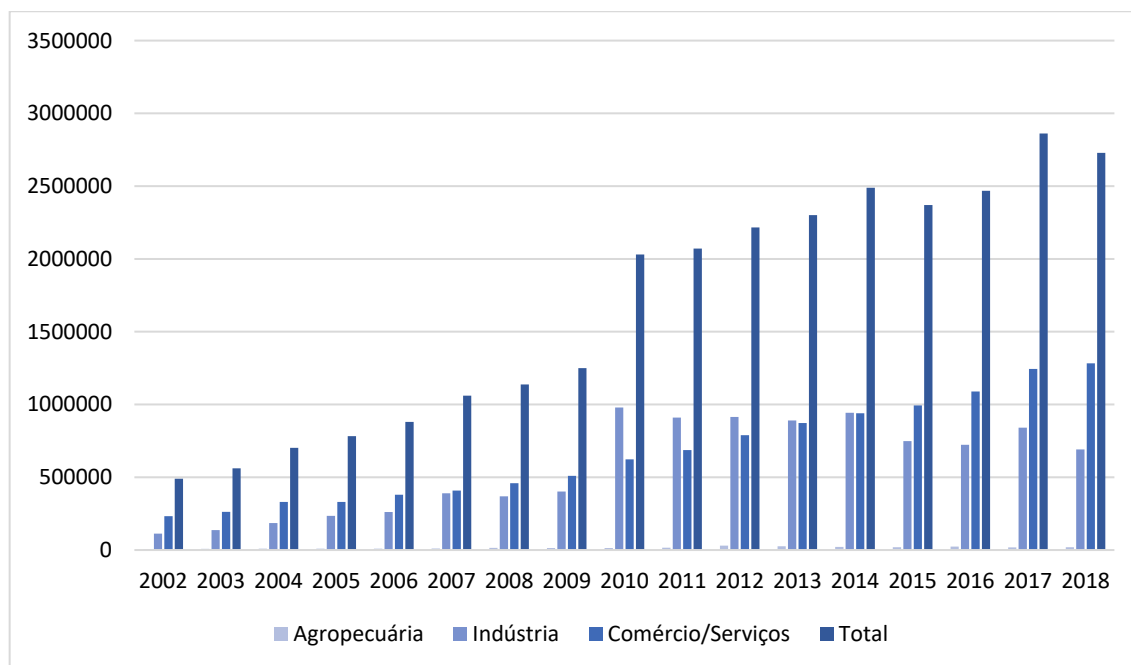


Fonte: IBGE – CENSO 2010. Organizado pelo autor.

Apesar da forte dependência do setor moveleiro, a economia de Ubá demonstra robustez em seus indicadores, como apresentado no gráfico da **Figura 30** que identifica momentos marcantes da economia ubaense. O ano de 2010 representa um aumento de mais de 100% da participação da indústria no PIB, ano também, em que a economia brasileira avança 7,5%, que segundo o IBGE, representou o maior índice entre as duas décadas passadas. Após esse período o setor sentiu bastante as consequências da crise do capitalismo, apresentando uma estagnação e até mesmo uma redução dos indicadores. Porém, os números referentes ao setor terciário, apre-

sentaram uma consistente elevação, demonstrando claramente um amadurecimento da economia de Ubá.

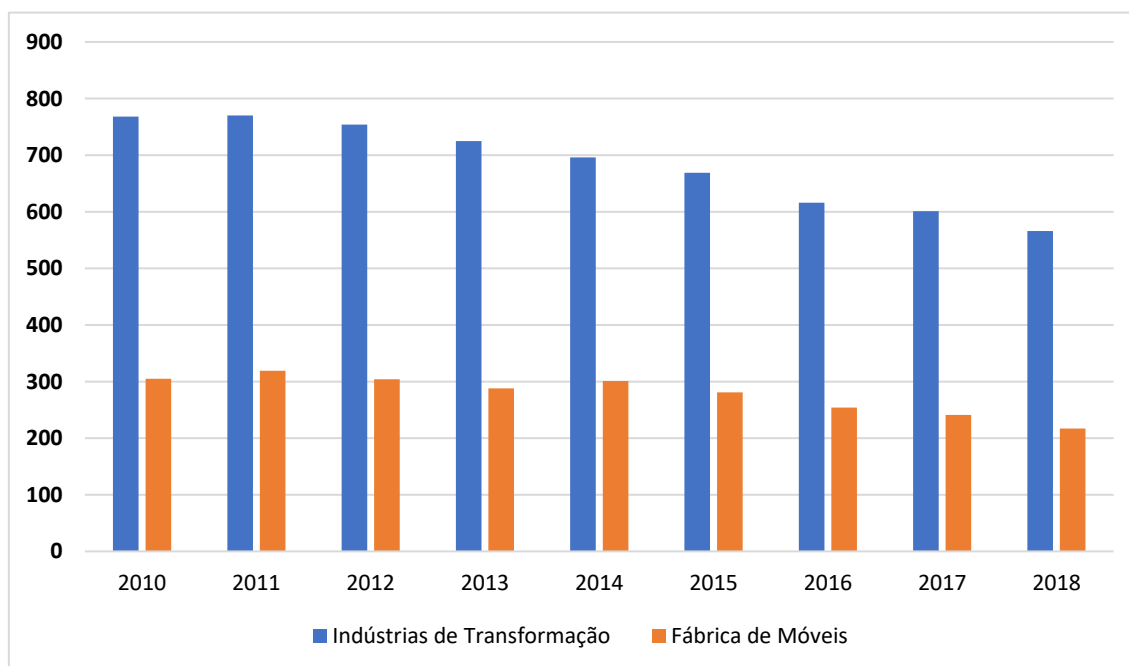
Figura 30 – Evolução do Produto Interno Bruto (Mil R\$), Ubá, MG.



Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios. Organizado pelo autor.

Contudo, é inegável o peso da indústria moveleira na economia de ubaense. Como podemos observar na **Figura 31**, o município apresenta mais fábricas de móveis do que os demais apresentados na classificação de atividades (CNAE 2.0), para municípios com mais de 50 mil habitantes, da Região Intermediária de Juiz de Fora, juntos. Além disso, o número de unidades de transformação perde apenas para o município que sedia a região citada.

Figura 31 – Número de Empresas em Ubá, MG



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas. Organizado pelo autor.

O setor moveleiro, como praticamente todos os segmentos da indústria nacional, enfrentou vários momentos de crise, mas nenhuma foi tão avassaladora quanto à ocorrida no início da década de 2010, chegando a despertar uma alteração no destino do investimento privado no município.

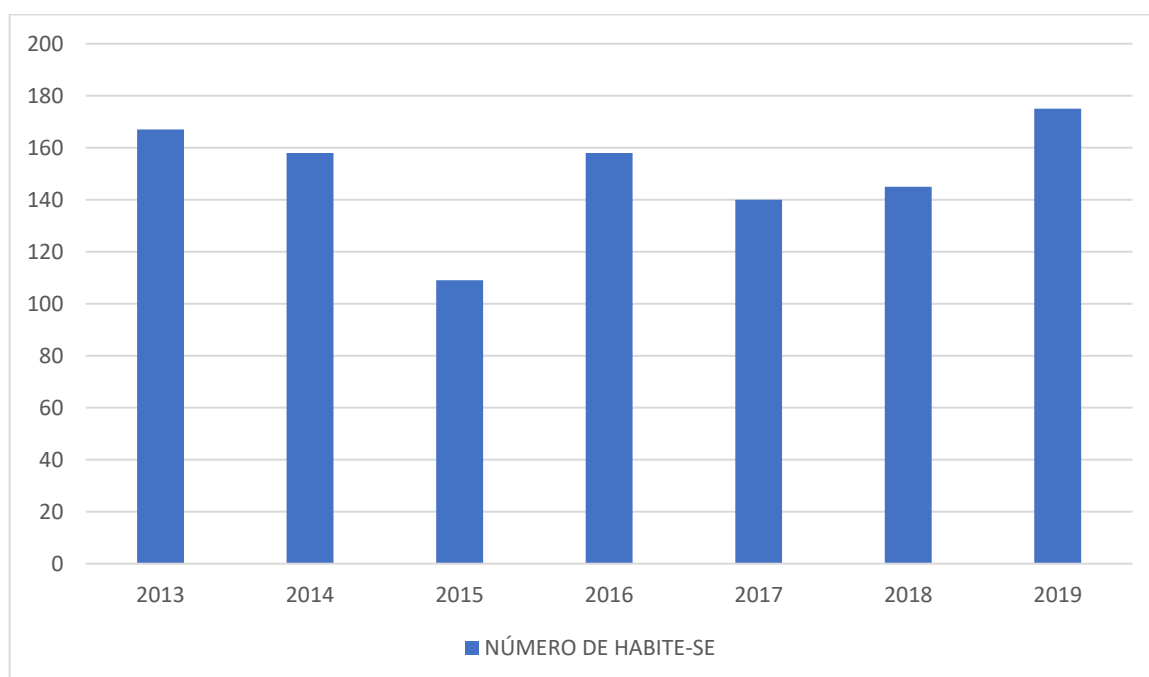
Para Lefebvre (1999) o setor imobiliário cumpre a função de reverter a queda dos lucros. Para ele, em períodos de crise do capital, o setor se torna o principal alvo de investimentos. Ainda de acordo com o autor, o capitalismo financeiro busca mobilizar suas riquezas no setor fundiário e imobiliário. Toda crise no processo produtivo, como a que atingiu o setor moveleiro em 2013, direciona os investimentos e o capital acumulado da indústria em ativos financeiros, principalmente do setor imobiliário da própria cidade, em detrimento do setor industrial. Assim, podemos estabelecer uma relação entre a produção do espaço urbano e o resultado da acumulação do capital.

O setor imobiliário, identificado pela expansão urbana e pela verticalização da área central, apresentou um enorme crescimento na década de 2010 no município de Ubá. Este cenário se desenvolveu, concomitantemente, a crise capitalista que “explodiu” em 2008, desencadeada pela crise das hipotecas nos Estados Unidos da América. No intervalo entre 2012/13, o setor moveleiro foi atingido, de forma quase

que fatal, onde pudemos constatar que diversas empresas, até então consolidadas no ramo moveleiro, chegaram a encerrar suas atividades.

Alguns elementos levantados na pesquisa corroboram para o entendimento de que o capital acumulado da indústria moveleira se dirigiu ao setor imobiliário e fundiário no período que corresponde a última crise do setor (2013 à 2019), são eles: o avanço impressionante da mancha urbana na Zona Oeste da cidade no período, como pode ser constatado no mapa 35, o aumento significativo das atividades ligadas ao setor imobiliário na época, demonstrado na **Figura 32** e os números consistentes do Habite-se¹³ como pode ser verificado entre os períodos de 2013 e 2019. Atrrelados a esses indicadores estão a queda da indústria na participação do PIB e também a redução do número de indústria do setor de moveis, informações que podem ser obtidas, respectivamente através da **Figura 30** e **Figura 31**.

Figura 32 – Expedição de Habite-se entre 2013 e 2019.



Fonte: Prefeitura Municipal de Ubá. Organizado pelo autor

Como já informado e analisando vários fatores, podemos aferir que o mercado imobiliário se tornou o principal destino do capital acumulado pela indústria moveleira,

¹³ Habite-se, nada mais é do que uma certidão expedida pela Prefeitura atestando que o imóvel (casa ou prédio residencial ou comercial) está pronto para ser habitado e foi construído ou reformado conforme as exigências legais estabelecidas pelo município, especialmente o Código de Obras. <https://ivanmercadante.jusbrasil.com.br/artigos/159853722/o-que-e-habite-se>

sobretudo na construção de novos empreendimentos residenciais de médio e alto padrão. Observa-se além de um intenso processo de verticalização de áreas residenciais e comerciais da cidade, uma expansão da mancha urbana, principalmente em direção à Zona Oeste da cidade.

A **Tabela 3** reforça o caráter flexível do capital, em relação a sua adequação às crises. Todas as principais cidades da RI de Juiz Fora apresentaram um aumento do setor imobiliário junto as suas economias. Estas evidências indicam que o processo de reestruturação produtiva em curso implica em redefinições na estruturação urbana.

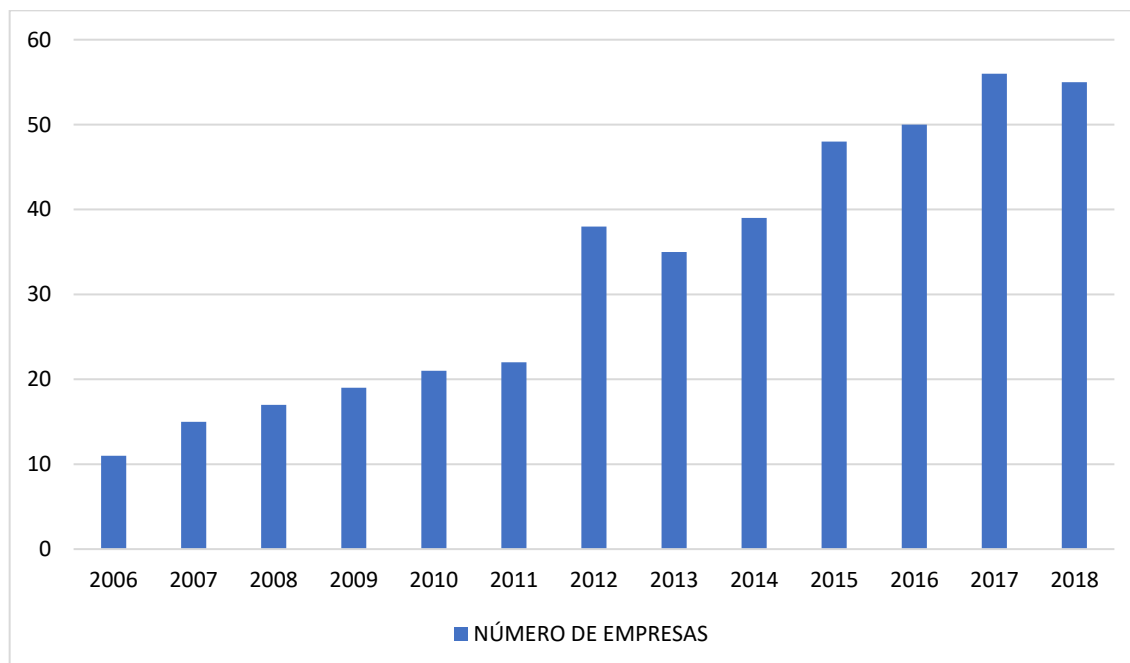
Tabela 3 – Classificação Nacional de Atividades Econômica (CNAE 2.0) – Atividades Imobiliárias nos municípios sedes das Regiões Imediatas da Região Intermediária de Juiz de Fora.

Município	Ano												
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Juiz de Fora	172	175	189	232	237	203	303	350	379	435	456	524	591
Ubá	11	15	17	19	21	22	38	35	39	48	50	56	55
Viçosa	16	15	19	24	25	24	28	27	29	30	34	34	41
Muriaé	09	10	11	15	17	20	23	28	27	27	27	34	33
Manhuaçu	07	05	08	07	09	11	10	15	15	21	20	24	26
S. J. Nepomuceno	01	01	01	01	03	03	03	02	03	10	10	11	15
Ponte Nova	04	04	03	06	06	08	10	12	12	14	15	14	15
Cataguases	06	06	08	06	08	07	07	04	06	08	08	13	13
Carangola	04	04	04	04	04	03	05	06	07	08	06	09	10
Além Paraíba	01	02	03	03	03	04	03	06	05	07	06	06	09

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas. Organizado pelo autor.

O gráfico da **Figura 33** é um indício do aumento da participação de atividades imobiliária na economia do município Ubá. A atual dinâmica imobiliária da cidade, têm influenciado diretamente na produção de seu espaço urbano. Essa (re)estruturação urbana, como já abordado, compreende a reprodução de espaços já consolidados e a produção de espaços novos recentes, frutos de uma expansão das incorporações imobiliárias para espaços periféricos dando origem a regiões sofisticadas e também segregadas. Assim, podemos perceber que o setor imobiliário, abastecido pelo capital proveniente da indústria moveleira, atua como principal agente produtor do espaço urbano, e seu crescimento constituiu uma alternativa de reprodução capitalista, diante da crise do setor produtivo tradicional.

Figura 33 – Classificação Nacional de Atividades Econômica (CNAE 2.0) – Atividades Imobiliárias em Ubá, MG.



Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas / Organizado pelo autor.

A caracterização das formas de moradia associadas aos diferentes agentes sociais que as produzem em Ubá, ressalta a importância de sua compreensão articulada aos elementos de estruturação do espaço urbano. Tomando a habitação como indicador da estrutura da cidade, destacam-se as marcas socioespaciais deixadas por esses dois agentes: o Estado que concentrou a localização dos conjuntos habitacionais no espaço periférico inicialmente na Zona Oeste da cidade, configurando processo de redistribuição da população concentrada até a década de 1980. O mercado imobiliário formal que se manteve concentrado espacial e socioeconomicamente, tendo como principais vetores o centro (fortemente verticalizado na década de 2010), a Zona Oeste e a já estabelecida Zona Leste (predominantemente horizontal) e alguns poucos focos de bairros emergentes.

É importante destacar o quanto foi difícil à obtenção de informações sobre o funcionamento do mercado imobiliário em Ubá, ficando claro a falta de transparência, que sem dúvida nenhuma, esconde uma preocupação do setor em relatar possíveis ações que vão de encontro à legislação vigente e que demonstram, claramente, que estamos no referindo, possivelmente, a uma das principais fontes de acumulação de riqueza nas sociedades capitalistas. Melazzo (2006) alega que a dificuldade na obtenção de dados referentes ao setor imobiliário está ligada a diversos fatores dentre eles

o fato de o próprio poder público municipal e os Cartórios de Registros de Imóveis manterem o sigilo das informações, e o próprio amadorismo desse setor em grande parte das cidades brasileiras; outro fator importante é a singularidade do setor, que apresenta característica muito própria, levando em consideração a realidade socioeconômica de cada município para se desenvolver, dificultando assim uma sistematização de dados e informações. Cabe destacar que a principal fonte de pesquisa, deste trabalho, se deu a partir das análises de dados provenientes do ambiente virtual de instituições como IBGE.

4.1 A zona oeste do município – Uma nova centralidade

A Z. O. de Ubá, compreende o espaço ocupado pelo vale do rio que recebe o nome da cidade, em sua margem direita, e também a direita, quando usamos como referência a rodovia MG 447 que liga Visconde do Rio Branco a Juiz de Fora. É importante destacar que, essa área, no final da década de 1970 era uma fazenda que se limitava a possuir equipamentos de edificações característicos do ambiente rural e, possuía também, um espaço religioso ocupado por um seminário, não chegando a comprometer as características e funções atribuídas aos ambientes rurais.

Uma cidade industrial, como é o caso de Ubá, reforça o mecanismo da produção, circulação e comercialização de produtos, características essas intrínsecas a lógica capitalista. Nesse cenário, observa-se que o caráter concentrador das atividades produtivas favorece o fenômeno da centralidade urbana, evento fundamental na reestruturação urbana.

É importante destacar que, os resultados de uma reestruturação urbana em Ubá, são frutos de um processo que alterou a dinâmica da cidade, principalmente quando analisamos as relações entre os agentes produtores do espaço na escala intraurbana. Uma das evidências dessa mudança revela-se na constituição de uma nova característica da estrutura da cidade ao identificarmos um redirecionamento em seu crescimento.

Com o intuito de compreender a reestruturação urbana, manifestada através do surgimento de uma nova centralidade, e de identificar as características dessa reestruturação urbana ocorrida em Ubá, é fundamental utilizar a metodologia apontada por Sposito (2013) para que possamos qualificar o fenômeno. A autora considera esse fenômeno uma condição e expressão do central que pode ser

identificado em uma área da cidade, assim como o surgimento de novas atividades e estabelecimentos comerciais e de serviços fora do centro principal como observado em Ubá, mais precisamente na Avenida Padre Arnaldo Jansen (a principal avenida da Z. O. de Ubá) e arredores.

De acordo com a autora acima citada, para melhor entendimento da estruturação urbana, que contribui para a compreensão da dinâmica dessa região da cidade, é importante destacar as singularidades existentes entre multicentralidade e policentralidade. Sposito (2013, p. 74), retrata que

Tenho usado o termo MULTICENTRALIDADE para me referir à conformação de mais de uma área de concentração comercial e de serviços nas cidades, influenciando a perda relativa do peso e da importância do centro 'principal' em estruturas espaciais tipicamente monocêntricas até então. [...] Reservo a expressão POLICENTRALIDADE para tratar de dinâmicas mais recentemente observadas, que se combinam com as sinteticamente descritas no parágrafo anterior, contendo-as, mas superando a lógica que orienta sua formação. São atinentes ao aparecimento de grandes superfícies comerciais e de serviços, que redefinem de modo profundo, a estrutura espacial que vinha se estabelecendo no decorrer do tempo. [...] especialmente, hipermercados modernos de grandes grupos do setor, shopping centres, centros especializados de grande porte (de negócios, de serviços médico-hospitalares, de feiras, de festas, etc.).

Assim, para a autora, existem três formas para que se possa distinguir multicentralidade de policentralidade. Inicia-se pela abrangência da centralidade, observada quando há uma situação de policentralidade as grandes superfícies comerciais estas exercem atração sobre todo o conjunto da cidade e, e até mesmo na rede urbana que a compõe, portanto, apresenta hierarquia concorrente ao centro principal no que se refere à oferta, diversidade e especialização dos bens e serviços que oferecem. Quando se trata de multicentralidade, a região que a caracteriza não exerce influência sobre todo o conjunto da cidade ou outras cidades.

Em uma segunda análise a autora considera a diversidade de agentes na caracterização da centralidade, bem como ao tempo envolvido na constituição dessa característica. Segundo a autora, a multicentralidade resulta da ação de uma diversidade de agentes (comerciantes, prestadores de serviços, pequenos empreendedores e proprietários de imóveis ou terrenos) atuando no espaço urbano longo de vários anos, enquanto as grandes superfícies comerciais e de serviços, expressão da policentralidade, são planejadas, construídas e ocupadas em conjunto, em poucos anos e

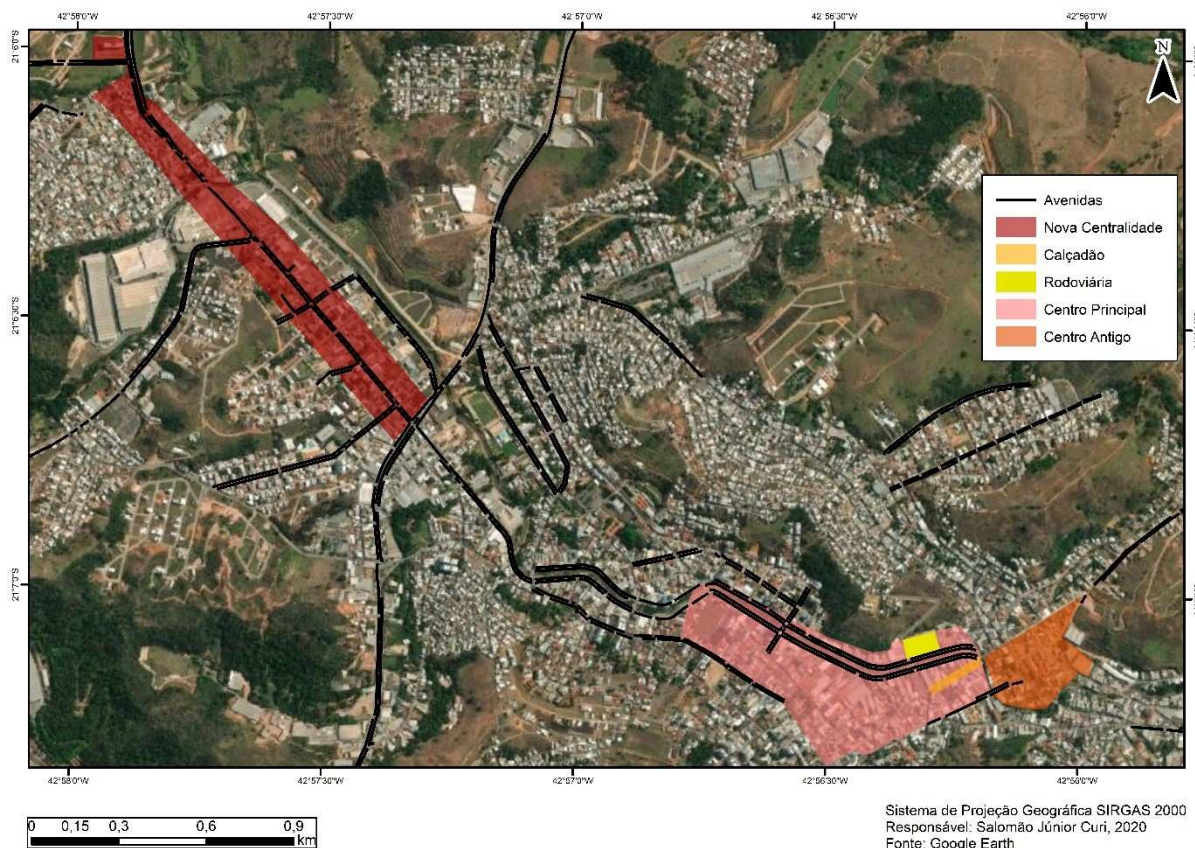
não resultam da somatória de iniciativas de comerciantes, prestadores de serviços, pequenos empreendedores e proprietários de imóveis ou terrenos que, no decorrer do tempo, fizeram novas escolhas locacionais e contribuíram para a recomposição da centralidade urbana, de modo paulatino e gradual, pois ocorrida em interregnos de dezena(s) de anos. Ao contrário, são grandes superfícies comerciais e de serviços planejadas, construídas e ocupadas, em conjunto, num intervalo temporal relativamente curto (alguns poucos anos para construção, bastando a inauguração para começarem a funcionar todas no mesmo dia). [...] Trata-se de processo de produção do espaço urbano que não resulta da história de uma cidade, no decorrer da média ou longa duração, mas que a redefine como resultado de ações deliberadas, planejadas e intencionais, pensadas por um pequeno grupo de interessados nelas. [...]. (SPOSITO, 2013, p. 75-76).

E por fim, a terceira razão é a geração de segmentação e seletividade socioespaciais por parte dessas grandes superfícies que podem ser condição para o processo de segregação socioespacial. Assim, levando em consideração a abrangência, a velocidade de formação da centralidade e a seletividade espacial, a intenção é que até o final deste trabalho se possa verificar que uma policentralidade passa ser identificada na Z. O. de Ubá.

Ao analisarmos o contexto envolvendo a evolução urbana de Ubá, verificamos que essa se desenvolveu por meio de uma reestruturação da cidade que teve como uma de suas principais características a expansão do tecido urbano, representado pela dinâmica de parcelamento de loteamentos populares periféricos e a emergência de uma nova centralidade urbana, como pode ser observado no mapa na

Figura 34, que mais adiante, se consolida e passa também a representar um novo eixo de desenvolvimento para a cidade.

Figura 34 – Evolução da centralidade em Ubá, MG.



Enquanto até o final da década de 1970, o processo de urbanização de Ubá estava vinculado, essencialmente, ao perímetro central, como já destacamos, com a tendência à generalização da forma em relação à moradia, a cidade deixa de ser produzida a partir de um único perímetro, mas, se ajusta em seu próprio espaço, criando uma nova centralidade e, paradoxalmente, produzindo um espaço urbano ainda mais desigual e fragmentado.

Sobre outra perspectiva, é importante destacar que, o sistema viário cumpre um importante papel na cidade, no que se refere, ao direcionamento de fluxos no tecido urbano e, conseqüentemente, na (re)produção do espaço urbano. O sistema viário consiste em um elemento essencial ao desenvolvimento urbano, podendo exercer um papel primordial no estabelecimento de uma nova centralidade na cidade, garantindo os deslocamentos diários de pessoas para os locais de comércio, de serviços e de empregos, ou mesmo se tornando, por exemplo, através de uma grande avenida, como no caso da Z. O. da cidade, mais precisamente a Avenida Padre Arnaldo Jansen em Ubá, a nova centralidade da cidade.

Junto a esse novo espaço, observamos a concentração de atividades diversificadas, consequência de investimentos nos setores produtivos e em infraestrutura. É notório que esse espaço é local de convergência e divergência de pessoas, recursos, bens e informações, que contribuem para a configuração de sua acessibilidade.

A nova centralidade constituída na Z.O. de Ubá se estabelece como novo eixo de polarização que se conecta ao restante da cidade, e acaba promovendo maiores possibilidades de deslocamento urbano, como pode ser identificado na **Figura 35**. Assim, mais que uma relativa autonomia gerada pela centralidade, no que se refere a uma sustentabilidade em termos de oferta de empregos, diversidade no comércio e serviços, geradas na Z.O. da cidade, essa região acaba por se tornar um espaço com uma capacidade atrativa alta, como verificada ao longo do trabalho, passando a receber deslocamentos de um espaço geográfico cada vez mais abrangente, e, conseqüentemente, necessitando de um sistema viário capaz de atender a demanda.

O aumento das áreas ocupadas no espaço urbano e a maior utilização de veículos individuais e transporte público transformou o eixo central de circulação representado pela Avenida padre Arnaldo Jansen, em área do desenvolvimento econômico e social importante fora do centro. Cabe destacar aqui, a característica que envolve a utilização do transporte em Ubá e as conseqüências desse modelo para qualificar a mobilidade e a produção do espaço urbano.

O fato de as indústrias moveleiras se encontrarem dispersas no espaço urbano de Ubá, contribui para um fato importante que envolve a produção desse espaço com conseqüências na relação entre centralidade e mobilidade. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a dispersão espacial da indústria diminui a concentração dos fluxos, ela inviabiliza a utilização do transporte público que acaba não possuindo uma logística adequada capaz de atender a demanda, principalmente dos trabalhadores, incentivando assim, o uso de veículos individuais.

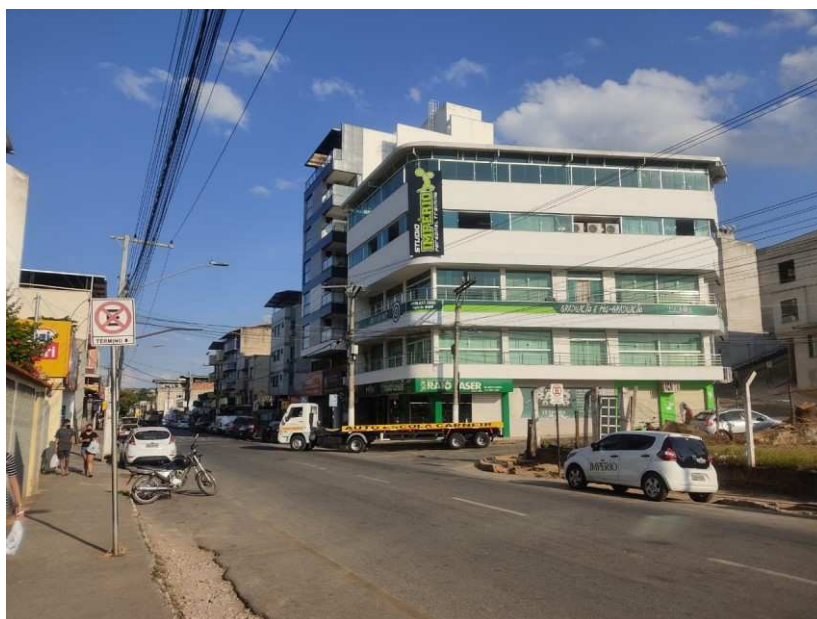
A situação acima descrita escancara a falta de planejamento urbano, expondo a degradação da qualidade de vida dos cidadãos. Contudo, valoriza áreas onde a ocupação é mais recente e que houve maior concentração de investimentos públicos que acarretaram em uma relativa qualidade do sistema viário, com a presença de ruas e avenidas mais adequadas, como é o caso da Avenida Padre Arnaldo Jansen, como podemos observar nas **Foto 1 e Foto 2**.

Foto 1 – Avenida Padre Arnaldo Jansen.



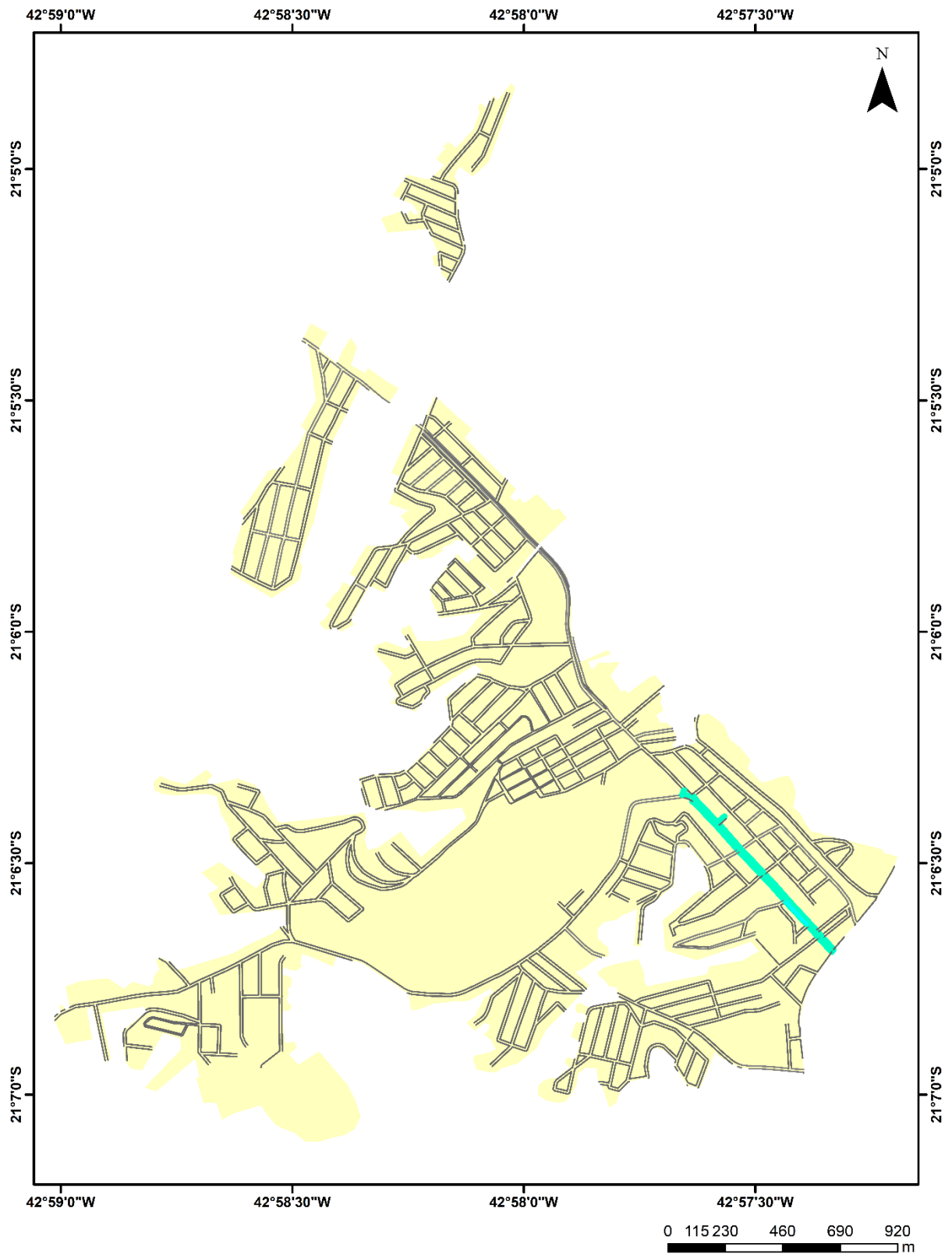
Autor: Guilherme Lopes.

Foto 2 – Avenida Padre Arnaldo Jansen.



Autor: Guilherme Lopes.

Figura 35 – Ruas e Avenidas da Zona Oeste de Ubá, MG.



 Avenida Padre Arnaldo Jansen

Sistema de Projeção Geográfica SIRGAS 2000
Responsável: Salomão Júnior Curi, 2020

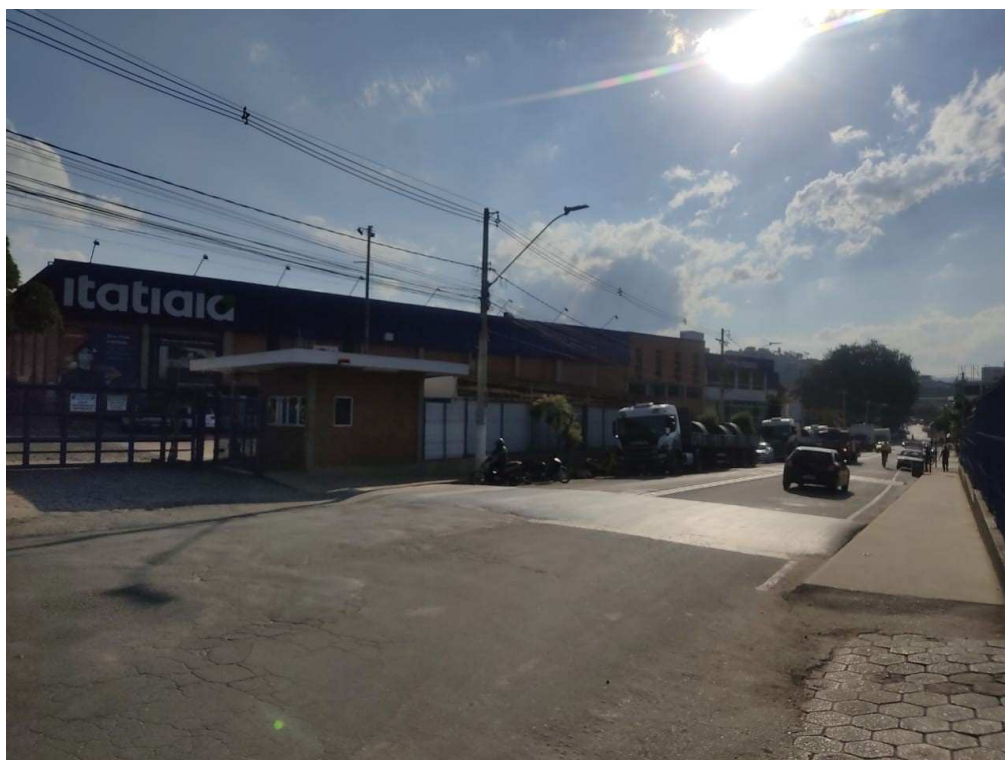
Fonte: Salomão Júnior Curi (2020).

A centralidade se afirma na Z.O. de Ubá, também, em função de uma elevada concentração de atividades socioeconômicas. Essa realidade, como já destacado, implica em uma significativa valorização imobiliária e também em uma maior concentração de uma população ativa, fazendo dessa região uma referência junto a estrutura funcional da cidade.

É inegável que fatores históricos de ocupação atrelados a ações de agentes e atores diversos, se tornem elementos fundamentais na análise da produção e reprodução do espaço urbano de Ubá, pois eles contribuem para a compreensão da expansão da mancha urbana em direção à Z. O. da cidade, como pode ser observado na **Figura 36**, já com a delimitação da nova centralidade urbana.

Ubá assiste a uma redefinição socioeconômica, com consequências espaciais que atribui a cidade novas condições para seu espaço urbano. Ao analisarmos os elementos que constituíam a cidade e que foram superados, torna-se possível enfatizar nesse trabalho um processo de reestruturação urbana em Ubá como já constatado anteriormente. Observa-se que o lugar mais comum da aglomeração já não é, exclusivamente, o centro tradicional, mas, também, como demonstra este estudo, a Z. O. principalmente o eixo da Avenida Padre Arnaldo Jansen, onde se consolidaram grandes indústrias, como destacado nas **Foto 3** e **Foto 4**, um comércio pujante, e, principalmente uma ação intensa do mercado imobiliário que garante uma certa intencionalidade na formação dessa centralidade. Essa intencionalidade pode ser comprovada, como já colocado, na própria falta de cautela do capital, na ocupação dessa região da cidade. Tudo isso, acompanhado da participação do poder público municipal através da implementação das políticas de incentivo à indústria e mesmo pela sua condescendência com o capital na constituição da legislação urbana e da alocação de investimentos públicos.

Foto 3 – Itatiaia Móveis S.A.



Autor: Guilherme Lopes.

Foto 4 – Itatiaia Móveis S.A.

Autor: Guilherme Lopes.

Ao longo das últimas três décadas, essa área da cidade verificou o surgimento de uma nova área territorial específica e importante do tecido urbano, que promoveu e promove uma alta concentração de atividades comerciais e de serviços. Este processo veio acompanhado de uma mudança no comportamento imobiliário da cidade, levando a Z. O. a vivenciar uma maior valorização dos imóveis e também, uma maior concentração da população, que, por consequência, passa a se tornar um espaço importante, capaz de representar uma referência de centralidade, garantindo uma dimensão orgânica e funcional para a cidade, sendo alvo de grande parte dos investimentos em infraestrutura.

Para além daquilo que ficou evidenciado na área da cidade como sinal de desenvolvimento, apresentado a partir de uma leitura histórica da produção do espaço urbano de Ubá, a cidade experimenta mudanças no seu perfil habitacional, destacando que a partir da década da ocupação da Z. O. a segregação residencial torna-se evidente e perceptível na paisagem urbana. Cabe destacar que o tema segregação socioespacial, será retomado no final deste capítulo, com o objetivo de compreender o resultado das relações de forças empreendidas na ocupação do espaço. Nessa perspectiva, é importante destacar que o acesso à moradia, está

submetido ao nível salarial e a Divisão Social do Trabalho inerente a economia capitalista que tem como um de seus princípios a transformação da terra em mercadoria. Para Santos e Silveira (2008, p. 56) segregação socioespacial propõe uma análise

... das feições da pobreza e da desigualdade em suas dimensões objetivas, permanecendo ainda um espaço aberto a ser explorado para a apreensão e compreensão dos processos subjetivos que diferenciam social e individualmente grupos e segmentos da sociedade que, cada vez mais perdem seu lugar e suas referências enquanto atores/participantes de uma dada comunidade de valores.

Em 1981, por meio de um convênio entre a COHAB¹⁴ e o poder público municipal, surgem dois bairros salteados, como pode ser observado através das **Foto 5**, **Foto 6** e **Foto 7**, separados ainda pela fazenda que se limitava com a rodovia. Estes bairros, denominados de Antonina Coelho e Deputado José Pirez da Luz, foram concebidos para absorver o fluxo de imigrantes que era significativo para a época, provocado pela expansão da indústria moveleira local.

Ressalta-se que o princípio da ocupação da Z. O. se deu através de um crescimento salteado, demonstrando a força de agentes controladores do poder e do capital. Após alguns anos da instalação dos bairros populares, inicia-se a ocupação do perímetro entre a rodovia e os conjuntos habitacionais. Torna-se notório, o poder do capital imobiliário que além de orientar a direção do crescimento urbano, influencia na atuação do poder público no incremento de infraestrutura que anterior a esse processo, não chegava aos limites da cidade evidenciado pela ausência de equipamentos urbanos essenciais à população.

¹⁴ O Governo do Estado criou a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas como sociedade de economia mista, com a finalidade de combater o déficit habitacional e urbanizar vilas e favelas no Estado. Ela foi instituída pela Lei nº 3.403, de 02 de julho de 1965, proposta pelo então governador José de Magalhães Pinto e aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. <http://www.cohab.mg.gov.br/historia/>

Foto 5 – Espaço salteado entre os bairros Antonina Coelho e Deputado José Pires da Luz.



Autor: Guilherme Lopes.

Foto 6 – Bairro Deputado José Pires da Luz.



Autor: Guilherme Lopes.

Foto 7 – Bairro Deputado José Pires da Luz.



Autor: Guilherme Lopes.

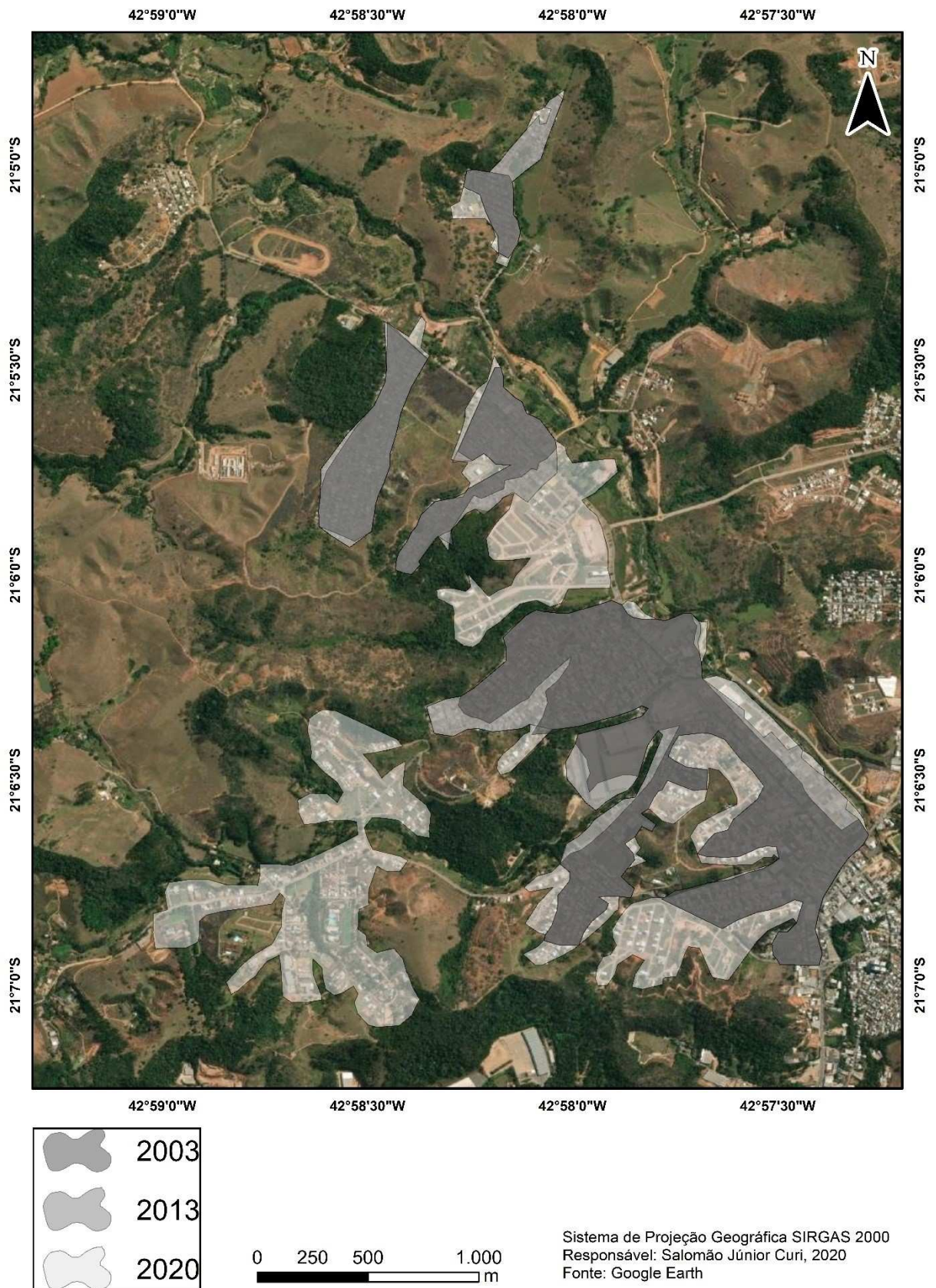
Na Z. O. de Ubá se localizam atividades e funções urbanas que anteriormente eram exclusivas do centro. Essa área está muito ligada a expansão industrial, do comércio e serviços, atrelado a isso essa área da cidade compreende a ligação de Ubá com cidades próximas e que até mesmo compõem o arranjo populacional de Ubá. Esses fatores contribuíram efetivamente para o dinamismo urbano e consequentemente para a formação dessa centralidade que marca a evolução urbana da cidade.

Cabe destacar que a evolução urbana se intensifica com a contemporaneidade em razão de um processo do crescimento urbano, que certamente resulta das diversas formas e condições de vida na sociedade e das suas experiências socioeconômicas e espaciais. Sendo assim, para o entendimento do processo de produção e reprodução das relações sociais, é fundamental compreender o papel dos agentes produtores do espaço. A evolução urbana da Z. O. de Ubá pode ser observada na **Figura 37** e as imagens corroboram com a ação de forças que se somam envolvendo o setor produtivo, especulativo e a concepção socioespacial da região.

O mapa faz uso de três momentos na aquisição das imagens. O ano de 2003, que compreende a data da primeira imagem disponibilizada no Google Earth¹⁵, demonstrando a área ocupada mais incipiente. A captura da imagem de 2013, compreende o período em que as consequências da crise do capitalismo de 2008, se abate no mercado de móveis, afetando diretamente a economia de Ubá e possibilitando um rearranjo do capital em direção ao mercado imobiliário. Já a última imagem, com data de 2019, tem como objetivo o de contemporizar o espaço urbano da área, possibilitando inferir sobre o mesmo causas e consequências da sua produção.

¹⁵ Google Earth é um programa de computador desenvolvido e distribuído pela empresa estadunidense do Google cuja função é apresentar um modelito tridimensional do globo terrestre, construído a partir de mosaico de imagens de satélite obtidas de fontes diversas, imagens aéreas e GIS3D. <http://www.processamentodigital.com.br/wpcontent/uploads/2017/06/ApostilaCursoGoogleEarth.pdf>

Figura 37 – Evolução da Mancha Urbana da Zona Oeste de Ubá, MG.



Fonte: Google Earth.

As décadas de 1980 e 1990, não apresentaram crescimento significativo da Z. O., surgindo apenas algumas residências nesse período. Já na década de 2000, a evolução urbana se torna clara, representada por uma grande explosão da ocupação residencial e enormemente do setor terciário, representado por mercados, faculdades, escolas entre outros, que podem ser identificados nas **Foto 8 e Foto 9**.

A partir do processo de ocupação dessa área, logo depois com a construção de espaços mais sofisticados de moradias no início da década de 2000, resultado da inserção desse espaço à cidade, e sua intensificação no início da década de 2010, é possível identificar contundentes mudanças no espaço urbano de Ubá como um todo, entretanto, mais significativamente nessa nova centralidade observada na Z. O., mais precisamente na Avenida Padre Arnaldo Jansen.

Foto 8 – Novas edificações da nova centralidade.



Autor: Guilherme Lopes.

Foto 9 – Comércio da nova centralidade.



Autor: Guilherme Lopes.

Foi identificado, no período que compreende o final da década de 1990 à 2019, a construção de moradias e imóveis voltados ao comércio frutos de uma nova realidade socioeconômica na cidade, até então não percebida fora do centro tradicional, e que passa a fazer parte dessa região de Ubá, mais precisamente na Avenida Padre Arnaldo Jansen, que corresponde a centralidade definida no trabalho.

Importante destacar que o processo de expansão urbana, para além da nova centralidade, provocado pelo surgimento de novos conjuntos habitacionais distantes do centro, na Z. O. da cidade, desencadearam em alterações na lógica da distribuição do comércio e serviços. Os moradores desses bairros, ocupados pelas camadas populares desprovidas de veículos individuais, e totalmente dependentes de um transporte público coletivo, ineficiente e caro para seus padrões, apresentaram dificuldades no deslocamento para o centro de Ubá, com o objetivo de suprir suas necessidades mais cotidianas, com isso, acabaram contribuindo para o impulsionamento do setor terciário nessa região.

Observa-se que, os espaços elitizados de moradia na Avenida são de dois tipos: horizontais e verticais. Os primeiros a serem construídos foram os horizontais, que logo depois deram lugar aos verticais, para possibilitar o aumento do número de

unidades habitacionais e principalmente do comércio, atingindo com isso o crescimento do lucro e da acumulação do capital junto ao setor imobiliário.

Nessa concepção, há uma diferença substancial no espaço urbano, a partir da difusão de apartamentos como moradias da classe média na região, pois até a década de 1990 os apartamentos que se difundiam estavam localizados no centro da cidade. Hoje esses empreendimentos mais sofisticados ou mesmo os de menor padrão, voltadas ao segmento da classe operária, constituem-se em espaços de moradia, e estão localizados nas periferias.

O entendimento do espaço urbano por meio da compreensão das divisões do trabalho em seu território está organizado a partir dos circuitos da economia urbana, que se distinguem em grau de organização; tecnologia e capital (RIBEIRO, B., 2017).

As diferenças essenciais entre os circuitos superior e inferior da economia urbana são ligadas as características envolvidas a tecnologia empregada e ao modo de organização do trabalho. Assim, entende-se por circuito superior aquele que detém novas tecnologias, que estão ligadas ao mercado financeiro, ao comércio atacadista, transporte, ou seja, aquele setor ligado ao “capital intenso”, enquanto sob uma outra perspectiva encontra-se o circuito inferior que apresenta atividades em pequena escala, ou seja, atividades voltadas para o consumo local, ao varejo, tendo como público-alvo a população com menor poder aquisitivo (SANTOS, 2004).

Ao observarmos as atividades terciárias, verificamos, inicialmente, que os comércios e serviços mais tradicionais predominam na área central da cidade e que os mais modernos e sofisticados, pertencentes aos circuitos superiores, como supermercados de grandes redes, lojas e lanchonetes, clínicas médicas, academias, institutos de ensino, entre outros, estão buscando territórios que apresentam um certo dinamismo para se alocarem, fenômeno esse identificado na Z. O. de Ubá e podemos identifica-lo na **Figura 38**.

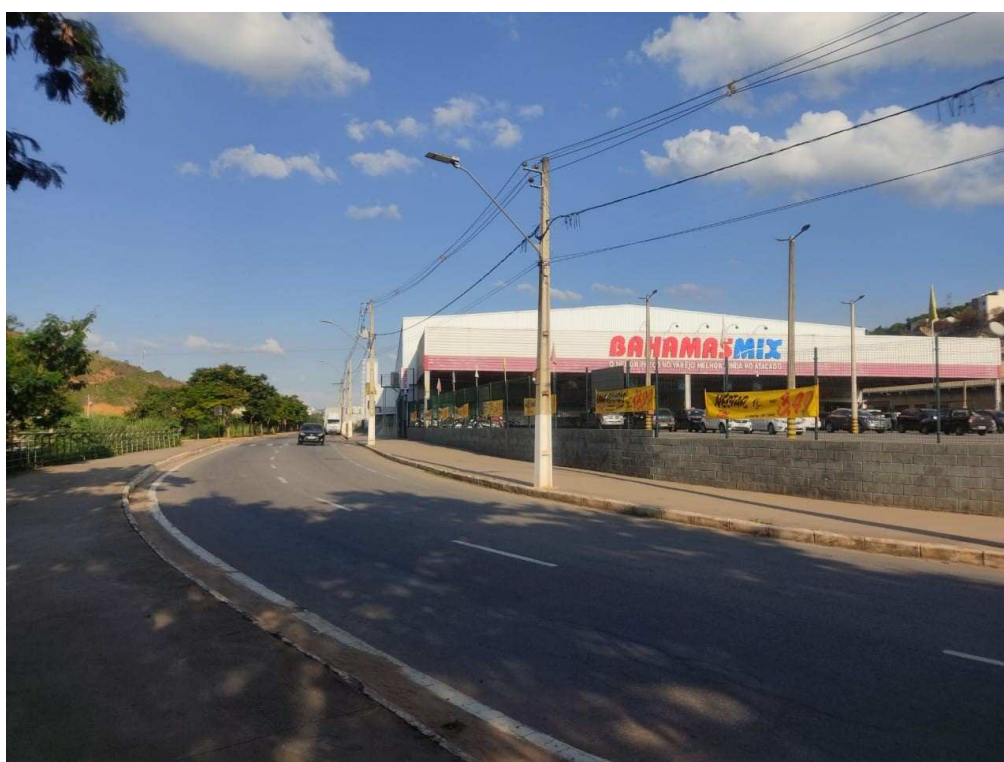
Retomando a questão específica dos supermercados, cabe destacar a presença de duas lojas de uma grande rede mineira, incluindo uma de varejo e outros dois atacarejos¹⁶, ainda na Z. O., na qual uma pode ser identificada na **Foto 10**. Essa

¹⁶ Atacarejo é uma forma moderna de comércio que une características das duas mais conhecidas e tradicionais formas de comercialização: o atacado e o varejo. Utiliza-se dos conceitos self-service (autosserviço) e *cash & carry* (pague e leve).

Os motivos para o surgimento do atacarejo no Brasil podem ser os mais diversos, mas principalmente as mudanças que os modelos tradicionais de vendas passaram nos últimos anos em função do novo comportamento por parte dos shoppers. A instabilidade política e a incerteza econômica também são fatores que favoreceram a expansão deste novo modelo no Brasil. Disponível em: <https://clubedo>

realidade reflete em algumas características que influenciam o processo de reestruturação da cidade, pois sua dinâmica interfere decisivamente na composição dos fluxos e, inclusive, na localização de outros estabelecimentos. Principalmente quando se refere a uma cidade como Ubá, uma vez que, em função da complexidade do seu espaço urbano, proveniente de sua dinâmica industrial, a operacionalização de grandes empreendimentos termina por redefinir praticamente toda a sua centralidade urbana e regional.

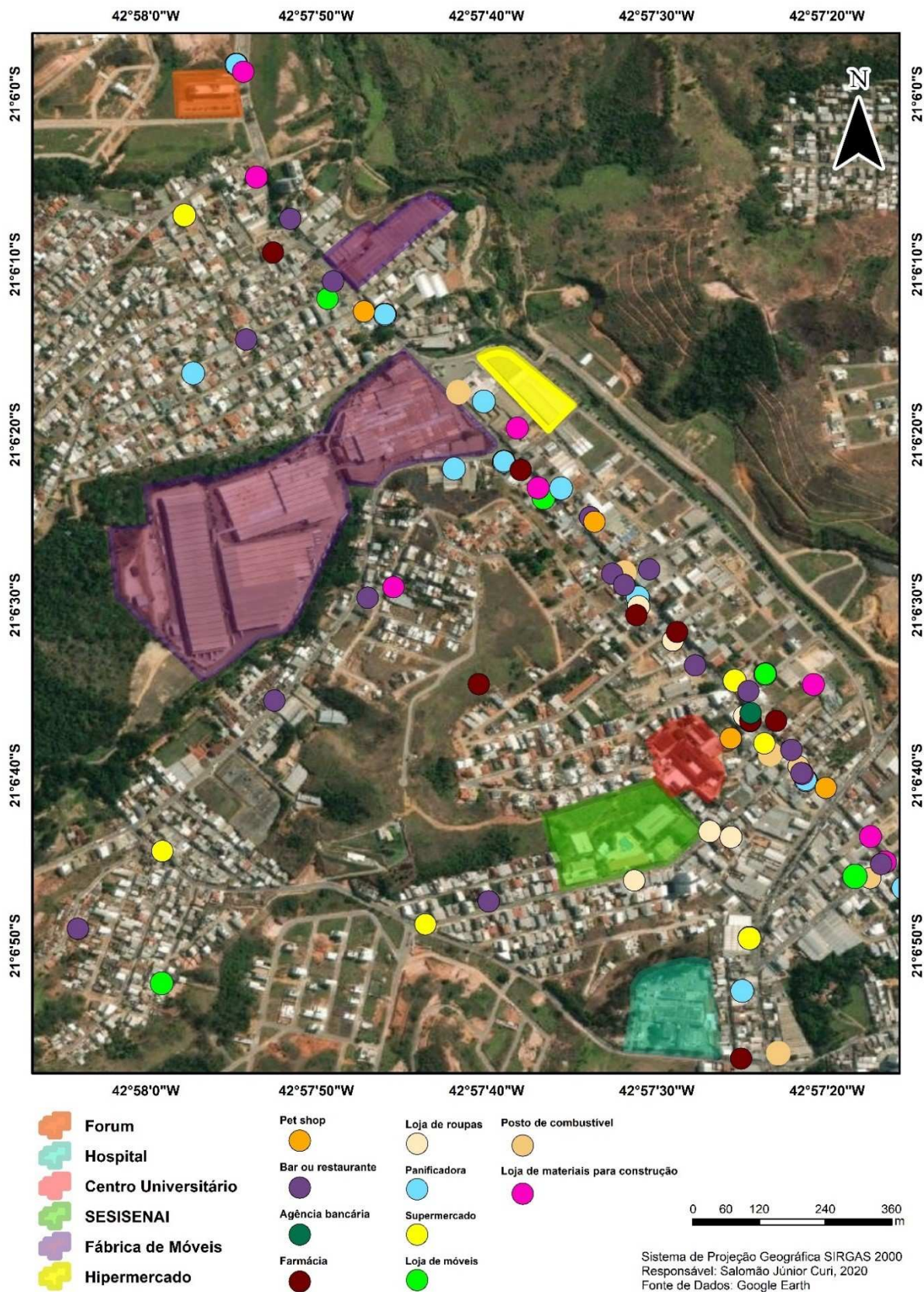
Foto 10 – Atacarejo BAHAMAS MIX



Autor: Guilherme Lopes.

Pensando no incremento de uma centralidade intraurbana e regional, Santos e Silveira (2008, p. 150) conclui que “os supermercados são, hoje, elos fundamentais nas cadeias de distribuição e produção, pois participam das diversas instâncias, criando marcas, agindo como oligopsônios em algumas produções, modificando os calendários de pagamentos e comandando assim, uma importante parcela do comércio varejista.”

Figura 38 – Alguns Empreendimentos da Nova Centralidade de Ubá, MG.



Fonte: Google Earth.

A economia que dispõe de crédito bancário e é caracterizada pela utilização de tecnologia de alto nível, requer pessoas com uma alta renda, logo apareceram em forma de empreendimentos nesta área da cidade. Elas ofertam serviços com preços altos, em virtude da qualidade do produto e da demanda bem específica, a qual está ligada a certo tipo de clientela. No entanto, é interessante salientar que não são apenas os moradores com esse nível socioeconômico que consomem serviços oferecidos ao longo da Avenida Padre Arnaldo Jansen, o poder de compra se expandiu no Brasil e em Ubá nas últimas décadas, fazendo com que outras classes também pudessem usufruir desse comércio, incrementando a economia da Z. O. O comércio dessa área da cidade não é composto somente por setores mais sofisticados, verifica-se uma economia mista. É possível observar, principalmente ao longo da Avenida (centralidade) o predomínio de comércios e serviços neste espaço. Essa diversidade no setor terciário, citados acima, decorre da influência causada pela disposição da indústria moveleira, dos serviços ofertados e dos conjuntos habitacionais populares ao norte da região.

A inserção de agência bancária confirma a consolidação das atividades comerciais e financeiras nesta porção da cidade, pois se há a necessidade de capital ou investimento, os bancos se encontram ali, próximos, aos clientes, permitindo ao capital uma maior fluidez, o que aumenta a capacidade de reprodução e acumulação.

4.2 Zona oeste de Ubá: Centralidade e segregação socioespacial

É essencial a compreensão da atuação dos empreendedores imobiliários como agentes altamente ativos na reestruturação urbana, principalmente quando analisamos o protagonismo deles na produção de novos espaços residenciais. É claro que, junto a ação desses agentes e a condescendência estatal, existe o interesse de toda uma classe dominante de estabelecer na cidade um lugar elitizado, como fica evidenciado na Z. O. de Ubá.

Segundo Harvey (2014), desde 1980, fruto de uma política neoliberal, estabeleceu-se que investimentos socioeconômicos nas áreas mais pobres da cidade não seria o ideal, sendo mais produtivo canalizá-los para as regiões mais dinâmicas, onde o capital se apresentava, alegando que a longo prazo haveria um retorno, visto que a área privilegiada devolveria à cidade, em forma de desenvolvimento, tudo aquilo que foi investido. Com isso, talvez possamos entender a movimentação privilegiada

de investimentos estatal e, por conseguinte, privados no eixo onde se encontra a nova centralidade de Ubá.

A especulação imobiliária garantiu uma alta valorização dos terrenos na Z. O. de Ubá, criando assim uma certa homogeneidade social na área próxima à Avenida, que acaba ampliando as diferenças socioeconômicas desse setor urbano em relação à periferia da própria Z. O., onde os espaços ocupados pelos programas residenciais populares e a própria ocupação espontânea, terminam por serem espaços segregados do restante da região e, por conseguinte, da cidade.

Os mapas que se seguem, utilizados para espacializar o estudo, demonstram de forma enfática a produção do espaço urbano, tendo como princípio a já citada intencionalidade dos agentes, principalmente o imobiliário, que repercute através de empreendimentos o interesse do capital. Cabe ressaltar que, na formação de um espaço urbano segregado, o Estado possui papel fundamental, pois “nenhum mercado privado poderia funcionar se o Estado não sancionasse as cláusulas contratuais e administrasse os remédios para a sua quebra, estando, pois, no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado a permissão ou a proibição da segregação” (BOTELHO, 2007, p. 36).

Villaça (2001, p. 321) assim declara a concentração de forças que atuam fortemente no espaço urbano:

Talvez o processo mais notável de produção do espaço sob o comando das camadas de mais alta renda seja a inter-relação que elas e seus bairros residenciais mantêm com os centros principais. Quanto mais essas camadas se concentram em determinada região da cidade, mais elas procuram trazer para essa mesma região importantes equipamentos urbanos. Quanto mais o conseguem, mais vantajosa essa região se torna para aquelas camadas e mais difícil se torna, para elas, abandonar essa direção de crescimento.

Segundo Sposito (2011, p. 138):

A segregação socioespacial e sua forma mais avançada e complexa de expressão, a fragmentação socioespacial, são, contraditoriamente, os processos que negam e redefinem a centralidade. Transformam-na em centralidade segmentada social e funcionalmente, dispersa no território e difusa na representação que elaboramos sobre a própria cidade e sobre a rede urbana, visto que a centralidade pode ser compreendida e apreendida em várias escalas.

Em Ubá, a segregação socioespacial, como em outros lugares, vem ganhando características paradoxais, pois muitas vezes o mesmo espaço é ocupado por seg-

mentos sociais muito diversos. Esse fato não indica uma diminuição ou ausência da segregação, pelo contrário, pode ser elemento que escancara a fragmentação social, pois apesar da distância física entre os imóveis mais sofisticados e os mais simples esteja cada vez menor, a distância social se aprofunda. Assim, considerando a escala da cidade, facilmente se identifica o setor ao norte como o atual espaço de segregação residencial da Z. O.

Rufino e Pereira (2011) afirmam que a “produção para mercado” (formal) mesmo não sendo o que predominou ao longo do tempo, desempenha um papel fundamental na produção das cidades latino-americanas, contribuindo para a valorização do espaço, e, paralelamente a isso, reproduzindo seu caráter excludente:

Nesta coexistência de formas de produção do espaço construído, aquela constituída por relações capitalistas mais desenvolvidas (a produção para mercado) tendia a dominar o processo de produção do espaço, mesmo não tendo atuação predominante na totalidade do espaço da cidade. Tal dominação está vinculada à produção da mais-valia e mecanismos mais elaborados de valorização imobiliária, o que conduzia sua atuação para os espaços onde a captura dessa valorização fosse mais rentável, tomando a frente dos processos de diferenciação espacial. (RUFINO; PEREIRA (2011, p. 68).

O entendimento do processo acima descrito torna-se essencial para o reconhecimento da produção urbana na Z. O. de Ubá. É inegável o direcionamento promovido pelo mercado e absorvido pelo setor imobiliário no que se refere as construções junto a centralidade. Para tanto, ao se analisar a renda, como veremos mais adiante, na Avenida, nota-se que são consumidores em potencial, da classe média e alta.

Nesse sentido, é preciso mostrar que essas construções, além de estarem vinculadas aos empreendimentos de comércio e serviços, o que atraem os compradores, moradores e investidores para o entorno da Avenida Padre Arnaldo Jansen, é essa centralidade e a oferta de serviços que estão sendo alocados ali que constituem elementos de atração urbana.

O aumento significativo do número de empreendimentos comerciais, decorre da ampliação do poder de compra da população do município, fato ocorrido no restante do país, e que em Ubá, teve seu processo ampliado devido ao aumento exponencial da sua economia nas últimas décadas, como pode ser constatado ao tratarmos, neste trabalho, pelo aumento do PIB.

A característica das atividades ligadas aos setores secundário e terciário que constitui o dinamismo da Z. O. de Ubá, são vinculadas a aquilo que Santos (2008)

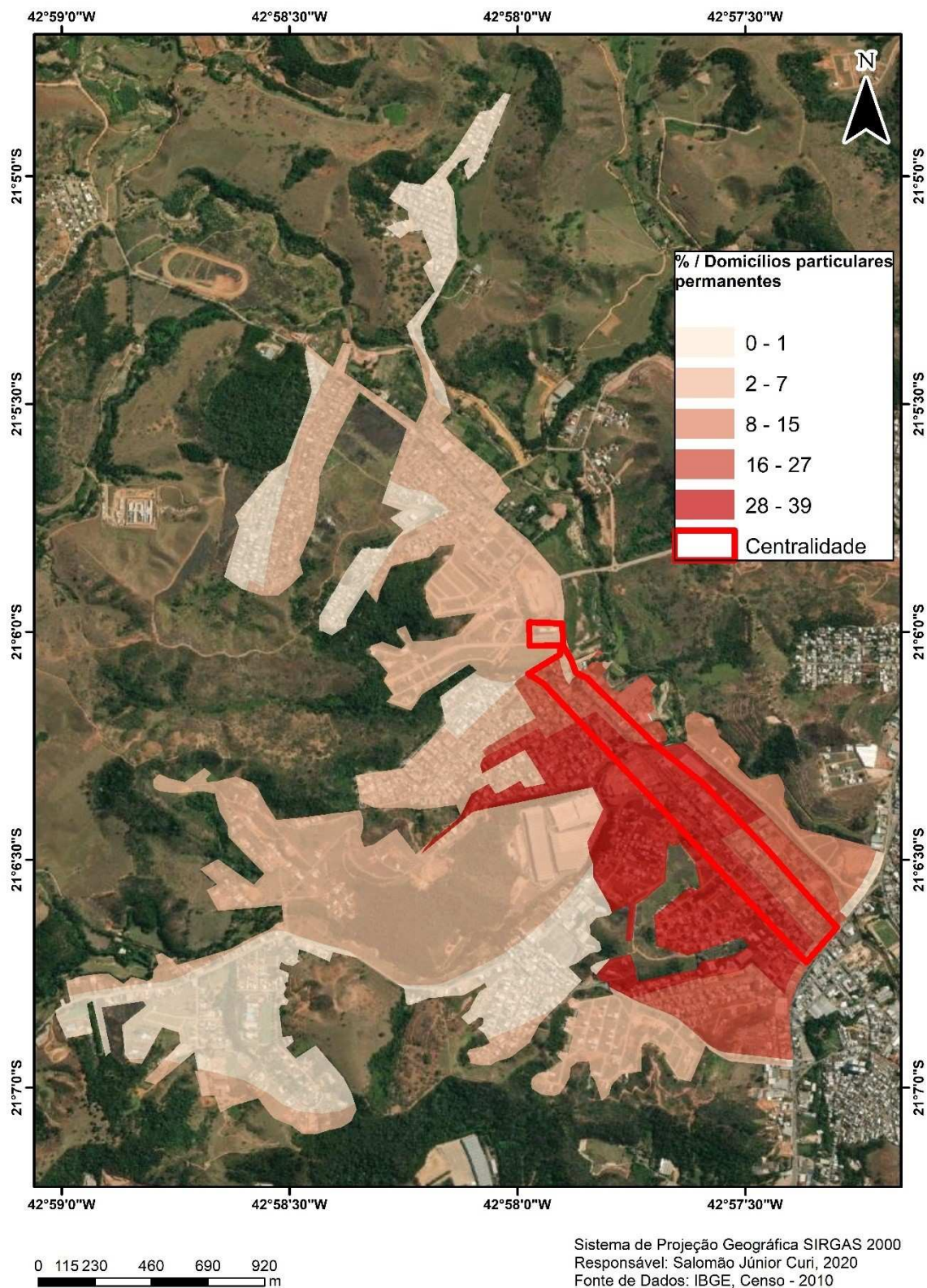
reconhece como pertencentes “estritamente à cidade”. Todos esses níveis de atividades podem ser encontrados na centralidade estudada, decorrente de um novo modelo urbano que lá se instalou.

A nova centralidade existente na Z. O. de Ubá surge, concomitantemente, com o processo de verticalização da área. Esse fato se deve, necessariamente, à intencionalidade desse processo, já exposta anteriormente, atrelado ao fato de que essa parcela do espaço surge de forma salteada entre a mancha urbana e os conjuntos residenciais. Esse processo urbano demanda uma maior capacidade de ocupação que propõe uma certa racionalidade de uso do solo, favorecendo as edificações verticalizadas permitindo, à ocupação residencial do tipo apartamento com um intenso uso da área pelo comércio e serviços em geral.

Estudos indicam que, quanto maior a densidade, melhor será a utilização e maximização da infraestrutura e solo urbano (ACIOLY; DAVISON, 1998). O entendimento de que quanto maior a concentração populacional em uma determinada área, maior a otimização dos serviços urbanos e de infraestrutura, possibilitando redução de custos de instalação e manutenção de todos os serviços públicos necessários ao atendimento da demanda da população e dos agentes produtores do espaço urbano.

A verticalização, como pode ser identificada na Z. O. de Ubá na **Figura 39**, atualmente é vista como uma forma que se aproxima do ideal em termos de edificação, na qual a demanda demográfica é atendida com o emprego de uma habitabilidade satisfatória, permitindo um arrefecimento do crescimento da cidade e, conseqüentemente, proporcionando uma menor pressão ambiental no espaço.

Figura 39 – Zona Oeste de Ubá: Domicílios Particulares Permanentes do Tipo Apartamento por Setores Censitários.



Fonte: IBGE – Censo – 2010.

É inegável a ação de agentes imobiliários na manutenção do controle do espaço, através de estratégias que garantem uma valorização anormal dos setores já estruturados ou em estruturação na área urbana, uma vez que os interesses individuais estimulam o mercado.

Ainda sobre o mercado imobiliário e busca pelo entendimento da ocupação na Z. O. de Ubá, cabe ressaltar que apesar das casas geralmente possuírem valor venal inferior as edificações verticalizadas e demandarem investimentos menores na construção, estas não são acessíveis a maioria da população, e, por conseguinte, a ocupação na forma de apartamentos se torna extremamente seletiva, atendendo majoritariamente as classes média e alta.

Inerente a verticalização, ocorre a demanda por novas construções para atender, principalmente, estudantes do ensino superior, mais precisamente do curso de medicina de uma instituição privada, apresentando estes, um perfil socioeconômico elevado, que tem proporcionado investimentos em construções que transformaram a paisagem da Z. O. próxima a nova centralidade e ao centro universitário. A atividade imobiliária criou condições favoráveis a uma produção dirigida aos grupos sociais com maior renda, com exceções das unidades habitacionais para grupos sociais com renda inferior. A expansão imobiliária é atraída pela produção dos promotores imobiliários que são envolvidos pela demanda e não pela direção das famílias, uma vez que os proprietários mais antigos se localizam na área dos bairros populares dessa região da cidade.

O domínio espacial, social e econômico da Z. O. de Ubá, por parte dos agentes do mercado, levou as classes populares a produzirem seu próprio espaço - além daquele já ofertados pelos conjuntos residenciais populares do início da década de 1980 - transformando áreas dessa região em locais cada vez mais “distantes” e segregados. Como as franjas da Z. O., na sua quase totalidade, é ocupada, essencialmente, pela classe operária, o predomínio de ocupação do tipo casa em detrimento de apartamentos, é um fenômeno evidenciado no sentido contrário a centralidade, ou seja, do nordeste a sudoeste (em sentido anti-horário quando visto no mapa a seguir). Contudo, podemos observar, que o mercado imobiliário, também atua no setor, buscando ainda a horizontalidade, devido ao valor relativamente baixo da terra e, conseqüentemente a revalorizando.

A capacidade da indústria de sobressair diante das demais atividades econômicas, é outro fator importante no que se refere a produção do espaço urbano em

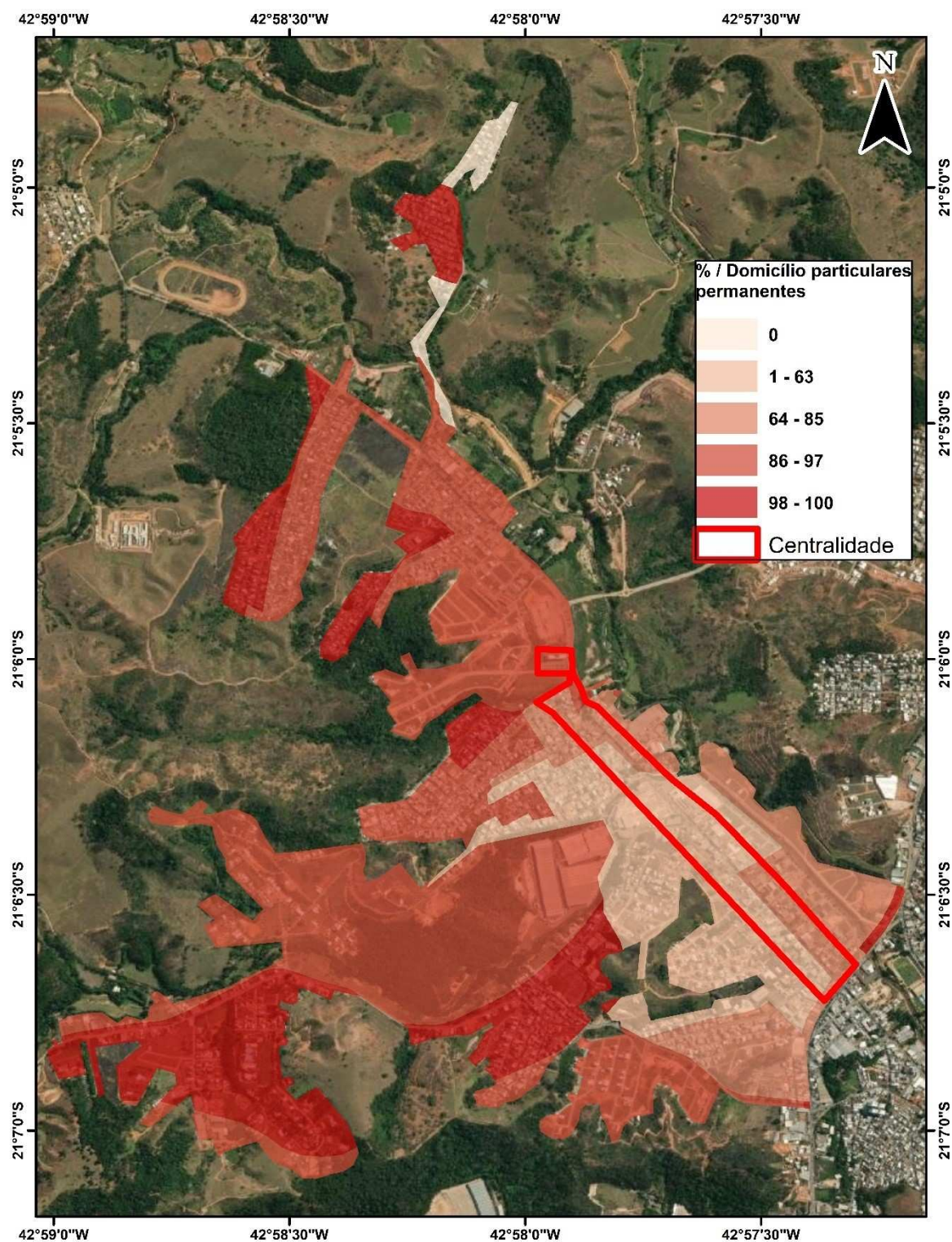
Ubá, além de contribuir para essa nova centralidade na cidade, expressou-se no espaço através da formação da periferia urbana¹⁷. Inerente a expansão geográfica da indústria moveleira, aumentaram também o número de loteamentos residenciais surgidos na região, sempre em direção a periferia, e ampliando a mancha urbana. A identificação da localização destas novas residências indica não apenas a influência exercida pelas indústrias, como também demonstra as características nas quais se deu a estruturação da periferia da cidade.

Visto que a classe operária representa parcela significativa da população de Ubá, cabe ressaltar que a segregação ocorre não apenas pela renda desse trabalhador, mas também pela localização dos diversos tipos de ocupações, quase sempre desprovidas de interesse estatal. Segundo Villaça (2001, p. 352) o mercado imobiliário, “determina imediatamente não só a segregação, mas toda a estruturação do espaço intraurbano”.

O mapa a seguir (**Figura 40**), demonstra o modelo de ocupação em que ainda, a demanda por espaço se dá de forma incipiente, onde o setor imobiliário, através da especulação ainda não atua em igual proporção à centralidade, sendo assim, a expansão horizontal acaba por prevalecer em boa parte da região.

¹⁷ Sposito (2004, p. 289) define periferia e a diferencia de subúrbio. Segundo a autora o último é resultado de um processo lento de ocupação, apropriação e uso de espaços não-urbanos, que se transformam a partir de diferentes iniciativas, ações e práticas socioespaciais. A periferia é resultado de um planejamento realizado pela incorporadora que implanta o loteamento ou pelo poder público que realiza ou financia a incorporação imobiliária de conjuntos habitacionais voltados à população de baixa renda.

Figura 40 – Zona Oeste de Ubá: Domicílios Particulares Permanentes do Tipo Casa por Setores Censitários.



0 115 230 460 690 920
m

Sistema de Projeção Geográfica SIRGAS 2000
Responsável: Salomão Júnior Curi, 2020
Fonte de Dados: IBGE, Censo - 2010

Fonte: IBGE – Censo – 2010.

Como já apresentado na pesquisa, a década de 2010 foi fundamental para que a Z. O. da cidade se estabelecesse como uma nova centralidade. Tivemos a oportunidade de observar, no mapa da **Figura 37**, um grau significativo de autonomia, no que se refere a presença de uma rede de comércios e serviços extremamente variados.

Além da expansão comercial os serviços também foram importantes na produção do espaço urbano na área estudada. Evento imobiliário e político, extremamente emblemático, ocorrido nessa área da cidade, foi a construção do novo prédio do Fórum da Justiça, identificado na **Foto 11**, que, anteriormente, estava previsto para ser construído na zona leste da cidade, inclusive com terreno já definido na época (início da década de 2010). A especulação imobiliária e suas ramificações que atuam em diferentes segmentos e instituições, conseguiu transferir a obra para a Z. O., mais precisamente para o limite entre a área mais valorizada e os conjuntos habitacionais segregados ao norte. De forma bastante emblemática, o prédio do Fórum fica de costas para os bairros populares e, obviamente, com suas portas, diga-se frente, voltadas para a área mais valorizada (centralidade), transformando essa segregação em uma realidade representada simbolicamente. Assim, podemos assumir que o poder público favorece os interesses dos agentes locais e o desenvolvimento do capital imobiliário, orientado pela formação dos bairros mais bem estruturados e mais densamente ocupados por segmentos da população com maior renda e status.

Foto 11 – Fórum da Justiça.

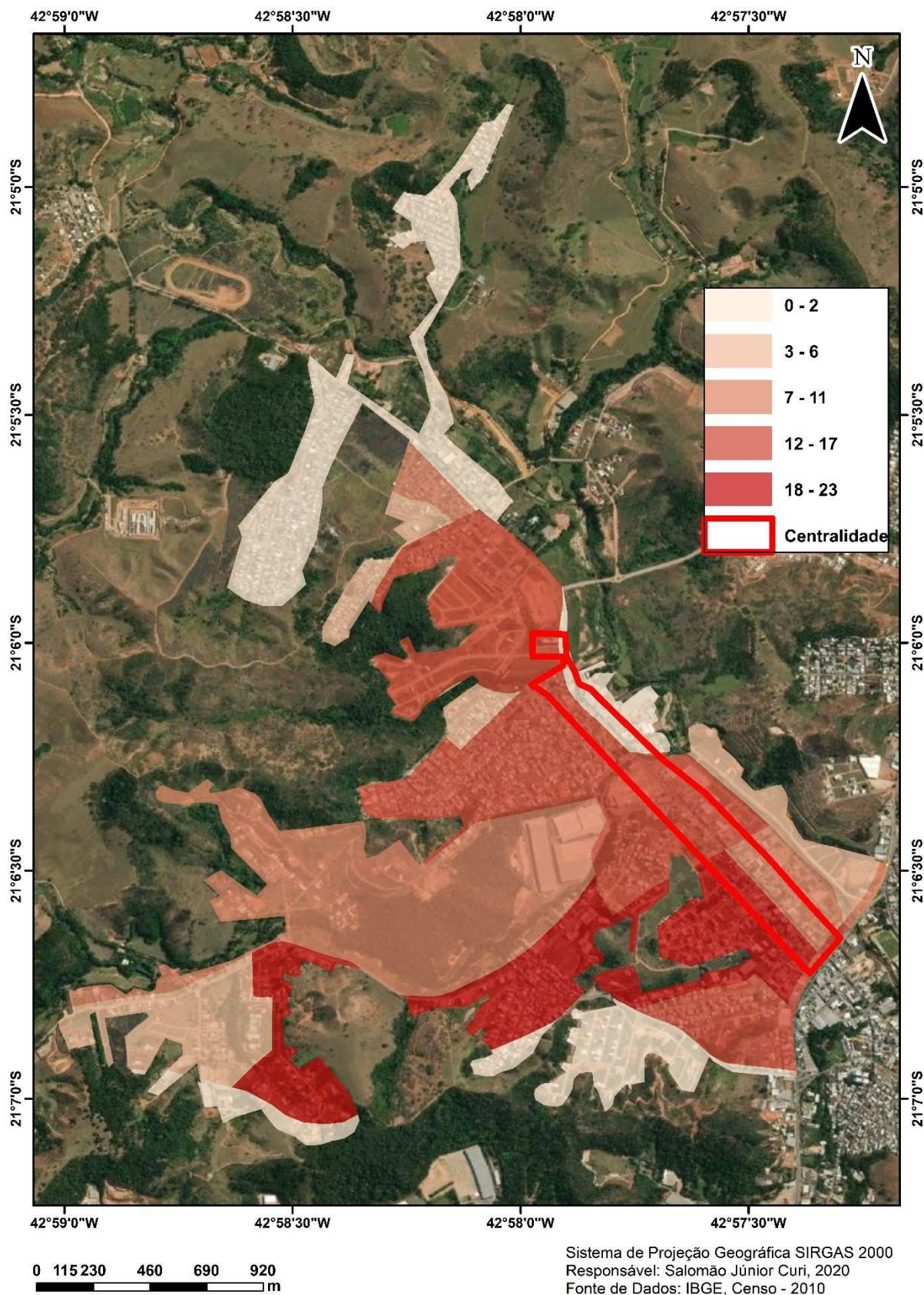


Autor: Guilherme Lopes.

Os mapas subsequentes evidenciam a desigualdade socioespacial da Z. O. da cidade, onde se localizam os bairros Antonina Coelho e Deputado José Pires da Luz, mais ao norte, de origem do início da década do 1980, que foram ocupados pela classe trabalhadora, apresentando uma renda bem inferior àquela da população localizada na área mais ao sul, que compreende, efetivamente a centralidade da região.

É importante destacar, na **Figura 41**, que passando pela área de centralidade identificada na Avenida Padre Arnaldo Jansen, é extremamente clara a perda de valor da renda quando observamos no sentido sudeste-norte (horário) no mapa. Esse fato indica que o capital, expresso nas suas diferentes formas, tende a se concentrar mais distante dos conjuntos habitacionais populares.

Figura 41 – Zona Oeste de Ubá: Domicílios Particulares com Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita de 3 a 5 Salários Mínimos por Setores Censitários.



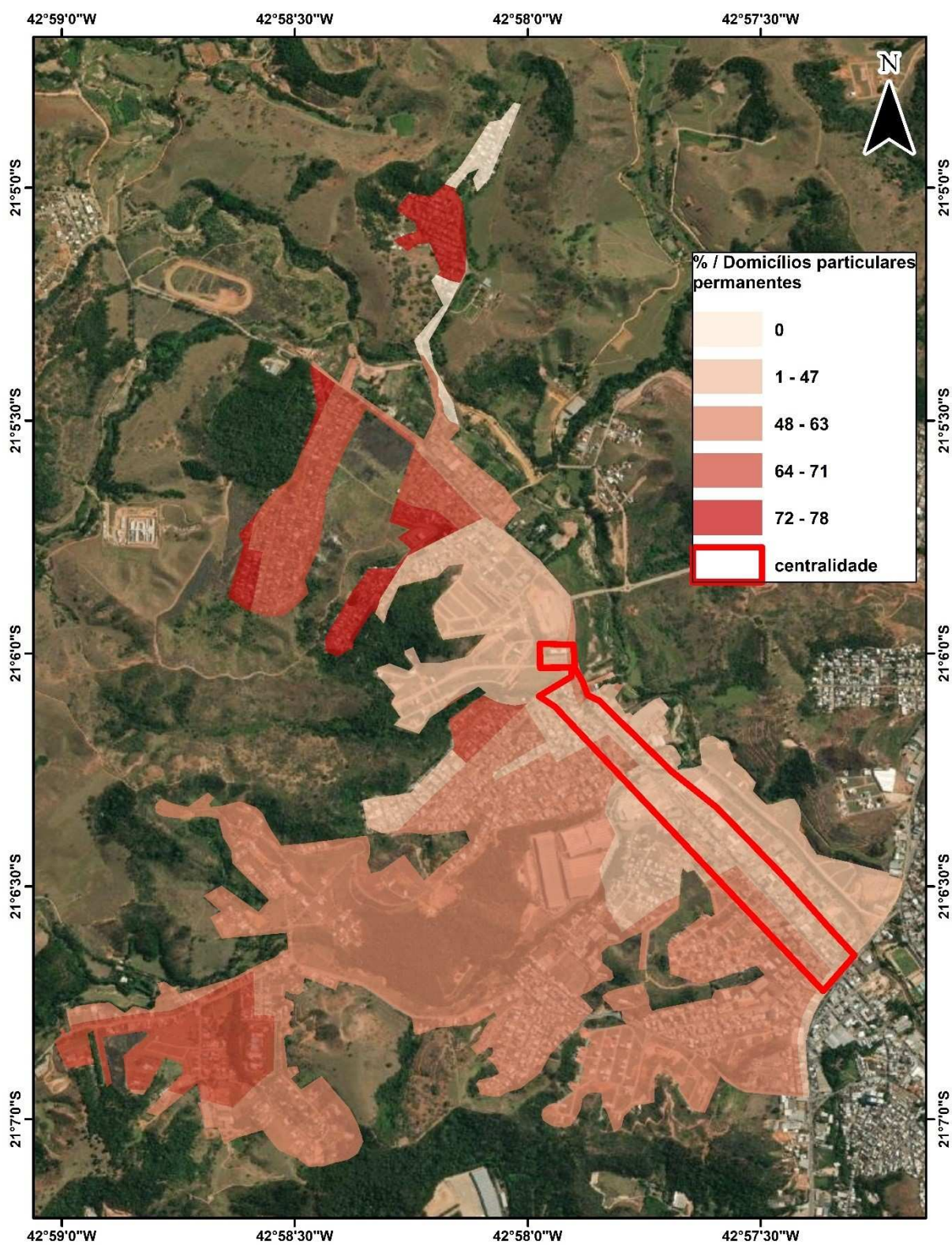
Fonte: IBGE – Censo – 2010.

Podemos constatar, como os agentes produtores do espaço interferem na estruturação urbana, bem como é preponderante a interferência dos mesmos em relação ao padrão locacional, tendo em vista que os agentes buscam atuar dentro de nichos específicos de mercado, voltados a diferentes poderes aquisitivos dos consumidores. A emergência do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, característico de Ubá, produziu no município a expansão territorial urbana marcada pela presença de processos de especulação imobiliária, materializados pela produção de loteamentos periféricos voltados para os segmentos de menor poder aquisitivo, notadamente formado pela classe operária.

O mapa da **Figura 42** aponta para uma concentração dos domicílios próprios e quitados, exatamente nas áreas de conjuntos habitacionais populares, como já citado reiteradamente, datados da década de 1980 e, contraditoriamente, demonstra que a área de centralidade apresenta indicadores menores, fato este que pode ser justificado tanto pelo modelo imobiliário de crédito, pelo motivo de a ocupação ter sido mais recente, ou mesmo pelo imóveis terem sido construídos com o intuito de alimentarem o mercado de alugueis.

O fato da área mais ao norte não apresentar nenhum imóvel próprio quitado se justifica pelo fato de que quando os dados do Censo Demográfico de 2010 foram obtidos, essa área ainda não era ocupada.

Figura 42 – Zona Oeste de Ubá: Domicílios Particulares Permanentes Próprios e Quitados por Setores Censitários.



Sistema de Projeção Geográfica SIRGAS 2000
 Responsável: Salomão Júnior Curi, 2020
 Fonte de Dados: IBGE, Censo - 2010

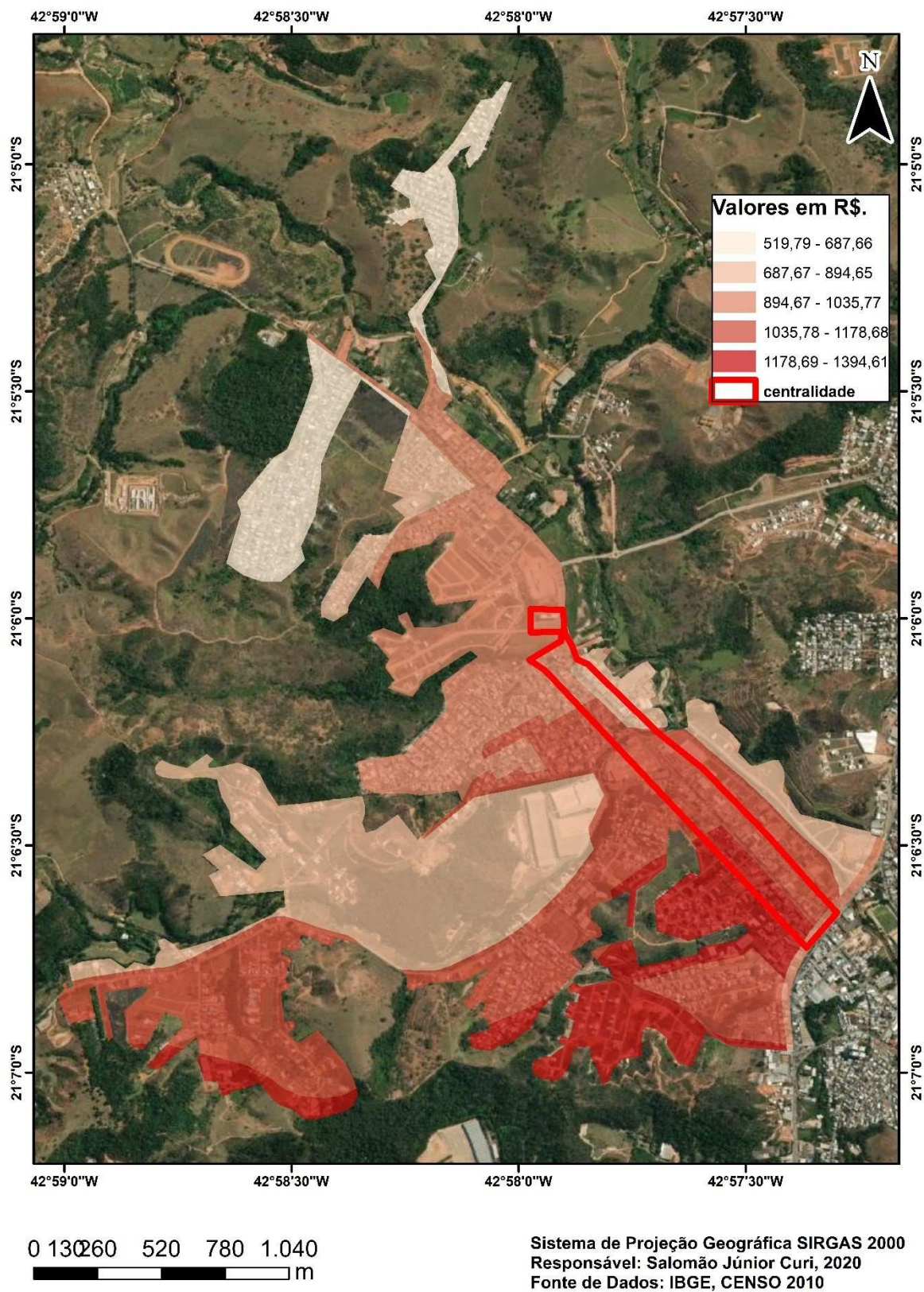
Fonte: IBGE – Censo – 2010.

Carlos (1994, p. 95) defende que, é através da habitação que é possível desnudar a segregação socioespacial na cidade, demonstrando a contradição entre valor de uso e valor de troca no espaço:

Esses processos se referem a uma prática que vai em direção à segregação socioespacial, visível no plano da paisagem, a partir de uma morfologia profundamente hierarquizada socialmente, na medida em que a habitação é a forma mais visível das diferenciações de classe no espaço. Desta forma, o espaço e o tempo se apresentam entrecortados, em fragmentos, condicionado por atividades divididas (no espaço) e circunscritas (no tempo). Nesse sentido, o habitar, enquanto ato social, vai desaparecendo, transformando a habitação em abrigo ou fuga. [...] o ato de morar revela, antes de mais nada, o modo como o processo de segregação se realiza espacialmente, iluminando uma prática que justapõe morfologia social/morfologia espacial estratificadas e hierarquizadas.

A concentração de pessoas com maior rendimento, no eixo onde a nova centralidade se apresenta, como pode ser comprovado através da **Figura 43**, pode ser consequência do dinamismo econômico desse setor da Z. O. de Ubá, gerando um alto grau de segregação socioespacial, que acaba confirmando como os agentes econômicos detentores do capital se comportam em termos de ocupação do espaço urbano.

Figura 43 – Zona Oeste de Ubá: Valor do Rendimento Nominal Médio Mensal das Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade (Com Rendimento) por Setores Censitários.



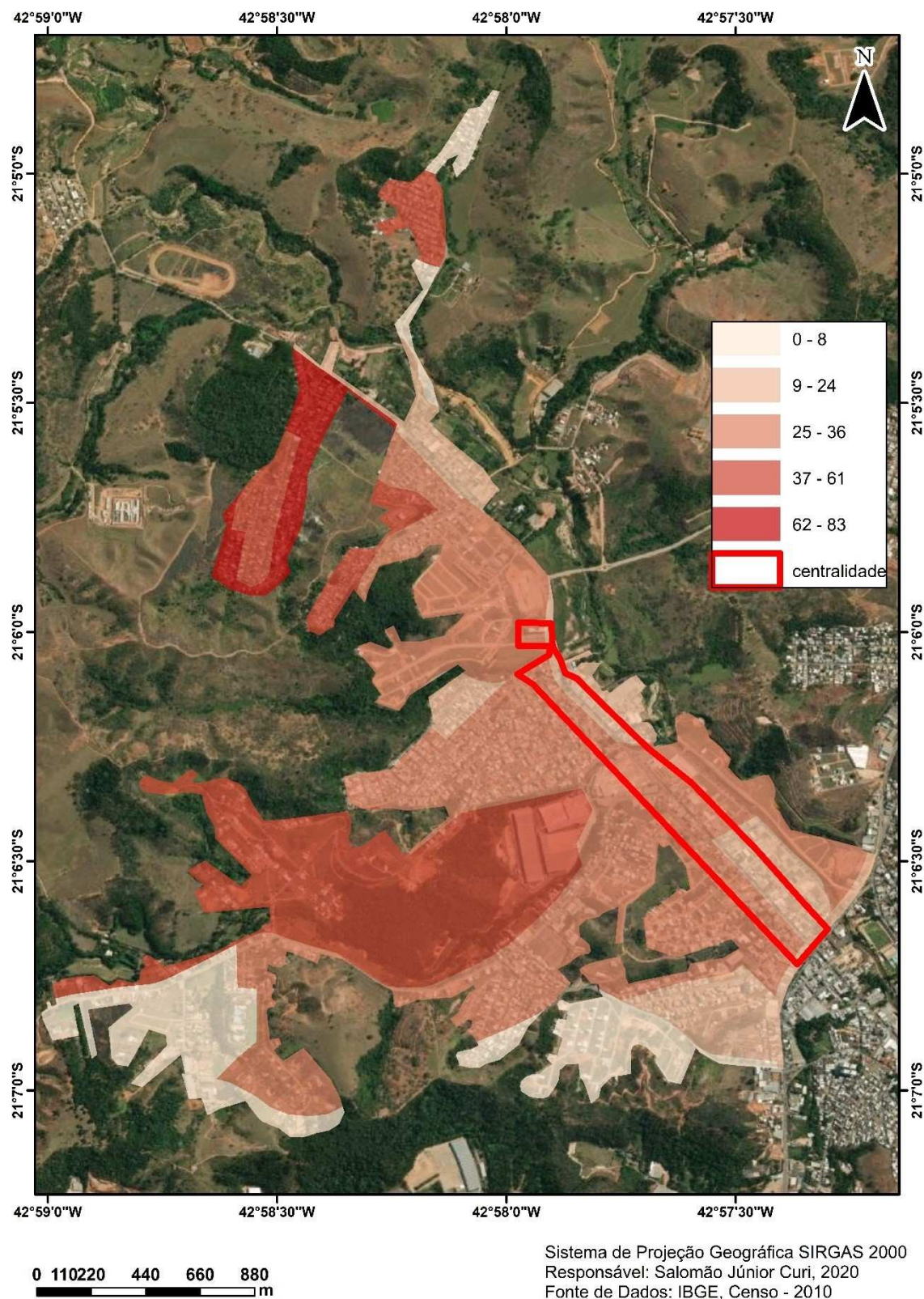
Fonte: IBGE – Censo – 2010.

Campos Filho (1989), estabelece que dois fenômenos decorrem, ao mesmo tempo, do efeito de acumulação capitalista nas cidades provocando diferenciação espacial: as regiões mais bem equipadas em infraestrutura urbana concentram as zonas residenciais mais sofisticadas de poder aquisitivo mais elevado e as zonas de negócios, já as zonas menos equipadas concentram a população de baixa renda, que tende a se estabelecer em locais cada vez mais distantes em relação às primeiras e que apresentam uma suboferta estrutural em relação aos recursos e serviços urbanos: são as periferias urbanas, marcadas aqui, pelos bairros Antonina Coelho e o Deputado José Pires da Luz, ambos mais ao norte da região.

Através da espacialização do parcelamento residencial na área urbana da Z. O. de Ubá ao longo do tempo, observa-se que a partir de 1980, a existência de um número significativo de indústrias do setor de móveis e da ampliação e diversificação do comércio, além de produzir a manutenção do uso do capital no seu espaço, insere uma nova diretriz de localização e direção de expansão para os loteamentos residenciais no município, que passam a ser instalados fora dos seus limites, em direção a nordeste e principalmente a sudoeste da região. Essa ocupação se dá, no primeiro sentido, essencialmente, por pessoas que destinam a sua força de trabalho as indústrias e conseqüentemente com renda menores, como identificado no mapa abaixo, já a sudoeste identifica-se uma população com maior poder aquisitivo.

O apontamento explícito na **Figura 44**, demonstra, claramente, a segregação a partir da renda na Z. O. da cidade. Os domicílios com renda entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo, concentram-se nas áreas norte e oeste da região, espaços ocupados por conjuntos habitacionais populares. Cabe ressaltar que, no extremo norte e sudoeste do mapa, onde os valores variam entre 0 e 8, sendo os menores, justifica-se pelo fato de que essa área não apresentava ocupação nas datas em que as informações para o Censo Demográfico de 2010 foram adquiridas.

Figura 44 – Zona Oeste de Ubá: Domicílios Particulares com Rendimento Nominal Mensal Domiciliar *Per Capita* de mais de ¼ a ½ Salário Mínimo por Setores Censitários.



Fonte: IBGE, Censo (2010).

Villaça (2001), considera a terra urbana como um elemento que obtém o seu valor a partir da sua propriedade de possuir acesso ao sistema urbano completo, daí então a determina como “terra-localização”. Assim, as terras mais próximas do centro comercial da cidade (mais integradas) possuiriam valores mais altos e aquelas mais distantes deste ponto, possuiriam valores de compra menores, e, conseqüentemente moradores com rendas menores, como os situados mais ao norte de região, apresentados no mapa anterior.

A localização residencial da população em áreas da periferia de Ubá não está relacionada, apenas, ao mercado. Pois, as políticas urbanas de regulação do uso, de construção de novas unidades habitacionais ajudaram a criar as condições para que o paradoxo envolvendo centro e periferia ganhasse força no espaço da cidade.

Smolka (1987) afirma que a diferenciação social no uso do solo da cidade passa por uma relação entre a distribuição de renda e a estratificação social, fator que é verificado, claramente, na região estudada da cidade. Sendo assim, conclui-se que, a estruturação espacial é resultante da relação renda e estratificação social e das relações internas de forças atuantes no espaço urbano, favorecendo a união de interesses específicos dos grupos sociais aos interesses da atividade imobiliária.

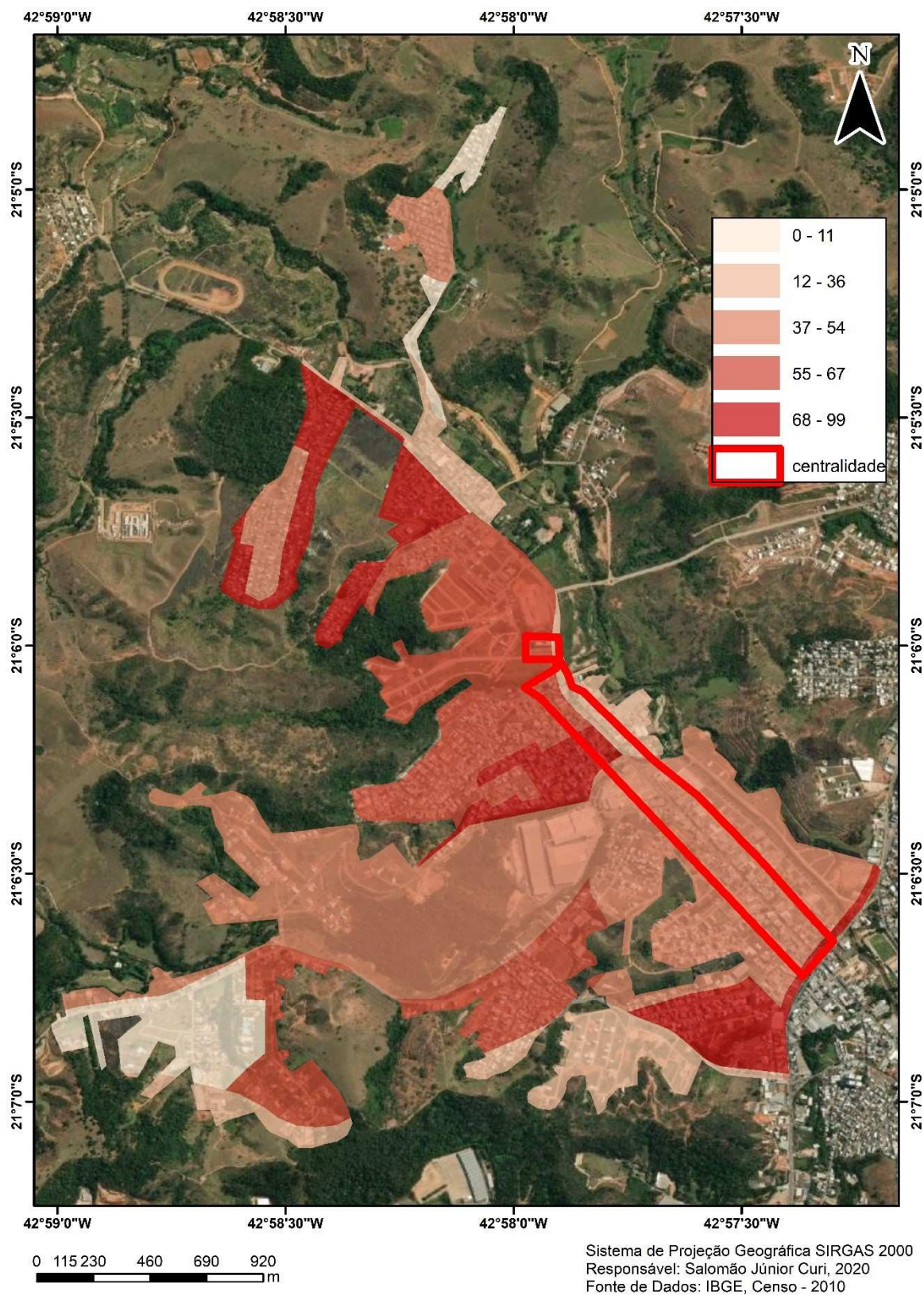
Importante destacar também, através da análise da população de faixa etária de 60 anos ou mais que, a região primeira a ser ocupada, apresenta números mais significativos dessa faixa etária e que a área mais dinâmica economicamente apresenta números bem inferiores. Essa informação consolida a ideia de ocupação da Z. O. da cidade, corroborando com o entendimento de que esta se deu a partir do surgimento dos bairros populares por meio dos conjuntos habitacionais ao norte da região, e que somente mais tarde é que há uma integração dessa região a mancha contínua do município, daí a verificação da atuação do Estado – em promover ou participar do salteamento da cidade na região – na produção do espaço urbano.

Cabe ressaltar então que, as informações apontadas na **Figura 45**, por se tratar de uma área de ocupação recente, não aponta uma dinâmica demográfica e sim uma constatação de modelo e de forma de ocupação. O fato de a área da Avenida Padre Arnaldo Jansen apresentar um número menor de pessoas acima de 60 anos, contribui para o entendimento da dinâmica espacial que comprova uma ocupação mais recente e dinâmica, no que se refere ao seu caráter comercial e de serviços.

Deve-se lembrar que, no extremo norte e oeste do mapa, onde os valores variam entre 0 e 1.000, sendo estes os menores, justifica-se pelo fato de que essas

áreas não apresentavam ocupação nas datas em que as informações para o Censo Demográfico de 2010 foram adquiridas.

Figura 45 – Zona Oeste de Ubá: Pessoas com 60 Anos ou Mais por Setores Censitários.



Fonte: IBGE, Censo (2010).

Com a expansão da cidade em direção à Z. O., afastando-se do centro tradicional e da conseqüente generalização do valor sobre a terra urbana, criou-se condições que favoreceram a formação de uma nova centralidade, cujo processo de expansão concorreu inerente à condição física, acompanhando o vale do rio, favorecendo e favorecida pela mobilidade ocasionada pela construção de uma grande Avenida e principalmente pela ação dos agentes econômicos e o Estado.

Neste sentido, as funções urbanas vão sendo rearranjadas em meio ao processo de surgimento de uma nova centralidade, visto que contribui para a desconcentração das pessoas, de sua moradia, do comércio e dos serviços. Atrelado a isso, chegamos à conclusão de que a surgimento da nova centralidade estabelecida na Z. O. de Ubá e a criação de espaços segregados, onde se encontra a classe operária, são processos que se retroalimentam, a partir da perspectiva do jogo de poder que envolve o capital e o Estado como agentes produtores do espaço urbano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa surgiu da necessidade do entendimento de como se estrutura o espaço urbano de Ubá expresso a partir da centralidade inter-regional e intraurbana no contexto atual de sua descentralização, dispersão e concentração. O objetivo de compreender as transformações do processo de (re)estruturação do espaço urbano a partir da descentralização de atividades econômicas e formação de uma nova área de centralidade no território de Ubá foi alcançado por meio do levantamento e análise dos dados referentes a produção do espaço urbano, a partir dos quais se comprovou haver um processo de reestruturação com sua expressão definida pela nova centralidade estabelecida na Zona Oeste da cidade.

O trabalho buscou verificar a influência do sistema regional na estruturação interna da cidade. Essa influência foi identificada através de segmentos ligados ao setor produtivo e aos serviços que corroboram para a centralidade regional de Ubá e que se localizam na Z. O. da cidade, contribuindo, significativamente para a formação de uma nova centralidade intraurbana. A pesquisa buscou o desenvolvimento de um entendimento de centralidade, e a verificação espacial, adotada a partir de um estudo de caso de Ubá que permitiu tecer análises a respeito do funcionamento da produção de seu espaço urbano. Dado este cenário, podemos afirmar em um primeiro momento, que para o entendimento da estruturação da cidade, foi e é importante destacar que esta sofreu e sofre grande influência de fatores externos à cidade que interferem na sua estrutura interna.

A economia em ascensão de Ubá e a disponibilidade de serviços, ofertados pela cidade, como constatado no trabalho, são vetores que vêm impulsionando as dinâmicas socioespaciais local, e que fazem desse centro um espaço de destaque na escala regional. O fato de o município fazer parte de Arranjo Produtivo Local contribui, para a alta polarização e conseqüente centralidade regional, garantindo um desenvolvimento singular do território compreendido pelo APL.

Ao concluir a pesquisa, verificamos o quanto o sistema regional, que constrói a hierarquia urbana, influencia na produção do espaço urbano de Ubá. Assim, conseqüentemente, observamos como isso ocorre, de modo especial no que tange à relação comprovadamente existente entre os diferentes agentes de produção do espaço e os aspectos socioeconômicos da cidade de Ubá e de suas interações

espaciais, e mais ainda, na relação entre esses fatores e a constituição de uma nova centralidade na Zona Oeste do município.

Podemos constatar, a partir do estudo realizado, a complexidade envolvida na noção de centralidade urbana e a necessidade de evidenciá-la a fim de construir uma melhor compreensão do fenômeno de estruturação urbana. A análise desse processo que vimos ao longo do estudo indica que a dinâmica de reprodução do espaço urbano de Ubá esteve diretamente associada a vários fatores, a começar pela expansão urbano-industrial iniciada na década de 1960.

O trabalho demonstrou como se deu os impactos das intervenções do crescimento econômico na estrutura urbana de Ubá e como se desenvolveu o processo de expansão do tecido urbano e, conseqüentemente a evolução da ocupação nas áreas periféricas.

Os resultados de uma reestruturação da cidade, são frutos de um processo que alterou a sua dinâmica, principalmente no que se refere as relações entre os agentes produtores do espaço na escala intraurbana demonstrada na constituição de uma nova característica da estrutura da cidade identificada através do redirecionamento em seu crescimento.

É importante destacar que a escolha da Zona Oeste para realização do estudo se mostrou adequada, sobretudo pelas características do território pesquisado; pelo processo de transformação pelo qual vem passando a região e pelos importantes atributos intrínsecos a essa área da cidade. Através do estudo, foi possível compreender uma etapa importante da reestruturação urbana e da cidade.

A pesquisa possibilitou compreender a atuação dos empreendedores imobiliários como agentes altamente ativos na reestruturação urbana, principalmente quando analisado o protagonismo dos mesmos na produção de novos espaços residenciais na área estudada. Para além da ação desses agentes, foi identificada a condescendência estatal e o interesse de toda uma classe dominante em estabelecer na cidade um lugar elitizado onde o capital acumulado pudesse ser empregado.

Concluimos então que, as transformações ocorridas no espaço pelo processo de produção capitalista, se deve a atuação do homem, enquanto ser social. O avanço do capitalismo conduz a uma extraordinária alteração do espaço, afetando sobremaneira o cotidiano dos cidadãos, no que se refere a estrutura produtiva e social do ambiente urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**. Potencialidades paisagísticas. 6. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

ACIOLY, Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade urbana**: um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ALBINO, Andréia Aparecida. **Uma abordagem evolucionária do APL moveleiro de Ubá**: competitividade e políticas públicas estratificadas. 2009. 176 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2009.

ALVES, Lidiane Aparecida; FILHO, Vitor Ribeiro. A (re)estruturação do espaço urbano de Uberlândia, MG: Uma análise a partir dos processos de centralização e descentralização. **Observatorium, Revista Eletrônica de Geografia**, v. 1, n. 1, p. 170-184, jan. 2009.

AMORIM FILHO, O. B.; BUENO, M.E.T.; ABREU, J.F. “**Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais**”. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, v. 12, n. 23-24, p. 33-46, 1982.

AMORIM FILHO, Oswaldo B.; RIGOTTI, José. I. R. Os limiões demográficos na caracterização das cidades médias. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 9, p. 21-38, 2003.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: Espaços em transição**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2011.

BATELLA, Wagner B. **Os limiões das cidades médias: Reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni-MG**. 2013. 228 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, SP, 2013.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades brasileiras, seu controle ou o caos**. São Paulo: Nobel, 1989.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **(Re) Produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4. ed. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011 [1983].

CHRISTALLER, Walter. **Os lugares centrais na Alemanha do Sul**. Tradução de Mário Antônio Eufrásio. São Paulo: [s.n.], 1981.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Origem e tendências da rede urbana brasileira: algumas notas**. In Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 56, n.1/4, jan/dez, 1995.

CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. 7. ed., São Paulo: Ática, 2003.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. 4. ed., São Paulo, Ática, 2004.

CORRÊA, Roberto L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.); **Cidades médias: Espaço em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-34.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: Reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, v. 9, n. 16, p. 200-218, 2012.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FHEMIG). **Casa de Saúde Padre Damião**. <http://www.fhemig.mg.gov.br/atendimento/complexe-de-reabilitacao-e-cuidados-integrados/casa-de-saude-padre-damiao>

FERREIRA, M. J. B.; GORAYEB, D. **Relatório de acompanhamento setorial: Indústria moveleira**. ABDI/NEIT/UNICAMP, 2008.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1999.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo. Editora Martins. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades**, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2020). Cidades. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-resultados-preliminares>. Acesso em: 20 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2020). Cidades. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-caracteristicas-gerais-da-populacao-religiao-e-deficiencia>. Acesso em: 25 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2020). Cidades. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acesso em: 29/08/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2020). Cidades. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6449#resultado>. Acesso em: 03/09/2020.

SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDÚSTRIAS DO MOBILIÁRIO DE UBÁ (Intersind). Disponível em: <https://www.intersind.com.br/o-intersind/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. IPEA. Texto para discussão, n. 329, Brasília, 1994.

MELAZZO, Everaldo S. **Padrões de desigualdade em cidades paulistas de porte médio: a agenda das políticas públicas em disputa**. 2006. 222 f. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP, 2006.

MIYAZAKI, Vitor Koiti. **Um estudo sobre o processo de aglomeração urbana: Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó**. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2008.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. de. **Instituição, espaço e desenvolvimento: o caso do Polo Moveleiro de Ubá, MG**. 2011. 153 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: I Encontro Nacional Sobre Migração, 1997, Curitiba-PR. Anais ... Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998. p.445-462. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2006.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. **Comércio e serviços: A centralidade urbana na cidade média de Juazeiro do Norte/CE**. Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Campus de Presidente Prudente, SP, 2013.

RIBEIRO, W. O. **Interações espaciais na rede urbana do Nordeste do Pará: particularidades regionais e diferenças de Bragança, Capanema e Castanhal**. 2017. 356f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2017.

RIGOTTI, J. I. R. Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 20, p. 237-254, 2006.

ROSALEM, V.; SILVA E. A.; SANTOS, A. C. Arranjos Produtivos Locais e a inovação tecnológica: uma análise sob a ótica da economia de custos de transação. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO DE TECNOLOGIA, 5., Resende-RJ, 2008. **Anais...** Resende-RJ, 2008.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz; PEREIRA, P.C.X. Segregação e produção imobiliária na metrópole latino-americana: um olhar a partir da cidade de São Paulo. Transformações socioterritoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo, Santiago. São Paulo: FAUUSP, 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Regi Viana. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008 [2001]. 473 p.

SMOLKA, Martin. **O capital incorporador e seus movimentos de valorização**. In: Cadernos PUR/UFRJ. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.41-78, jan./abr. 1987.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação da teoria social crítica. Tradução de RIBEIRO, V. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Org). **O espaço no fim o século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltão. O centro e as formas da centralidade urbana. Revista de Geografia. São Paulo: v.10, p.1-18, 1991. WHITACKER, Arthur Magon. **Reestruturação urbana e centralidade em São Jose do Rio Preto - SP**. 2003. 237 f. (doutorado em geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SPOSITO, M. A produção do espaço urbano, escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. et al. (Org.). **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011, p.138.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltão. Multi(poli)centralidade urbana. In: SPOSITO, Eliseu Savério; NETO, João Lima Sant'Anna. (Org.). **Uma Geografia em Movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 199-228.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; SILVANA, M. P. (Org.). **A cidade contemporânea: Segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. 61-93.

TOURINHO, A. de O. **Do centro aos centros: bases teórico-conceituais para estudo da centralidade em São Paulo**. 2004. 438 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Pós-Graduação, Estruturas Ambientais Urbanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

VALVERDE, O. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. 1958. 82 p. Separata de: **Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro**, n. 1, jan./mar. 1958 p. 3-82.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto-SP**. 2003. 243 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

ANEXO

Figura 1A – Municípios e Arranjos Populacionais da Região Intermediária de Juiz de Fora e Suas Regiões Imediatas.

